



## **LEI MUNICIPAL 726 DE 25 DE MAIO DE 2015**

Cria Novo Plano Decenal de Educação e dá outras providências

O povo do município de Presidente Kubitschek, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu prefeito municipal Rômulo Ronaldo dos Santos, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Decenal de Educação – com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação dessa Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e na Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Parágrafo único: este Plano Decenal de Educação é integrado, além da presente parte normativa, pelos seguintes anexos:

- I- metas e estratégias (anexo I);
- II- indicadores para monitoramento e avaliação da evolução das metas do PME (anexo II);
- III- diagnóstico (anexo III)

Art.2º São diretrizes do Plano Decenal de Educação:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria na qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade



Art.6º O município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do PME articuladas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com outros órgãos relacionados a Educação.

Parágrafo único: As conferências de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art.7º O Município em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais atuará, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§1º Caberá aos gestores do município a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo I desta lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O Município criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a atualização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e lingüísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§5º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município e o Estado de Minas Gerais incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art.8º O Município deverá aprovar leis específicas para o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública do seu âmbito de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art.9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste P`ME, a fim de viabilizar sua plena execução.



Art.10º O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado de Minas Gérias, e o município constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas desse nível de ensino.

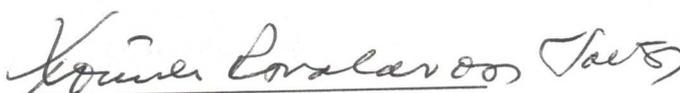
Art.11º Até o final do primeiro semestre do ultimo ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará á Câmara dos Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subseqüente, que incluirá diagnostico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art.12º A revisão deste PME, se necessária, será realizada com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art.13º Fica claro o período de vigência deste plano com o prazo de execução de 10 anos e a reescrituração de novo plano ou reelaboração no ano de 2024.

Art.14º Revoga-se a lei nº 532/2005 de 16 de dezembro de 2005, que aprovou o Plano Decenal de Educação do Município de Presidente Kubitschek para o período de 2005/2014.

Art.15º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Presidente Kubitschek-MG. 25 de Maio de 2015.

  
**Rômulo Ronaldo dos Santos**  
Prefeito Municipal

**ANEXO I – METAS E ESTRATÉGIAS DO PME**



**Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o ano 2024.

Estratégias:

1.1) Definir metas de expansão da rede de educação infantil priorizando padrão de qualidade.

1.2) Realizar levantamento da demanda da Creche I, II, III e educação infantil como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda.

1.3) Priorizar a demanda conforme forma de organização do regimento observando os critérios:

- 1.3.1- Criança em situação de risco social;
- 1.3.2- Criança com deficiência.
- 1.3.3- Prioridade para famílias de baixa renda.
- 1.3.4- Mãe trabalhadora.
- 1.3.5- Idade/data de nascimento.
- 1.3.6- Ordem de inscrição no cadastro.
- 1.3.7- Proximidade física entre instituição educativa e local de moradia.
- 1.3.8- Ser irmão de quem frequenta a mesma instituição educativa.
- 1.3.9- Sorteio.

1.4) Atender 100% das matrículas de crianças de 4 e 5, e no mínimo 50% das crianças de 0 até 3 anos;

1.5) Construir salas adequadas para o atendimento da demanda de matrículas (Ampliação do prédio);



1.6) Adequar o prédio para oferecer condições favoráveis à aprendizagem: estrutura física, mobiliário, material didático e pedagógico, brinquedos...;

1.7) Adquirir veículos para atender alunos da Educação Infantil (zona rural tempo integral);

1.8) Adquirir veículo específico para atendimento das crianças do CMEI

1.9) Monitor responsável no carro para que oriente os alunos de 3 anos, fazendo com que eles não dispersem pelo caminho, e trazer mais tranquilidade aos pais para que não precisem deixar de realizar suas atividades para trazê-los.

1.10) Estabelecer normas, procedimentos e prazos para mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creche.

1.11) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programas de construção e reestruturação de escolas bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.

1.12) Implantar até o ano de vigência avaliação da Ed. Infantil, a ser realizada, com base em parâmetros nacionais de qualidade, observar também o quadro de pessoal, as condições de gestão, dos recursos pedagógicos.

1.13) Realizar intervenções para situações de acessibilidade quando se fizer necessário entre outros indicadores relevantes.

1.14) Adequar a proposta pedagógica que incorpore maior avanço no ensino e aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos.



1.15) Manter com ordem de prioridade as crianças das comunidades rurais observando o deslocamento e a segurança das mesmas.

1.16) Priorizar a Educação Infantil a alunos com deficiência, habilidades e superdotação.

1.17) Implementar a política de educação em caráter complementar, aos pais de alunos de 0 a 5 anos orientando-os para a educação dos valores, posturas, saúde, educação em parceria com a rede.

1.18) Manter a educação infantil, garantindo o atendimento das crianças de 0 a 5 anos conforme atendimento dos parâmetros curriculares nacionais de qualidade para melhor ingresso no Ensino Fundamental.

1.19) Fortalecer a coordenação da supervisão para melhor atender a educação infantil/ 0 a 5 anos.

1.20) Assessorar os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos adequados para atingir os objetivos curriculares,

1.21) Continuar mantendo pelo menos 20% da arrecadação própria do município à educação infantil de 0 a 5 anos de idade a partir de dois anos de vigência do plano municipal.

1.22) Assegurar em caráter complementar programas de orientação e participação das mães de família a programas de governos municipais em articulação com as áreas de assistência social, Saúde, educação e outros, no intuito de tirá-las de situações de risco e vulnerabilidade.

**Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 96%



(noventa e seis por cento) dos alunos concluíam essa etapa na idade recomendada, até o ano 2024.

Estratégias:

2.1)- Desenvolver ações para elevar o índice de aprendizagem com qualidade.

2.2)- Garantir aos alunos que apresentam dificuldades em aprendizagem um professor recuperador durante o ano letivo.

2.3)- Garantir aos alunos da Zona Rural aula de informática e Inglês no turno regular.

2.4)- Promover integração entre a instituição escolar e a comunidade escolar.

2.5)- Pactuar entre União, Estados, e o próprio Município, no âmbito da instância permanente, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.6) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

2.7) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, visando condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;



2.8) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.9) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, e quilombolas;

2.10) disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.11) promover parcerias entre escolas, instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.12) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.13) desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que trabalham em tempo integral em outras atividades complementares,

2.14) Desenvolver atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades esportivas nas escolas em parceria com secretarias de esporte, cultura e lazer;



2.15) diagnosticar através das avaliações internas e externas o nível de aprendizagem dos alunos para que possam continuar tendo um ensino de qualidade com metas e ações bem planejadas e definidas claramente;

2.16) realizar um trabalho interdisciplinar envolvendo o trabalho em rede com os diversos setores do município;

2.17) buscar parcerias internas e externas para capacitações e aperfeiçoamento dos profissionais visando o alto desenvolvimento do aluno;

2.18) Criar em regime de colaboração com as três esferas governamentais, a guarda municipal para atender os alunos, garantindo apoio, e segurança.

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o ano 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 75% (setenta e cinco por cento).

#### Estratégias:

3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;



3.2) elaborar proposta até 2º ano de vigência do PME para alunos do Ensino Médio a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino. Garantindo formação básica comum.

3.3) garantir a fruição de bens e espaços culturais;

3.5) manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.6) Universalizar o aprofundamento de estudos para o ENEM, a alunos do 2º e 3º ano do Ensino médio do território, no intuito de que ambos possam apresentar bons resultados para que ocorra sua promoção em universidades públicas e privadas;

3.7) Implantar e implementar aulas de curso preparatório para o ENEM/ SASI para as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Física e Biologia para alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio no contra turno em parceria com a SME e Prefeitura Municipal para os alunos do município;

3.8) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.9) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas.



3.10) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência;

3.11) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.12) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.13) estruturar parcerias com universidades regionais para fortalecer o ensino com atividades de interesse dos alunos e conforme o currículo.

3.14) Conscientizar a família da importância do aluno cursar o Ensino Médio;

3.15) Adequar o transporte escolar à necessidade e demanda das atividades escolares;

3.16) Incentivar o jovem a matricular e frequentar o ensino médio através de projetos sociais (Jovem Aprendiz).



3.17) Ampliar a rede física da escola, permitindo a criação de ambientes benéficos à aprendizagem e práticas (sala de informática, laboratórios de física e química).

**Meta 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados

Estratégias:

4.1) contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;



4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos(as) professores da educação básica com os (as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas do município, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistida, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(às) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0(zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e



30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(s) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11) promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas Intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado no prazo mínimo de 2(dois) anos;

4.12) promover a articulação Intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento



escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, e conseqüentemente tradutores e intérpretes;

4.14) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais(baseia seus princípios em desenvolvimento dos sentimentos religioso e moral nos alunos) ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniados com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.16) definir, no segundo ano de vigência deste PME indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;



4.17) promover parcerias com instituições comunitárias ou filantrópicas, ampliando a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades da rede pública de ensino;

4.18) garantir aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.

4.19) garantir ao Sistema Educacional inclusivo salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados.

4.20) garantir cursos para os professores que atendam crianças com deficiência e transtornos globais.

4.21) garantir aos alunos acessibilidade (efetivamente) como: banheiros adequados, rampas, portas largas, bebedouros, corrimão.

4.22) construir salas de recursos equipadas para atendimento às crianças com necessidades especiais;

4.23) capacitar profissionais nas áreas específicas das deficiências;

4.24) adquirir materiais pedagógicos, mobiliários adequados às necessidades para atender os alunos na sala de aula regular.

4.25) contratar um ou mais profissionais da saúde para acompanhamento das crianças com deficiência na escola. (atuação: todos os dias ).

4.26) ampliar e adequar a rede física da escola, permitindo a circulação do aluno com deficiência física em todos os ambientes escolares.



4.27) avaliar a alta habilidade do aluno através de testes variados, promovendo sua progressão de acordo com as habilidades consolidadas.

4.28) implementar o currículo escolar para atender o aluno com dificuldade de aprendizagem.

4.29) Conscientizar a população por meio de transparência como palestras e grupos para os pais que tenham filhos com deficiência, para orientá-los de acordo com a necessidade, relatórios e laudos médicos encaminhados pela família à Escola ou SME.

4.30) usar a tecnologia a serviço: O uso da tecnologia pode despertar em crianças especiais o interesse e a motivação pela descoberta do conhecimento. A tecnologia e o desenvolvimento da informática abrem um novo mundo de possibilidades comunicativas e de acesso à informação, sendo portanto um auxílio à crianças deficientes, pois permitem facilitar todo o processo educacional que visa a formação integral de cada aluno especial. Adquirir materiais e equipamentos que possam auxiliar nesse sentido à população alvo é sem dúvida um dos desafios a serem enfrentados.

4.31) utilizar atendimento educacional especializado: O apoio de especialistas poder reduzir as distâncias entre crianças com ou sem deficiência. Este caminho implica na organização do trabalho, interagindo solidariamente os professores (regular e de ensino especial) com profissionais de saúde como fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, e assim definir e construir a melhor forma de trabalharem. Portanto, a inserção desses profissionais nas escolas e a integração cada vez mais afinada entre saúde e educação, deve ser uma meta a ser alcançada permanentemente.



4.32) adequar a reestruturação física: Infelizmente, os espaços escolares ainda carecem de estruturação física inclusiva, sendo muitas vezes determinantes ao não acesso e permanência de alunos com deficiência no ambiente escolar. É salutar que essas barreiras arquitetônicas sejam eliminadas, e na mesma medida que sejam criadas condições especiais que facilitem a locomoção, de modo a permitir aos estudantes e professores o desenvolvimento educacional sem tais dificuldades.

4.33) Formar professores para inclusão: A transformação de paradigma na educação exige professores preparados para a nova prática, de tal maneira que possam atender também às necessidades do ensino inclusivo. O saber está sendo construído à medida que as experiências vão acumulando-se e as práticas anteriores vão sendo transformadas. Por isso, a formação continuada tem um papel fundamental na prática profissional.

4.34) identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na Escola e aqueles que estão fora da Escola;

4.35) identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na Escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;

4.36) realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras;

4.37) realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa;

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental



Estratégias:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais no ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, ampliadas a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem instrumentos de avaliação e monitoramento implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos alunos e alunas até o final do 3º ano do ensino fundamental (8 anos);

5.3) divulgar as propostas pedagógicas, bem como acompanhamento dos resultados dos sistemas de ensino de forma aberta;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de técnicas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem dos(as) alunos(as) consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) estimular a formação inicial e continuada para os professores de alfabetização, com o conhecimento de práticas inovadoras entre programas de pós graduação específicas na área de educação especial e ações de formação continuada;

5.6) oferecer aos alunos de 1º ao 3º ano acompanhamento especial, com apoio dos profissionais:

Supervisor, analista, monitor, professor, recuperador e apoio familiar para que a alfabetização seja alcançada com o nível recomendável ao 3º ano;



5.7) contratar profissionais capacitados para atender os alunos da alfabetização;

5.8) adquirir material pedagógico para uso na sala de aula;

5.9) capacitar os profissionais ( oficinas, curso, encontros para melhorar o desempenho dos alunos.

5.10) garantir a todas as crianças, no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, ler e escrever com fluência.

5.11) priorizar o atendimento ao aluno com dificuldade de ensino aprendizagem.

5.12) garantir o pleno desenvolvimento da leitura efetivamente através do Projeto de Leitura e outros que se fizer necessário.

5.13) garantir aquisição de material didático pedagógico que favoreçam a melhoria do ensino aprendizagem para assegurar a alfabetização.

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas de atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica;

Estratégias:

6.1) estruturar o espaço físico para oferecer aos alunos uma educação de qualidade em tempo integral;

6.2) elaborar a grade curricular com disciplinas dinâmicas para o 2º turno: Artes, Cultura, Música, Teatro ( artes cênicas ), Esporte ...



6.3) contratar profissionais com formação, perfil e habilidades específicas para trabalhar no 2º turno de acordo com a grade curricular;

6.4) adquirir materiais didáticos para atendimento de todas as disciplinas, tornando as aulas criativas, diversificadas e participativas.

6.5) oferecer e garantir educação em Tempo Integral no mínimo á 50% das escolas públicas na educação básica.

6.6) garantir aos professores oficinas e cursos de capacitação para atender os alunos de Tempo Integral.

6.7) proporcionar parceria com o CRAS para a realização na escola de aulas de dança, violão, teclado, no período do Tempo Integral.

6.8) integrar os alunos da Zona Rural no Projeto Tempo Integral e que o Governo Federal seja responsável por disponibilizar maior número de veículos para o município.

6.9) garantir materiais diversificados como jogos e outros para atender aos alunos do Tempo Integral bem como a aquisição do que se fizer necessário

6.10) ampliar a escola para implantação da educação integral, através de construção de salas e aquisição de mobiliário, equipamentos e material didático ao atendimento aos alunos;

6.11) designar servidor habilitado para ministrar aulas do tempo integral

**Meta 7:** Fomentar a qualidade da Educação Básica de qualidade em todas as etapas e modalidades de ensino oferecidas no território de Presidente Kubitschek,



com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as medidas nacionais;

Estratégias:

7.11) Diminuir o número de alunos por sala de aula para melhor ensino e aprendizagem ( máximo 20 alunos), reestruturando e ampliando o prédio.

7.2) Garantir formação continuada para todos os professores em parceria com a prefeitura, governo e universidades.

7.3) garantir estratégias adequadas para ajudar aos alunos com defasagem de aprendizagem nos conteúdos.

7.4) reestruturar o planejamento escolar;

7.5) recuperar os alunos com dificuldades de aprendizagem através de acompanhamento supervisionado, com recuperação no 2º turno;

7.6) detectar problemas psicológicos ou sociais que estejam interferindo na aprendizagem do aluno;

7.7) oportunizar aos alunos uma aprendizagem adequada de acordo com suas necessidades e faixa etária;

7.8) adequar o currículo à realidade do aluno, de modo a oferecer um atendimento diferenciado;

7.9) motivar os alunos desinteressados a desenvolver suas potencialidades, através de projetos de tempo integral;



7.10) viabilizar cursos de capacitação para os profissionais com práticas inovadoras e executáveis.

7.11) disponibilizar recursos financeiros necessários a aquisição de materiais.

7.12) ofertar no território de Presidente Kubitschek, educação voltada às comunidades quilombolas e ou tradicionais, garantindo o direito ao estudo e valorização de identidade sócio-cultural.

7.12.1) viabilizar contratação ou por meio de concurso, profissional graduados ou pós graduados, em áreas específicas para o trabalho educacional do campo, quilombolas e ou tradicionais.

7.12.2) ofertar apoio técnico-pedagógico aos estudantes, professores e gestores em atuação nas escolas;

7.12.3) adquirir recurso didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas, tradicionais e do campo;

7.12.4) construir de propostas de Educação Escolar Quilombola contextualizadas;

7.12.5) zelar pela garantia do direito à educação Escolar Quilombola às comunidades rurais, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;

**Meta 8:** Elevar a escolaridade Média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo até o ano de 2024, a pelo menos 20% em igualdade de direitos;



Estratégias:

8.1) implementar projetos de educação para jovens e adultos no turno noturno, oferecendo uma educação diferenciada.

8.2) conscientizar a família da importância da permanência dos alunos na escola até a conclusão do Ensino Médio.

8.3) garantir o cadastro e permanência dos discentes em planos governamentais, incentivar a busca de novos cursos que incrementem a sua aprendizagem ampliando suas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

8.4) criar projetos de cursos profissionalizantes integrados ao currículo básico, proporcionando teoria e prática de acordo com a demanda da região onde estão inseridos.

8.5) colocar dentro do plano habilidades voltadas para as tradições culturais.  
Ex: A comunidade de Raiz que se auto declarou Quilombola (Reabertura da escola na comunidade para assegurar que a cultura permaneça)

8.6) criar um projeto que viabilize o aluno com melhor desempenho a prestar serviço na própria escola desenvolvendo trabalho, como por exemplo, na biblioteca, sala de informática e outros setores da escola, e como incentivo receber bolsa integral ou parcial para executar o trabalho.

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para 70% até dois mil e dezesseis (2016) e até o ano de 2024 último ano de vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% a taxa de analfabetismo funcional de Presidente Kubitschek;

Estratégias:



9.1) divulgar e incentivar o ingresso e a permanência na escola, de alfabetizando, e a sua inserção no Banco Travessia

9.2) elaborar projetos voltados para alfabetização.

9.3) adequar o currículo à realidade local atendendo às necessidades desses alunos

9.4) designar profissional com perfil e preparação para alfabetizar.

9.5) garantir vagas para todas as pessoas que não estudaram no tempo certo

9.6) realizar levantamento de caráter emergencial juntamente com o Banco Travessia, Professor da Família, CRAS e Escolas de jovens e adultos que não estudaram no tempo certo

9.7) realizar e dar continuidade às parcerias para beneficiar economicamente jovens e adultos que frequentam cursos de alfabetização

9.8) dar continuidade a formação dos adultos pré-alfabetizados por meio de avaliação específica e certificação.

- criação de grupos separados por faixa etária que fazem/farão parte dos Grupos de Convivência do CRAS.

9.9) aplicar temáticas/dinâmicas envolvendo Cidadania, Ética, Civismo e formação escolar;

9.10) identificar entre os usuários/público alvo CRAS aqueles cuja formação foi interrompida ou que frequentaram escolas; em conjunto com a Secretaria de Educação e o Banco Travessia, para nova inserção escolar;



9.11) estabelecer uma forma para que possa priorizar os idosos que estudam a se formar no ensino fundamental e médio, com horários específicos e transporte adequado com maior apoio do governo.

**Meta 10:** Oferecer, segundo demanda do território de Presidente Kubitschek, pelo menos 25% (vinte cinco por cento) das Matrículas de jovens e adultos nos ensinos Fundamental e Médio na forma integrada à educação profissional;

Estratégias:

10.1) implementar o currículo acrescentando disciplinas que proporcione conhecimentos básicos ao ingresso em cursos profissionalizantes.

10.2) divulgar através de assembleias o que é, como funciona, como participar, como permanecer e quais os benefícios esse projeto poderá trazer para sua formação

10.3) adaptar o calendário escolar à peculiaridades da região.

10.4) realizar levantamento diagnóstico da vocação trabalhista e oferta de trabalho no Município e região para vincular a EJA à educação profissional.

10.5) vincular o ensino da EJA à educação técnica.

10.6) estabelecer parcerias para criação de cooperativas e associações com fins lucrativos como artesanato, doces em geral, diaristas e etc., e dar assistência às mesmas;

10.7) garantir material pedagógico e didático para formação da EJA,



**Meta 11:** Duplicar as matrículas e inscrições da educação profissional oferecidas no território, assegurando a qualidade da oferta;

11.1) manter, em legislação própria a regulamentação da gestão democrática do ensino oferecido, em parcerias com o Instituto e outras, buscando atender as expectativas da comunidade, instituindo mecanismo que possibilitem elevação dos níveis de escolaridade e habilitação profissional.

11.2) assegurar no próprio sistema de ensino as ofertas de novos cursos para a formação continuada e aperfeiçoamento profissional.

11.3) instituir mecanismo que possibilitem a formação continuada e qualificada à estudantes da comunidade.

11.4) promover reuniões, palestras com concluintes de Cursos Técnicos para relatarem a importância do mesmo, a alunos e concluintes do Ensino Médio.

11.5) envolver toda a comunidade para a discriminação da importância do Curso Técnico na vida educacional.

11.6) Buscar parcerias com empresas, para desenvolvimento da prática de estágio, viabilizando formação e vínculos de empregabilidade.

11.7) criar parcerias com empresas para estágio e empregabilidade de alunos no final do curso técnico.

**Meta: 12:** Educação Superior Elevar e assegurar o estímulo à educação superior dos alunos concluintes do Ensino médio da(as) escola do território de Presidente Kubitschek;



12.1) assegurar e garantir o transporte escolar para os alunos que estudam em universidades regionais e dependem do uso do transporte do município;

12.2) criar bolsas para alunos que não possuem condições para o pagamento do transporte;

12.3) regularizar o transporte escolar reunindo os beneficiários e definir estratégias para uso do transporte.

12.4) definir uma comissão para acompanhar e tratar dos assuntos relacionados ao transporte;

12.5) fiscalizar boleto, o aluno que estiver com o mesmo em dia será beneficiado e o que não estiver com o pagamento em dia será advertido.

**Meta 13:** Elevar gradualmente no território de Presidente Kubitschek as matrículas na pós-graduação lato-sensu( especialização) e stricto-sensu( mestrado e ou doutorado...), em pelo menos 50% dos educadores do território de Presidente Kubitschek;

13.1) assegurar e estimular os profissionais a qualificar-se graduando e pós graduando.

13.2) elevar o índice de formação no quadro dos profissionais ( magistério, faculdade e pós graduação em curto prazo).

13.3) assegurar a pós graduação com bônus parcial aos profissionais da educação básica;

13.4) criar parcerias Prefeitura/ Faculdade/ Universidades para oferecer aos profissionais o curso de pós- graduação;

13.5) garantir pontuação extra para os profissionais com pós graduação para o processo seletivo.

13.6) oferecer gratuitamente cursos presenciais ou online de pós-graduação



13.7) autorizar o afastamento do profissional no período do curso, caso seja presencial, dando direito a substituto com o objetivo de não causar transtorno para a instituição e o aluno, garantindo maior compromisso do profissional no curso.

13.8) valorizar financeiramente o profissional, pós graduado, com adicional ao vencimento.

13.9) incrementar os cursos de formação continuada, propostos pelo Governo, com carga horária que dê direito a titulação equivalente a certificação de pós-graduação.

**Meta 14:** Garantir em regime de colaboração e parcerias entre a união, o estado, a federação e o próprio município até 2017, políticas de Formação dos profissionais de Educação de Presidente Kubitschek;

14.1) assegurar o profissional conforme sua titulação na área de educacional, por meio de processo seletivo quando há necessidade de demanda.

14.2) estimular os professores da Educação Infantil formação continuada do Magistério e outros cursos.

14.3) garantir ao corpo docente, profissionais habilitados na área de conhecimento;

14.4) oferecer aos profissionais um incentivo(bolsa) para qualificação profissional (Educação Infantil);

14.5) contratar, quando necessário, profissionais com habilitação específica para área que se fizer necessário.



14.6) reivindicar melhores condições de trabalho e melhores salários para que possa incentivar a formação de novos profissionais.

14.7) criar parcerias com a Universidade no sentido de trazer a cursos universitários para o município.

14.8) solicitar dos governos Estadual e Federal o financiamento desses cursos.

14.9) fazer levantamento da demanda de alunos para formação de uma turma para o curso do Magistério, juntamente à SRE .

14.10) buscar parceria com Universidade para que o curso do Magistério seja realizado no Município.

14.11) Favorecer cursos de Educação inclusiva para os profissionais do território em parceria com universidades, apoio e incentivo do governo Federal, para oferecer e garantir melhor aprendizagem dos educandos.

**Meta 15:** Contribuir para a formação em nível de pós graduação 70% dos professores da Educação Básica de Presidente Kubitschek, até o último ano de vigência deste PME(2024) e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica da cidade formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades demandas e contextualizações do ensino.

15.1) elevar o índice de formação aos profissionais graduados e pós-graduados até o final do PME

15.2) ofertar cursos de formação continuada aos profissionais.

15.3) garantir aos profissionais formação continuada em sua área de atuação em parcerias com prefeitura e governo federal.



15.4) assegurar cursos de especialização na educação inclusiva para todos os professores com o objetivo de atender a todos os alunos;

15.5) ofertar aos profissionais (Educação Infantil e Fundamental) cursos de formação continuada para melhorar a qualidade de ensino;

15.6) valorizar o profissional com incentivo financeiro aos cursos de formação continuada adquiridos;

15.7) incentivar o profissional em efetivo exercício a cadastrar em cursos de Formação continuada, disponibilizada pelo governo, em sua área de atuação.

15.8) garantir substituto no período de curso presenciais.

15.9) permitir substituição da carga horária cumprida no curso de formação continuada em horas módulo II.

15.10) aprovar o incentivo financeiro e classificatório, para os cursistas da formação continuada, equiparando –igualando- os cursos de pós-graduação.

15.11) oferecer aos profissionais um incentivo (bolsa) financeiro para capacitação ou habilitação específica na área de trabalho;

15.12) possibilitar a elevação do Pacto e outros cursos à título de Pós graduação.

15.13) Efetivar os profissionais contratados, conforme demanda, através de concurso público, sendo estes habilitados para exercer a função;

15.14) valorizar os títulos adquiridos pelos profissionais da educação básica;



15.15) solicitar junto à SEE e SRE cursos de graduação e aperfeiçoamento dos docentes.

15.16) solicitar à UNIAO e SEE bolsas de estudo para os docentes em afetivo exercício.

15.17) solicitar da SEE, UNIÃO, e Universidades, que cursos de graduação e pós-graduação sejam pleiteados no município.

15.18) solicitar junto à SRE e SEE que cursos de graduação e pós-graduação sejam mais voltados para a prática docente;

**Meta 16:** Valorizar os profissionais(as) do magistério do território de Presidente Kubitschek da Educação básica do município de forma a equiparar seu rendimento médio e garantir seu pleno direito proporcional de forma a garantir que seja efetivo a remuneração em conformidade com o Piso Salarial Nacional.

16.1 Continuar garantindo conforme os repasses, os valores financeiros aos funcionários do magistério.

16.2 proporcionar a aposentadoria ou afastamento com garantia de todos os direitos conforme contribuição ao regime geral da Previdência Social/INSS.

16.3 Garantir o reajuste anual do professor com base no Piso Nacional;

**Meta 17:** Reestruturar e assegurar no prazo de 2(dois) anos, o plano de carreira para os(as) profissionais de Educação Básica de todos os professores do território de Presidente Kubitschek, tomando como referência o piso Salarial



Nacional Profissional definido em lei federal nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

17.1) reestruturar o plano de carreira dos profissionais da educação, revendo o piso salarial de acordo com o Governo Federal, automaticamente.

17.2) rever o salário do professor, supervisor, coordenador na aposentadoria uma vez que quando o funcionário aposenta o salário diminui.

17.3) garantir e assegurar o processo seletivo da educação no mês de Janeiro.

17.4) rever as gratificações dos professores regentes a fim de assegurá-las;

17.5) garantir e assegurar aos professores com mais de vinte anos de serviço um trabalho de apoio.

17.6) prever nos planos de carreira dos profissionais da educação Municipal, licenças remuneradas e incentivas para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.

17.7) implantar na rede pública de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais experientes, durante o aprofundamento de estudos na área de atuação do professor com destaque para os conteúdos a serem ensinados e metodologias de ensino de cada disciplina.

17.8) priorizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação.



17.9) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira.

**Meta18:** Efetivar a gestão democrática no território a fim de democratizar a educação municipal, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, prevendo recursos e apoio técnico até o ano de 2016.

18.1) criar um Conselho com representantes dos diversos segmentos envolvidos na educação, , atribuindo-lhes poder de caráter consultivo e deliberativo.

18.2) divulgar as ações executadas e propostas elaboradas, objetivando transparência e colaboração.

18.3) criar parcerias com as diversas secretarias e outras instituições com a finalidade de disseminar as propostas elaboradas e executadas objetivando transparência e colaboração.

18.4) elaborar e executar projetos com objetivo de ocupar o tempo ocioso das crianças e adolescentes, estudantes ou não, buscando parcerias com as Universidades e outros órgãos.

18.5) Informatizar os instrumentos e documentos da secretaria a fim de agilizar processos;

18.6) Elaborar critérios democráticos para a participação de cargos de direção, coordenação, conselhos e caixas escolares entre outros.

**Meta 19:** Ampliar o investimento público e a busca de parcerias para financiamento em educação pública de forma a atingir, em média 27% (vinte



sete por cento) em educação Básica nos anos iniciais do ensino Fundamental, no 2º(segundo) ano de vigência desta Lei.

Estratégias:

19.1- garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, de qualidade nacional;

**Meta 20:** Ampliar o investimento a educação tecnológica no território de Presidente Kubitschek, em pelo menos 70%( setenta por cento), das escolas da rede pública e a busca de parcerias para financiamento da mesma.

Estratégias:

20.1- garantir a oferta de recursos tecnológicos à população educacional atendida no município de 70% até o ano de 2019.

20.2- Criar um laboratório de ciência e tecnologia bem estruturado em parceria com as três esferas governamentais.

20.3- oferta de cursos tecnológicos para atendimento à população assistida em parceria com universidades e empresas .

## **ANEXO II – INDICADORES DAS METAS DO PME**

**Meta 1:** Educação Infantil

- Indicador 1A – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.

Informações necessárias:

População de 4 e 5 anos que frequenta a escola.



População de 4 e 5 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 4 a 5 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 4 a 5 anos de idade}} \times 100$$

- Indicador 1B – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola

Informações necessárias:

População de 0 a 3 anos de idade que frequenta a escola.

População de 0 a 3 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 3 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 0 a 3 anos de idade}} \times 100$$

---

## **Meta 2: Ensino Fundamental**

- Indicador 2A – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

Informações necessárias:

População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola.

População de 6 a 14 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 6 a 14 anos de idade}} \times 100$$



- ❑ Indicador 2B – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Informações necessárias:

População de 16 anos de idade com 9 anos ou mais anos de estudos.

População com 16 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 16 anos de idade com 9 anos ou mais anos de estudos}}{\text{População com 16 anos de idade}} \times 100$$

---

### **Meta 3: Ensino Médio**

- ❑ Indicador 3A – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.

Informações necessárias:

População de 15 a 17 anos de idade que frequenta a escola.

População de 15 a 17 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos de idade que frequenta a escola}}{\text{População de 15 a 17 anos de idade}} \times 100$$

- ❑ Indicador 3B – Taxa líquida de matrícula no ensino médio.

Informações necessárias:

População de 15 a 17 anos de idade que frequenta o ensino médio.

População de 15 a 17 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:



$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos de idade que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos de idade}} \times 100$$

#### Meta 4: Inclusão

- ❑ Indicador 4 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

Informações necessárias:

População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual permanente e que frequenta a escola.

População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual permanente e que frequenta a escola}}{\text{População de 04 a 17 anos de idade que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual}} \times 100$$

#### Meta 5: Alfabetização Infantil

- ❑ Indicador 5 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º Ano do ensino fundamental.

Informações necessárias:

População de até 14 anos de idade que concluiu o 3º ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4º ano e foi declarada alfabetizada.

População de até 14 anos de idade que concluiu o 3º ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4º ano.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)



Cálculo:

$$\frac{\text{População de até 14 anos de idade que concluiu o 3o ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4o ano e foi declarada alfabetizada}}{\text{População de até 14 anos de idade que concluiu o 3o ano do ensino fundamental ou está matriculada no 4o ano}} \times 100$$

#### Meta 6: Educação Integral

- Indicador 6A – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.

Informações necessárias:

Número de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.

Número total de escolas públicas.

Fonte oficial:

INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{Número de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares}}{\text{Número total de escolas públicas}} \times 100$$

- Indicador 6B – – Percentual de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.

Informações necessárias:

Número de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.  
Número total de alunos da educação básica.

Fonte oficial:

INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{Número de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares}}{\text{Número total de alunos}} \times 100$$



---

Meta 7: Qualidade da Educação Básica/IDEB

Vide dados do IDEB em: [www.ideb.inep.gov.br](http://www.ideb.inep.gov.br)

---

Meta 8: Elevação da Escolaridade/Diversidade

- Indicador 8A – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Informações necessárias:

Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade

População de 18 a 29 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População de 18 a 29 anos de idade}}$$

- Indicador 8B – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.

Informações necessárias:

Soma dos anos das pessoas residentes na área rural na faixa etária de 18 a 29 anos de idade.

População de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas residentes na área rural na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População residente na área rural de 18 a 29 anos}}$$



- ❑ Indicador 8C – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.

Informações necessárias:

Soma dos anos de estudo das pessoas entre os 25% mais pobres na faixa etária de 18 a 29 anos de idade.

População de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas entre os 25\% mais pobres na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População de 18 a 29 anos de idade entre os 25\% mais pobres}}$$

- ❑ Indicador 8D – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

Informações necessárias:

Soma dos anos de estudo de negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade.

População de negros de 18 a 29 anos de idade.

Soma dos anos de estudo de não negros na faixa etária de 18 a 29 anos de idade.

População de não negros de 18 a 29 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\frac{\text{Soma dos anos de estudo de negros na faixa etária de 18 a 29 anos}}{\text{População de negros de 18 a 29 anos}}}{\frac{\text{Soma dos anos de estudo de não negros na faixa etária de 18 a 29 anos}}{\text{População de não negros de 18 a 29 anos}}} \times 100$$



- ❑ Indicador 9A – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Informações necessárias:

População com 15 anos ou mais de idade que foi declarada alfabetizada.

População com 15 anos ou mais de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População com 15 anos ou mais de idade que foi declarada alfabetizada}}{\text{População com 15 anos ou mais de idade}} \times 100$$

- ❑ Indicador 9B – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Informações necessárias:

População com 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo.

População com 15 anos ou mais de idade.

Fonte oficial:

IBGE/Censo Populacional (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo}}{\text{População com 15 anos ou mais de idade}} \times 100$$

---

**Meta 10: EJA Integrada**

- ❑ Indicador 10 – Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Informações necessárias:

Número de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nas etapas fundamental e médio.



Número total de matrículas da educação de jovens e adultos nas etapas fundamental e médio.

Fonte oficial:

INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal)

Cálculo:

$$\frac{\text{Número de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nas etapas fundamental e médio}}{\text{Número total de matrículas da educação de jovens e adultos nas etapas fundamental e médio}} \times 100$$

---

#### Meta 11: Educação Profissional

- Indicador 11A – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.

Informações necessárias:

Matrículas na educação profissional de nível médio: número absoluto.

Fonte oficial:

INEP/Censo Escolar da Educação Básica (abrangência municipal)

- Indicador 11B – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.

Informações necessárias:

Matrículas na educação profissional de nível médio na rede pública: número absoluto.

Fonte oficial:

INEP/Censo Escolar da Educação Básica (abrangência municipal)

---

#### Meta 12: Educação Superior

- Indicador 12A – Taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos.

Informações necessárias:

População que frequenta a educação superior.



População de 18 a 24 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (abrangência: Estado, Região e Brasil) INEP/Censo Escolar da Educação Básica.

Cálculo:

$$\frac{\text{População que frequenta a educação superior}}{\text{População de 18 a 24 anos de idade}} \times 100$$

- Indicador 12B – Taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos.

Informações necessárias:

População de 18 a 24 anos de idade que frequenta ou já concluiu a educação superior.

População de 18 a 24 anos de idade.

Fonte oficial:

IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (abrangência: Estado, Região e Brasil), INEP/Censo Escolar da Educação Básica.

Cálculo:

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos de idade que frequenta ou já concluiu a educação superior}}{\text{População de 18 a 24 anos de idade}} \times 100$$

---

**Meta 13: Pós-Graduação**

- Indicador 13A – Número de títulos de mestrado concedidos por ano.

Informações necessárias:

Número de títulos de mestrado concedidos: número absoluto



Fonte oficial:

CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(abrangência: Estado, Região e Brasil)

- Indicador 13B - Número de títulos de doutores concedidos por ano.

Informações necessárias:

Número de títulos de doutorado concedidos: número absoluto.

Fonte oficial:

CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(abrangência: Estado, Região e Brasil)

---

Meta 14: Profissionais de Educação.

Não há indicador da situação dos entes federados do Brasil para essa meta do PNE.

---

Meta 15: Formação

- Indicador 15 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Informações necessárias:

Número de funções docentes na educação básica com pós-graduação lato ou stricto sensu.

Número total de funções docentes na educação básica.

Fonte oficial:

INEP/Censo Escolar da Educação Básica (Abrangência Municipal)

Cálculo:



$$\frac{\text{Número de funções docentes da educação básica com pós – graduação} \\ \text{lato ou stricto sensu}}{\text{Número de total de funções docentes da educação básica}} \times 100$$

- 
- Indicador 16 – Percentual de investimento na educação básica do município em conformidade com o Piso Salarial Nacional

- Informações necessárias:

Valor investido em salários de professores escolares municipais.

Número total professores municipais.

Fonte oficial:

TCE e acervo da Tesouraria Municipal de Presidente Kubitschek

---

Meta 17

Informações necessárias:

Existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Pagamento de remuneração, no plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica, em conformidade com o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

---

Meta 18

Existência e efetividade de mecanismos de participação popular como conselhos municipais de educação, consulta pública à comunidade escolar, audiências públicas, etc.



## **ANEXO III – DIAGNÓSTICO**

### **SUMÁRIO**

1. Introdução.....	57
1.1 Objetivo Geral .....	58
2 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO .....	60
2.1 Históricos do Município .....	60
2.2 Aspectos demográficos .....	65
2.3 - Aspectos sociais .....	69
2.3.1 Índice de desenvolvimento humano.....	70
2.3.2- A cultura.....	70
2.3.2.1 Vocação trabalhista de Presidente Kubitschek: Área turística .....	71
2.3.3 O esporte .....	72
2.4 - Aspectos econômicos .....	73
2.4.1 Produção.....	74
2.4.2 Mercado de trabalho .....	74
2.4.2.1 Arrecadação Municipal.....	75
2.5 Administração pública .....	76
2.5.1 Estrutura .....	76
2.5.1.1 Estrutura escolar proinfância- CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil Professor Sirley Pedro da Silva .....	78
2.5.1.2 Organização administrativa do CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil Professor Sirley Pedro da Silva .....	78
2.5.1.3 Características e Dimensionamento de ambiente do CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil Professor Sirley Pedro da Silva .....	78
2.5.1.2- Estrutura escolar Escola Municipal Nossa Senhora das Dores .....	79



2.5.1.3- Estrutura escolar Escola Estadual Pio XII.....	81
2.5.2 Finanças .....	83
3 - EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....	84
3.1 - Histórico da educação no município .....	84
3.1.2 A educação .....	84
4. Diagnóstico da educação no município .....	90
4.1.1 Garantia do direito à educação básica com qualidade (primeiro grupo de metas) .....	90
4.1.1.1 Educação infantil .....	90
4.1.1.2 Ensino fundamental.....	94
4.2.2 - SUPERANÇA DAS DESIGUALDADES E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS (segundo grupo de metas).....	110
4.2.3 Valorização dos profissionais da educação .....	112
4.2.4 Ensino Superior.....	115
4.2.5 Gestão Democrática e Participação Social .....	116
4.2.6 Financiamento.....	118
4.2.6.1 Aplicação para manutenção do ensino .....	121
2.5.3.1 Finanças Transporte Escolar .....	122



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Beneficiários PBF por cor ou raça: .....	68
GRÁFICO 2: Beneficiários do PBF por idade:.....	68
GRÁFICO 3– Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011 .....	84
GRÁFICO 4: Crianças de 0 a 3 anos que frequenta a escola.....	91
GRÁFICO 5: Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola	92
GRÁFICO 6: Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.	93
GRÁFICO 7: Percentual de População de 6 a 14 anos que frequenta a escola .....	94
GRÁFICO 8: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.....	95
GRÁFICO 9: população de 15 a 17 anos que frequenta a escola .....	96
GRÁFICO 10: Escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos (Meta Brasil 85,0%) .....	96
GRÁFICO 11: Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano E.F. ....	97
GRÁFICO 12: Escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares (Meta Brasil 50%).....	98
GRÁFICO 13: Alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares (Meta Brasil 25%).....	99
GRÁFICO 14:Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres residente em área rural (meta pelo menos 12 anos de escolaridade)	106
GRÁFICO 15: Escolaridade média da população e da população não negra de 18 a 29 anos( meta pelo menos 12 anos de escolaridade). ....	107
GRÁFICO 16: Taxa de alfabetização da população de jovens e adultos (Meta Brasil 93,50%) .....	108
GRÁFICO 17: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais. (Meta Brasil 15.30%).....	109



GRÁFICO 18: Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.....	110
GRÁFICO 19: Percentual da educação básica com pós-graduação .....	114
GRÁFICO 20 - Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$).....	119
GRÁFICO 21 – Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	119
GRÁFICO 22 – Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino... ..	120
GRÁFICO 23: Recurso do transporte escolar 2014 (Estado).....	122
GRÁFICO 24: Recurso do QESE – Salário Educação 2014.....	124
GRÁFICO 25: Recurso do PDDE 2014.....	125
GRÁFICO 26: RECURSO PNATE (TRANSP ESCOLAR - FNDE) 2014 .....	126
GRÁFICO 27: Recurso Merenda Escola (PNAE)2014.....	128
GRÁFICO 28: Recurso Banco Travessia 2014 .....	129
GRÁFICO 29: RECURSO FUNDEB 2014 .....	130



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Crescimento população .....	60
TABELA 2: Evolução do PIB per capita .....	70
TABELA 3: Participação dos setores da economia no PIB .....	71
TABELA 4: Evolução taxa de analfabetismo .....	85
TABELA 5: de alunos/ professores e assistentes .....	88
TABELA 6: Indicadores da Educação Básica da localidade .....	89
TABELA 7: Docentes da Educação Infantil, por formação .....	92
TABELA 8: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental .....	100
TABELA 9: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos Finais do Ensino Fundamental .....	101
TABELA 10: Taxas de rendimento - Anos Iniciais do Ensino Fundamental...	101
TABELA 11: Taxa de Aprovação/ Rede Municipal 1º ao 5º Ano .....	102
TABELA 12: taxa de Reprovação todas as redes/1º ao 5º ano.....	102
TABELA 13: taxa de Reprovação/ rede Municipal 1º ao 5º ano.....	103
TABELA 14: Taxas de rendimento-Alunos Finais do Ensino Fundamental...	103
TABELA 15: Taxa de Reprovação todas as redes 6º ao 9º ano .....	104
TABELA 16: Taxa de abandono 6º ao 9º Ano.....	104
TABELA 17: Taxas de Rendimento-Ensino Médio.....	105
TABELA 18: Taxa de Reprovação/ Todas as Redes/1º ao 4º ano.....	105
TABELA 19: Taxa de abandono toda rede 1º ao 5º ano .....	106
TABELA 20: Indicadores da Educação Básica da Localidade .....	111
TABELA 21: Matrículas na Educação de jovens e Adultos de alunos de 18 a 29 anos.....	111
TABELA 22: Por/ Cor/ Raça.....	112
TABELA 23: Porcentagem de professores da educação básica com curso superior.....	112





TABELA 24: Porcentagem de professores da educação básica com curso superior.....	113
TABELA 25: Professores por etapa/ Professores do Ensino Médio.....	113
TABELA 26: porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação.....	115
TABELA 27: Indicadores da Educação Básica/ dados gerais.....	117
TABELA 28:Caráter do Conselho Municipal de Educação.....	117
TABELA 29: RECURSO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2014 (ESTADO)....	122
TABELA 30:RECURSO DO QESE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 2014 .....	123
TABELA 31: RECURSO DO PDDE 2014 .....	124
TABELA 32: RECURSO PNATE (TRANSP ESCOLAR - FNDE) 2014.....	125
TABELA 33: RECURSO MERENDA ESCOLA (PNAE) 2014 .....	126
TABELA 34: RECURSO BANCO TRAVESSIA 2014.....	128
TABELA 35: Recurso FUNDEB 2014.....	129

#### **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1: Geográfico do território: Presidente Kubitschek-MG .....	60
--	----



## 1. INTRODUÇÃO

Planejar é elemento de fundamental importância no processo de trabalho. Com base nesse direcionamento, em 25 de Junho de 2014, no congresso Nacional em Brasília, é aprovado o Plano Nacional de Educação sob a lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da referida lei Federal. Ela apresenta-nos algumas diretrizes:

- I- erradicação do analfabetismo;
- II- universalização do atendimento escolar;
- III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VI I - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto -PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Após a aprovação do PNE, os municípios devem com prazo de um ano, elaborar ou adequar o Plano Municipal de Educação. O Município de Presidente Kubitschek, contando com o apoio da Secretaria de Estado de Educação e a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais), Prefeito municipal Rômulo Ronaldo dos Santos, Câmara Municipal de vereadores, aderiram ao trabalho para elaboração do Plano Municipal de Educação de Presidente Kubitschek. Conforme publicação de Portaria Nº67/2014 de 19 de Agosto de 2014, que designa e nomeia a Equipe Técnica para coordenar a comissão de Elaboração do Plano Municipal de



Educação, secretaria municipal de educação a senhora Meire Borges Farnezi Fernandes, a coordenadora Cristina Aparecida de Matos Soares e o senhor Christiano Mágnio Pinto. A equipe técnica organizou encontros com vários segmentos da cidade, e após assembleia geral, compôs-se a equipe responsável para a efetivação dos trabalhos e empossados por meio de atas e decreto que valida e nomeia a comissão para elaboração do Plano em Portaria Nº68/2014 de 19 de Agosto de 2014, segundo registro e publicação do senhor Prefeito Rômulo Ronaldo dos Santos.

É de fundamental importância esclarecer e registrar que o PME, não é um Plano do Sistema ou da Rede Municipal de Ensino, mas um Plano de todo o território Municipal, integrado ao Plano Estadual e ao Nacional, porém mais integrado à realidade, à vocação e às políticas públicas do Município, sua realidade, sua cultura e sua história.

O documento é, ao mesmo tempo, pensamento estratégico articulado e participativo, auxílio importante e fundamental para a construção e consolidação de estrutura moderna e indutora do desenvolvimento das políticas públicas de educação. O plano não está descolado dos objetivos da população e dos administradores municipais, pois foi construído em conjunto, ele transcende a perspectiva de um governo, que tem mandato máximo de quatro anos, pois a vigência desse plano é de dez anos.

A participação dos atores e da população na definição dos objetivos do plano em consonância com a vocação anseios e necessidades do município, numa cadeia lógica e científica explícita e concretizada. Nesse exercício nasce o PME de Presidente Kubitschek, que define Metas e estratégias para o atendimento das mesmas.

### ***1.1 Objetivo Geral***

Procurar executar o PME de Presidente Kubitschek, a contar de sua aprovação e com prazo de vigência até 2024, com suas metas e estratégias fazendo um



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)

monitoramento contínuo e sólido, verificando o cumprimento das metas estabelecidas, com informações organizadas para melhor e maior efetivação.



## 2 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO

### 2.1 Históricos do Município

O Município de Presidente Kubitschek encontra-se na região Sudeste do Brasil, no Norte do Estado de Minas Gerais, de porte I, população máxima de até 3.000 habitantes. Com dados de 2010, observados na **Tabela 1**, consta que população do município era igual a 2.961 habitantes, com 68,16% das pessoas residentes em área urbana e 31,84% em área rural.

#### MAPA 1: Geográfico do território: Presidente Kubitschek-MG



Fonte: IBGE

#### TABELA 1: Crescimento população



Ano	Habitantes
2012	2.961,00
2011	2.960,00
2010	2.959,00
2009	3.087,00
2008	3.075,00

Fonte: sitio PNE

De acordo com os dados estatísticos, em relação ao crescimento populacional, nota-se que de 2008 para 2009, esse permaneceu quase inalterado, tendo uma queda em 2010 e 2012 referente aproximadamente 4%.

O território está localizado em meio à Serra do Espinhaço, no centro norte de Minas Gerais, cuja altitude é de 1.109 metros, sua paisagem peculiar é composta de serras, cascatas, cachoeiras e campos. Limite geográfico com Serro, Datas e Conceição do Mato Dentro. A história do município vinculada à história Colonial é marcada por buscas constantes. Visando a exploração da riqueza territorial, fronteiras foram sendo alargadas no intuito de que se realizassem descobertas de metais preciosos.

Após o Pau Brasil e a cana de açúcar, seguindo a intensa exploração das terras Brasileiras, o século XVIII se caracterizou pelo desenvolvimento da economia mineradora. A descoberta de metais preciosos pelos bandeirantes paulistas determinou o início do povoamento de regiões do interior, nos atuais estados de Minas Gerais, Mato grosso do Sul e Goiás. Tais descobertas deram um novo rumo para a história destes territórios, se tornando um atrativo para grande quantidade de pessoas, o que alavancou o surgimento de aglomerados humanos.

Várias expedições foram realizadas, entre elas a de Antônio Soares Ferreira e seu filho João Soares Ferreira, que em 1702, nas vertentes das terras, hoje conhecidas como Serra do Espinhaço, descobriram uma grande quantidade de ouro, onde fundaram o arraial do Serro Frio, elevando a categoria de Vila em 1714, com o nome de Vila do Príncipe do Serro.



Atraídos pela abundância de ouro encontrado na região, chamada pelos índios de Ivituruí (serras frias, antigo nome de Presidente Kubitschek), os bandeirantes, paulistas, e portugueses mineravam nas margens do Rio Jequitinhonha.

Essa riqueza atraiu grande número de pessoas e no ano de 1734, começaram a surgir ao redor do Tijuco várias povoações como Rio Manso, Araçuaí, Rio Preto, Gouveia, Curlmataí, Pouso Alto (atual Presidente Kubitschek) entre outras.

As descobertas de diamantes em 1730 fizeram com que a coroa portuguesa impusesse regulamentos severos à atividade mineradora.

Pelo Alvará de 27 de Outubro de 1819, a Arraial do Tijuco passou a distrito da Vila do Príncipe do Serro, sendo desmembrado por decreto de 13 de Outubro de 1831 tornando se Vila Diamantina. A 4 de Junho de 1832, tornou se município e por efeito da Lei provincial número 93, de março de 1838 é elevada à categoria de cidade, tendo ligado a si vários distritos.

Entre os distritos pertencentes à Diamantina, encontra se Pouso Alto (atual Presidente Kubitschek), nascido por volta do ano de 1734, quando ao redor do Arraial do Tijuco florescia importantes povoações. Anteriormente habitada por índios; segundo conta a tradição popular desta localidade, era chamado Ocapoã e Ivituruí.

A partir da mineração nos córregos e campos, surgiu o povoado que deu origem a atual Presidente Kubitschek. Este povoado servia de passagem para os tropeiros, que abasteciam toda a área mineradora com gêneros alimentícios. Vindos da Estação Ferroviária de Barão de Guaicuí para a Região da Mata, os tropeiros faziam pouso em Ivituruí, pernoitando no alto de um lugar chamado Capoeira Grande. Devido à região ser uma área elevada e também local de parada, os tropeiros a chamaram de Pouso Alto.

O acesso ao distrito de Pouso Alto era muito difícil, o melhor caminho para chegar a Diamantina e Curvelo era por Camelinho, Tigre, Ribeirão D'Areia, Gouveia, Lages. O trajeto era feito em lombo de animal, carro de boi ou a pé. Devido a esta dificuldade, a saída de pessoas do Pouso Alto só acontecia em casos de extrema necessidade, o que dava ao distrito um ar de isolamento.

julho de 1910, foi criada no povoado de Andrequicé, pertencente ao distrito de Pouso Alto, uma escola mista primária.

Em virtude da existência de uma cidade mineira que também levava o nome de Pouso Alto, o que trazia equívocos em termos de comunicação e transportes (era comum o extrativo de cartas... pessoas se perdiam), surgiu a ideia de trocar o nome. Então, pela Lei nº 843, de 7 de Setembro de 1923, o nome de Pouso Alto foi substituído por Tijucal.

O vereador Manoel Garcia Vidal, um espanhol que residiu em Tijucal, se tornou uma pessoa importante para o distrito, comprador de diamantes, chefe político e mestre de obras, administrou o conserto da estrada Datas Tijucal. Era costume de o povo pedir Manoel Garcia que pagasse impostos em Diamantina, em virtude de suas idas constantes à sede do município.

Os anos se passavam e o acesso ao distrito permanecia muito difícil, mas por volta de 1931, através das iniciativas particulares, como a do Sr. Elizeu Rodrigues Mariano, foram abrindo-se estradas. Tal mudança foi influenciada também pela chegada do automóvel à região. O encarregado pela obra foi o Sr. Álvaro Farnezi. Em 1945, a Câmara entra com pedido de reformas nas estradas de Tijucal Moinhos (rodoviária para Serro), sendo o encarregado, mais uma vez, o Sr. Álvaro Farnezi. Os trabalhos na estrada duraram, provavelmente, de junho a novembro de 1945. Quem fornecia os gêneros alimentícios para os trabalhadores da obra era o Sr. Levy de Oliveira e Silva, proprietário de um armazém em Tijucal. No fim dos trabalhos não apareceu responsável pelo pagamento da dívida, ficando o Sr. Levy com o prejuízo. A ponte sobre o Rio Tijucal, também teve como responsável o Sr. Álvaro Farnezi. Toda obra foi feita utilizando madeira retirada das terras do Soares (Povoado próximos a Tijucal). Segundo o recenseamento de 1950, Tijucal tinha 609 habitantes, o que representava 1,08% da população do Município de Diamantina. Em 1951, o distrito contava com sete armazéns, uma farmácia e um cinema. O cinema era de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHKE**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)

Embora existissem as dificuldades de acesso e a relativa distância das outras localidades, a população de Pouso Alto conquistou o direito à educação. As aulas



Propriedade do Sr. Plínio Rodrigues de Oliveira, era a atração de lazer nos fins de semana.

Em 1954, o Sr. Álvaro Farnezi toma posse como subdelegado da Polícia de Tijucal, nomeado pelo artigo 3º, do Decreto lei nº 2105 de 25 de Abril de 1947.

Em 06 de outubro de 1959 foi aprovado o projeto de lei nº 184 que criava a Escola Municipal do Patinha, Povoado de Tijucal, atualmente a maior parte da população migrou para a cidade.

Com o desenvolvimento do distrito de Tijucal e a autonomia conquistada ao longo dos anos, o sonho de emancipação permeava entre a população, mas para que a emancipação fosse aprovada, era necessário que o distrito preenchesse as condições exigidas por lei e respeitasse as divisas atuais. Para isso contou com a avaliação de integrantes da Comissão de Legislação, Finanças e Justiça de Diamantina, cujos integrantes eram vereadores.

Tijucal não mediu esforços para conquistar sua emancipação, para isso buscou apoio de diversos deputados. Ainda assim, o distrito encontrava dificuldade para que a emancipação, se efetivasse, porque não apresentava os requisitos exigidos, como por exemplo, o nº de casas era insuficiente, conforme carta enviada pelo Sr. Valdir de Ávila ao Sr. Levy de Oliveira e Silva.

O processo de emancipação de Tijucal se tornou motivo de disputa política, onde os partidos viam na luta pela autonomia do distrito uma chance de obter votos dessa população.

Em meio a tantos embates políticos e entraves (como o engavetamento do processo em junho de 1962), aos 30 de Dezembro desse mesmo ano, o distrito de Tijucal foi emancipado pela Lei Nº 2764, com o nome de Presidente Kubitschek. A escolha do nome foi uma homenagem ao ilustre Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira, mas representou também uma jogada política, visto que o Presidente J.K tinha maioria na assembleia Legislativa, o que favoreceu a emancipação.

Sendo elevada à categoria de cidade, Presidente Kubitschek lutou pela melhoria do município, priorizando a educação, saúde, esporte, lazer e segurança. A economia permaneceu voltada para a produção agropastoril em pequena escala e a



extração mineral, que adquiriu maior importância através da atividade dos garimpos de diamante e cristal. Famílias inteiras, inclusive as crianças iam explorar os córregos e as jazidas de cristais, no final da semana recebiam o pagamento em dinheiro pelas vendas feitas aos depósitos de cristais da cidade. Outra fonte de renda para o povo Kubitschekense foi o comércio de sempre vivas, retiradas dos campos do município. Hoje a cidade sobrevive com a Agricultura de Subsistência familiar, o plantio de eucalipto, um pouco da extração de cristal, artesanato em capim dourado e o grande meio empregatício é a prefeitura.

A população preservava muitos costumes coloniais que se perderam até os dias atuais, práticas que misturam credices populares e coloniais. Mas as festas ligadas à religiosidade se destacam, nos calendários litúrgicos da Igreja dedicada a Nossa Senhora das Dores, localizada na Avenida que também recebe o nome da Matriz.

Por ocasião da emancipação, Presidente Kubitschek passou a ser formado por nove povoados principais: Andrequicé, Capela Velha, Guariba, Pantinha, Paulista, Raiz, Soares, Treme e Trinta Reis.

Nos últimos anos houve uma grande migração (êxodo rural) a saída do homem do campo para a cidade por iniciativa pessoal, pela busca de melhores condições de vida e trabalho por parte dos que migram.

Até o presente momento, há um esforço em registrar a história de Presidente Kubitschek que com seus 51 anos de emancipação e outros e outros mais de existência, já se tem muitas histórias para contar. Com seus 2.961 habitantes, a cidade faz parte do Circuito dos Diamantes, que hoje em dia é um roteiro turístico formado por 13 municípios que têm afinidades geográficas, históricas, culturais e naturais.

## **2.2 Aspectos demográficos**

Presidente Kubitschek é formado por nove povoados principais: Andrequicé, Capela Velha, Guariba, Pantinha, Paulista, Raiz, Soares, Treme e Trinta Reis.



Nos últimos anos houve uma grande migração (êxodo rural) a saída do homem do campo para a cidade por iniciativa pessoal, pela busca de melhores condições de vida e trabalho por parte dos que migram.

Até o presente momento, há um esforço em registrar a história de Presidente Kubitschek que com seus 51 anos de emancipação e outros, mais de existência, já se tem muitas histórias para contar. Com seus 2.961 habitantes, a cidade faz parte do Circuito dos Diamantes, que hoje em dia é um roteiro turístico formado por 13 municípios que têm afinidades geográficas, históricas, culturais e naturais.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do município de Presidente Kubitschek-MG, era igual a 2.959 habitantes. Com 68,16% das pessoas residentes em área urbana e 31,84% em área rural.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 1,16% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,6% da população, já em 2010 detinha 11,9% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,31% ao ano. Crianças e jovens detinham 32,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 961 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 28,5% da população, totalizando 842 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,52% ao ano), passando de 1.676 habitantes em 2000 para 1.766 em 2010. Em 2010, este grupo representava 59,7% da população do município.

Apesar da diminuição da taxa de crescimento dos jovens e aumento da taxa de crescimento dos idosos, ainda predomina no município a população jovem.

Conforme dados do último Censo Demográfico em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 12,0%. Na área urbana, a taxa era de 9,5% e na zona rural era de 17,1%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 3,2%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é maior que a taxa do Estado.



De acordo com dados do INEP, em 2012, a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental foi de 10,2% do 1º ao 5º ano e de 33,7% do 6º ao 9º ano. A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental municipal foi maior, quando comparada às taxas da Região Sudeste, maior que a do estado e maior que a do Brasil. A taxa de distorção idade-série no ensino médio do município foi menor que a taxa do Brasil, maior que a da região e menor que a do estado.

Os dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitam um diagnóstico sobre o mercado de trabalho. Os dados do Censo permitem conhecer a inserção ou não das pessoas no mercado de trabalho. O percentual de pessoas de referência do domicílio desempregada no município é de 3% e é maior que a do Estado, com dados do Censo de 2010.

Em relação à população de 16 anos ou mais em situação de informalidade, o percentual observado foi de 17,5%. Já em relação à população de 10 a 13 anos ocupada, o percentual observado foi de 4,7%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 26,7% tinham carteira assinada, 18,3% não tinham carteira assinada, 15,3% atuam por conta própria e 0,5% de empregadores. Servidores públicos representavam 24,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 14,7% dos ocupados.

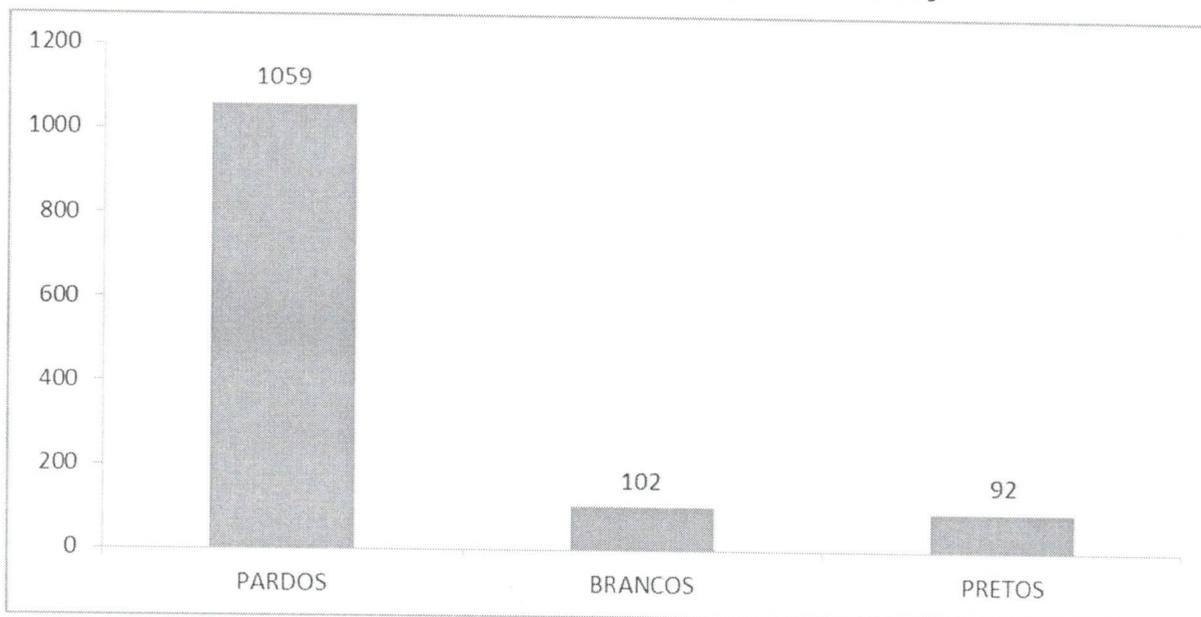
No Município PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em junho de 2014 era de 783 dentre as quais:

- 83 com renda per capita familiar de até R\$70,00;
- 275 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00;
- 555 com renda per capita até meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de julho de 2014, 287 famílias, representando uma cobertura de 79,9 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 152,86 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 43.872 no mês:

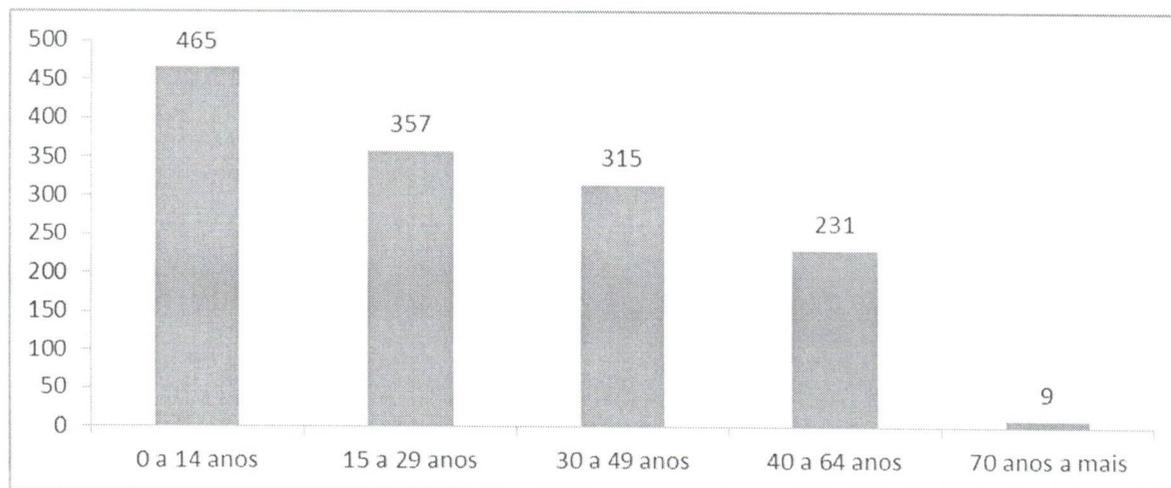


**GRÁFICO 1: Beneficiários PBF por cor ou raça:**



Fonte: Arquivo do CRAS

**GRÁFICO 2: Beneficiários do PBF por idade:**



Fonte: Acervo do CRAS



### **2.3 - Aspectos sociais**

Não generalizando percebemos que a marginalização e as drogas já não são uma dura realidade da grande cidade, essa está invadindo as pequenas como é o caso da nossa cidade. A falta de atrativos ao público jovem e o retorno de pessoas que regressam das grandes cidades acaba por salientar esse mal. Tais problemas tornam o território um lugar muitas vezes escasso e as famílias não percebem que esses males, antes visto só nas metrópoles aos poucos está chegando à cidade.

Na área social as atividades de esporte, lazer e entretenimento em geral, são oferecidas no CRAS Centro de Referência de Assistência Social, através de grupos de convivências de crianças, jovens, adolescentes, mulheres e idosos, onde temos parceria com a educação, realizando grupos também na escola municipal e CMEI.

A secretaria de cultura também realiza atividades com grupos de jovens, adolescentes em atividades como esporte (nas quadras municipais), ruas de lazer e atividades culturais na cidade (utilizando o anfiteatro e o mercado municipal).

A prefeitura municipal em parceria com as instituições religiosas do município, oferece à população as festas religiosas, marco histórico da cidade e a tradicional festa do Kubitschequense ausente que reúne um grande número de populares e visitantes. São momentos de interação, diversão e total descontração dos participantes que são convidados a participarem através de: propaganda volante, propaganda no rádio, convites pessoais entregues nas escolas e comunidades rurais e convocação pessoal feita de casa em casa. As atividades são oferecidas de acordo com a demanda apresentada pelo município. São feitas pesquisas em reuniões de pais e alunos que já participaram ou que queiram se inscrever nas atividades.

Acredita-se que tais encontros/grupos possam ser utilizados como mais um instrumento de informação para as ações em nosso município, pois contamos com um grande número de famílias/integrantes familiares que participam desses grupos e que podem se transformar em multiplicadores de informações.



### *2.3.1 Índice de desenvolvimento humano*

**TABELA 2: Evolução do PIB per capita**

<b>Ano</b>	<b>MUNICIPAL</b>	<b>NACIONAL</b>
2011	R\$ 5.647,69	R\$ 21.535,65
2010	R\$ 5.142,66	R\$ 19.763,93
2009	R\$ 4.480,69	R\$ 16.917,62
2008	R\$ 4.136,29	R\$ 15.991,55
2007	R\$ 3.633,30	R\$ 14.056,26
2006	R\$ 3.170,96	R\$ 12.686,60

Fonte: sítio PNE

Analisando a tabela acima que demonstra a Evolução do PIB per capita, o nosso município, entre 2006 a 2011 apresentou um crescimento, tendo aumento significativo de 78% de 2006 para 2011. Já a nível nacional também houve um crescimento significativo correspondente a 71% aproximadamente.

### *2.3.2- A cultura*

O desenvolvimento econômico é um aspecto chave na condução de políticas econômicas. Neste sentido, atributos ligados à educação, saúde, e mercado de trabalho têm norteado o planejamento de muitos municípios. Apesar da inquestionável relevância de tais abordagens, não é possível negar a forte relação existente entre o desenvolvimento econômico e o rendimento do trabalho auferido pelos indivíduos. A renda do trabalho impacta, tanto sobre o crescimento econômico de uma determinada localidade, como também afeta, em alguma medida, a qualidade de vida que os indivíduos obterão nessa sociedade. (BRITO, 2013).

Partindo deste pressuposto citado acima pode dizer que o desenvolvimento do setor econômico da cidade de Presidente Kubitschek segundo o levantamento, elaborado a partir de dados disponibilizados pelo IBGE, além de permitir estabelecer relações macroeconômicas, possibilita traçar, para cada município, seus perfis econômicos e setoriais.



**TABELA 3: Participação dos setores da economia no PIB**

Setores economia PIB 2011	
Serviços	79,90%
Indústria	10,30%
Impostos	2,60%
Agropecuária	7,20%

Fonte: IBGE

Observando a tabela de dados relacionados a participação dos setores da Economia no PIB, o destaque fica para o setor Serviços com 79,9%, pois a indústria só representa 10,3%, a Agropecuária 7,2% e por último o setor de Impostos com apenas 2,6%.

#### ***2.3.2.1 Vocação trabalhista de Presidente Kubitschek: Área turística***

Para identificar as possibilidades de vocação econômica e trabalhista no município deve-se explorar os elementos turísticos, culturais, históricos, folclóricos, religiosos e socioeconômicos. O município de Presidente Kubitschek possui grande potencial para área turística. Várias ações governamentais estão sendo implementadas com intuito de desenvolver atividades de turismo na cidade.

No ano de 2014 foram investidos em festas religiosas cerca de R\$ 26.784,00 reais (fonte: Prefeitura Municipal). Outros investimentos importantes são feitos em festas populares e divulgação turística cerca de R\$ 220.000,00 no ano de 2014 (fonte: Prefeitura Municipal). Esses investimentos são de grande relevância, pois são atividades geradoras de fluxo turístico.

Em relação ao fluxo de turistas pode-se estimar que aproximadamente 4.500 pessoas visitam o município no período de um ano. Para chegar a esta conclusão foram analisados:



- os visitantes das principais festas religiosas como a Festa do Santíssimo (local: sede), Semana Santa (local: sede), Festa de Nossa Senhora Aparecida (local: Comunidade do Trinta Reis), e Festa de Nossa Senhora das Mercês (local: comunidade do Andrequicé). Totalizando aproximadamente 900 visitantes.

-Festa popular foi analisada a Festa do Kubitschekense Ausente que gerou cerca de aproximadamente 1.500 visitantes durante seus 3 dias de duração no ano de 2014 na sua 24ª edição.

- Em relação aos atrativos turísticos o único atrativo que possui dados de visitação é o Cânion do Funil. Durante um ano o Cânion recebe aproximadamente 960 visitantes.

O turismo pode ser uma forma viável de conciliar esses dois polos, o crescimento do trabalho e do bem-estar-social. De acordo com Coriolano (2001: 36) o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício local significa adotar políticas que possam ocasionar trabalho e ocupação para todos, tanto quanto atuar no campo da proteção social e de programas emergenciais quando necessários, mas requer, sobretudo, o homem no centro do poder, de forma que possa promover a sua realização. Significa implementar atividades de revalorização do lugar e das pessoas. O turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões naturais.

A preservação da cultura popular exprime-se por intermédio das tradições, costumes e crenças. Essas manifestações vêm à tona em dias de festas. Pode-se destacar a Mulinha, Sinhá Tereza e os Caboclinhos com seus trajes indígenas, banda de música.

Conservando também as tradições religiosas como as festas e jubileus, além dessas, atualmente a Festa do Kubitschekense Ausente que reúne inúmeras pessoas de vários lugares.

### **2.3.3 O esporte**

O esporte, principalmente o futebol, que sempre está presente em todos os momentos, fazendo campeonatos com municípios vizinhos e entre os próprios times



municipais. Pode-se destacar um campo de futebol e também as três quadras poliesportivas cobertas, nas quais são utilizadas para atividades de lazer e esportivas e para o trabalho de professores de Educação Física tanto para a Escola Municipal quanto a Estadual, bem como jogos escolares como o (JEMG) Jogos Escolares de Minas Gerais, todos os anos.

#### **2.4 - Aspectos econômicos**

A agricultura familiar vem ganhando espaço no cenário econômico do município em algumas comunidades que fornecem seus produtos às escolas e à comunidade em geral. Existe também como fonte de renda na comunidade de Raiz o artesanato em capim dourado, cultivo de plantas ornamentais do serrado, plantio de café e eucalipto. Existe agricultura de subsistência como o cultivo de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, café, banana e hortaliças entre outras. Uma grande parcela da população é funcionária pública, na prefeitura ou no Estado. Em virtude dessa restrição na atividade econômica, muitos pais de família e jovens da comunidade são obrigados a trabalhar em outras cidades que oferecem oportunidade de emprego, esse fator contribui muitas vezes para o abandono escolar juvenil.

Outro recurso e fonte de renda para os moradores do município é a agricultura familiar que beneficia os produtores rurais das associações da cidade. Os produtos são adquiridos pelas escolas e adquiridos através da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar dos alunos da Escola Municipal Nossa Senhora das Dores e alunos da Escola Estadual “Pio XII” são pagos com recurso destinado a compra de merenda escolar, dinheiro este repassado pelo FNDE através do PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar. A finalidade da Agricultura Familiar é incentivar as famílias a plantarem mais visando melhorar a renda familiar. Para adquirir os produtos é feita uma consulta de preços junto a EMATER para ter como base quais produtos e a quantidade se pode comprar, pois o valor destinado a compra dos produtos é 30% (trinta por cento) da verba total repassada para a escola.



O garimpo foi a base principal da economia do Município. Em tempos mais distantes a extração era de ouro e diamantes, hoje em dia há pouca extração de cristal. E percebe-se um avanço no turismo ecológico.

#### ***2.4.1 Produção***

A produção agrícola municipal é advinda dos agricultores familiar do município. Vale ressaltar a participação da EMATER e prefeitura, que dando ênfase e acompanhando a produção dos mesmos para as escolas do município e para os moradores em geral nas feiras que acontecem no mercado municipal.

#### ***2.4.2 Mercado de trabalho***

Em relação ao mercado de trabalho do território percebe-se conforme diagnóstico que a concentração acentua-se no funcionalismo público, da prefeitura e do estado na Escola Estadual Pio XII, alguns comércios locais, artesanato, agricultura familiar e com potencial turístico. Esse ainda em fase de estruturação. Ações por parte da prefeitura são desenvolvidas em parceria com as secretarias municipais, em todos os níveis. Um projeto que merece destaque dentre os de cultura e turismos, menciona-se o Programa Bolsa Trabalho BPT O programa foi idealizado Levy Eduardo dos Santos (Secretário de Governo) e Dirceu Reinaldo dos Santos (Vereador eleito atualmente). Aprovado pela Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, cuja Lei nº 702/2014 foi sancionada em 26 de maio de 2014 pelo Prefeito Municipal Rômulo Ronaldo dos Santos, entrando em vigor a partir desta data e iniciando as atividades no dia 28 de Agosto de 2014.

Este Programa tem como objetivo incluir e valorizar pessoas a partir de 16 (dezesseis) anos para o desenvolvimento no mercado de trabalho de acordo com a necessidade de cada um. Os participantes deste Programa são remunerados com uma Bolsa de 50% do salário mínimo vigente, mensalmente, através de conta específica em uma carga horária de 4 (quatro) a 6 (seis) horas por dia, exercendo suas atividades em setores públicos, sendo eles acompanhados e treinados por



monitores indicados pela Secretaria de Governo, que também são responsáveis pela aferição da frequência dos bolsistas. Os monitores aptos a receber, serão remunerados com o valor de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 reais mensais. Este valor repassado a cada bolsista e cada monitor, tem como fonte, o Fundo de Amparo ao Cidadão suportado pelos Cofres Públicos Municipais; Empresas em parceria com a Prefeitura ou mesmo Pessoas Físicas que queiram apadrinhar 01(um) ou mais bolsistas. Este Programa tem como prazo mínimo de 06(seis) meses e máximo 30(trinta) meses, podendo ser desligado do Programa neste período o beneficiário que tiver comportamento social inadequado ou desistência própria.

Ao término do Programa será emitido um certificado de conclusão com a área de trabalho e carga horária cumprida, assinado pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário de Administração.

O número de pessoas beneficiárias do Programa poderá estender-se de acordo com a disponibilidade financeira e liberação de setores a serem designados. Atualmente 60 beneficiários do Programa.

O território apresenta ainda como fonte de renda à população e como potencial trabalhista e infraestrutura econômica, segundo dados da secretaria de tributos até o ano de 2014 63 estabelecimentos e razão social.

#### ***2.4.2.1 Arrecadação Municipal***

Com relação a arrecadação municipal, o município vem buscando novas formas de maximizar e otimizar a arrecadação própria dentre as quais podemos citar:

- Recadastramento de imóveis para fins de cálculo de IPTU, iniciado em 2013 e finalizado em 2014;
- Recadastramento e acompanhamento de empresas prestadoras de serviço no município para fins de ISSQN;
- Cobrança efetiva das Dívidas Ativas existentes no município;
- Fiscalização dos estabelecimentos comerciais no que refere a alvarás de localização e funcionamento e sanitário quando necessário;



- Mudança na legislação municipal referente a taxa de distribuição e tratamento de água e esgoto;

- Atualização da planta de valores, para fins de cálculo de IPTU, mediante lei aprovada na Câmara Municipal.

Em valores mensuráveis podemos demonstrar que arrecadação municipal própria, foi, no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2014, no valor de <sup>1</sup>R\$ 229.228,19, neste montante esta arrecadação de IPTU, ISSQN, ITBI, TSU, Taxa de Tratamento e Distribuição de Água e Esgoto e demais taxas de competência municipal. Considerando que a Receita do município neste mesmo período foi em torno de <sup>2</sup>R\$ 8.776,594,83; a arrecadação municipal própria, isto é, de impostos e taxas de competência exclusiva do município, corresponde a 2,61% de tudo que o município recebeu em termos de Receita. Esta análise demonstra claramente que o Município é totalmente dependente dos repasses do Governo Federal e Estadual.

## **2.5 Administração pública**

A sede da prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek, está situada à rua Agostinho de Oliveira Malaquias Nº 35, no centro da cidade. O Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek/MG é composto por funcionários de provimento em cargos efetivos, comissionados e contratados, conforme consta no programa da folha de pagamento, sendo a área de formação e habilitação dos funcionários distribuída da seguinte forma:

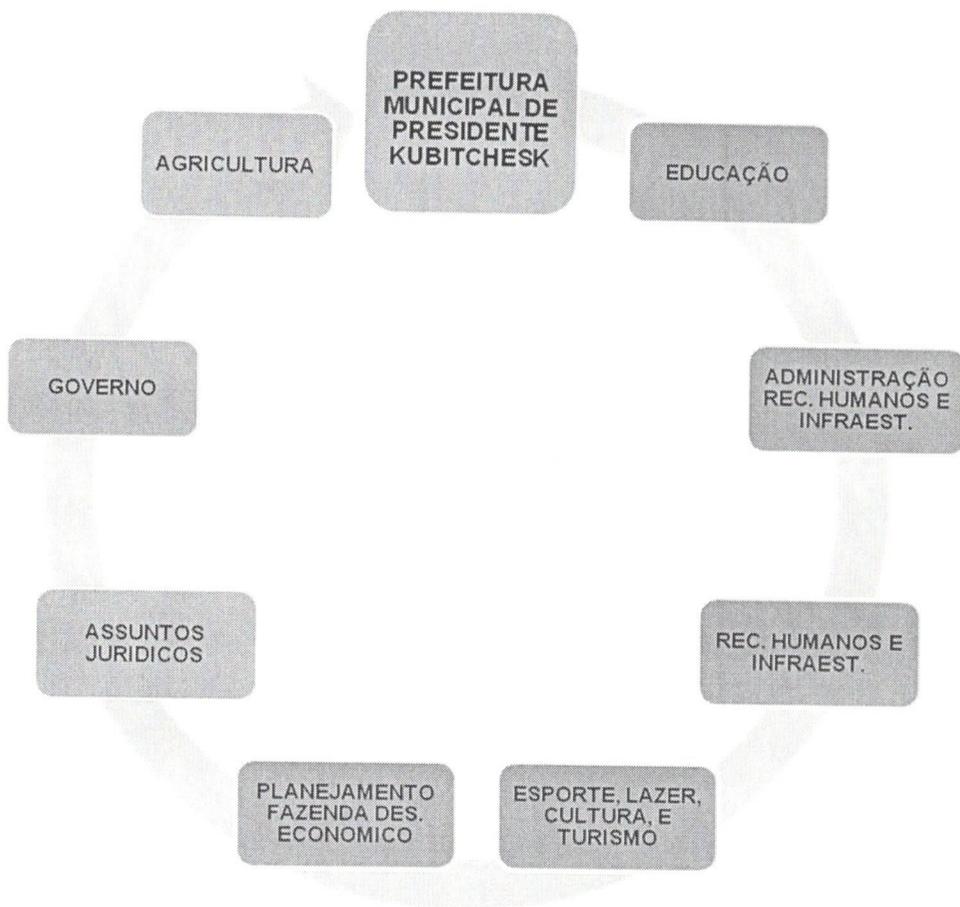
### **2.5.1 Estrutura**

O organograma abaixo se refere à prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek e as respectivas secretarias existente:

---

<sup>1</sup> Setor de Arrecadação e Tributos Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek/MG

<sup>2</sup> Secretaria de Finanças Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek/MG



Em termos estruturais o território de Presidente conta com uma secretaria de Educação com duas escolas de nível municipal, o CMEI Centro de Educação Infantil Sirley Pedro que atende atualmente 225 com capacidade de atender a 224 crianças do Berçário ao ensino Infantil de 06 anos, uma escola de educação básica anos iniciais do 1º ao 5º ano, atendendo atualmente 311 alunos e com capacidade de atender cerca de 330 crianças para os anos iniciais do ensino Fundamental, ambas funcionam e oferecem o atendimento de tempo integral; uma escola Estadual que atende alunos de todo o território do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio atendendo 527 alunos com capacidade de cerca de 600 alunos em dois turnos.



***2.5.1.1 Estrutura escolar proinfância- CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil Professor Sirley Pedro da Silva***

O Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Professor Sirley Pedro da Silva, integrante da Rede Municipal de Ensino, está localizado na Rua Vereador Levindo Rodrigues de Oliveira, nº08, na sede do município de Presidente Kubitschek.

Funciona em prédio próprio, criado pela lei Municipal nº665/2012 de 13 de agosto de 2012.

***2.5.1.2 Organização administrativa do CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil Professor Sirley Pedro da Silva***

A instituição mantida pela Prefeitura Municipal, atende atualmente a 225 crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade. O horário de funcionamento é de 08:00 às 16:00 sendo as crianças atendidas em tempo integral/ parcial.

O quadro de funcionários é formado por 1 diretor, 1 diretor adjunto, 1 auxiliar administrativo, 1 professor auxiliar, 8 professores, 11 monitores, 1 assistente de sala, 1 porteiro, 5 cozinheiras, 5 encarregados da limpeza num total de 35 funcionários.

O CMEI conta com parcerias: CRAS, Saúde e 08 bolsistas do Programa Bolsa Trabalho.

***2.5.1.3 Características e Dimensionamento de ambiente do CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil Professor Sirley Pedro da Silva***

O espaço físico é suporte que contribui para a vivência e a expressão das culturas infantis- jogos, brincadeiras, músicas, histórias que expressam a especificidade do olhar infantil. Assim, o ambiente é organizado de forma adequada à proposta pedagógica da instituição, que possibilita à criança a realização de explorações e brincadeiras, garantindo-lhe identidade, segurança, confiança,



brincadeiras, interações sócias educativas e privacidade, promovendo oportunidades de aprendizagem.

O ambiente é composto por: 2 salas da creche I (atende a crianças de 0 a 1 ano e 9 meses); contendo sala de repouso, sala para atividades, fraudário, solário, espaço de amamentação; 2 salas da creche II (1ano 9 meses à 2 anos e 9 meses) contendo sala para repouso, sala de atividades, banheiro com vestuário e solário; 2 salas creche III (2 anos e 9 meses à 3 anos e 11 meses), contendo sala de atividade e sala de repouso e solário; 2 salas pré-escola (4anos à 6 anos), sala de atividades e solário; Lactário(atende as creches I, II e III); Playground; Anfiteatro; Laboratório de Informática; 1 sala de multiuso, a qual vem sendo utilizada como sala de atividades devido ao número de alunos em idade pré-escolar; Área coberta, contendo pátio para recreação e refeitório; Área de recreação descoberta; 2 banheiros com sanitários e chuveiros próprios para crianças, 2 banheiros destinados a crianças necessidades especiais.

O espaço administrativo contém: recepção; secretaria; almoxarifado; sala de professores/reunião; sala da direção; 2 banheiros.

O espaço de serviços contém: cozinha, despensa, lavanderia/rouparia, vestiário, depósito de material de limpeza, depósito de lixo, depósito de produtos perecíveis, área externa e estacionamento.

A estrutura física foi construída para atender as crianças garantindo em seus aspectos físico, psicológico e intelectual o pleno desenvolvimento integral.

#### ***2.5.1.2- Estrutura escolar Escola Municipal Nossa Senhora das Dores***

A Escola Municipal Nossa Senhora Das Dores, está localizada na Rua: Edigardo dos Santos, Nº: 10, Bairro: Mocó, na cidade de Presidente Kubitschek, MG, no Norte, Minas Gerais. Funciona em prédio próprio código 27252.3, foi criada pela lei Municipal nº 433/98 de 22 de março de 1998 e recebeu autorização de funcionamento pela Resolução 9.180/98 de 27/02/1998.

A Escola é de médio porte, com uma área de 6.304.00m(metros quadrados), dos quais, 2000m correspondem à área construída. Ela funciona em dois turnos



atendendo 305 alunos de classe média e média baixa, cujas modalidades de ensino são: anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos e Projeto Estação Saber (Tempo Integral), onde os alunos do 2º ao 5º ano permanecem na escola no contra turno, sendo oferecido a estas crianças oficinas para reforçar a aprendizagem e propiciar o trabalho coletivo. São 13 turmas do 1º ao 5º ano sendo os 1º anos (64 alunos) não participam do Tempo Integral. Essa escola possui uma quadra poliesportiva coberta, onze salas de aula, dois banheiros de alunos de alunos precisando de reparos urgentes, uma diretoria, uma cozinha, um refeitório e um depósito improvisado de merenda e um laboratório de informática. São compostas de 22 professores, 09 ajudantes de serviços gerais, 01 supervisor, 02 coordenadoras, 01 diretora e 01 bibliotecária. A situação do prédio é boa, mas necessita de adequar à estrutura (acessibilidade, biblioteca, banheiro de professor, sala de professor, auditório).

Uma secretaria de assistência social, uma secretaria de esporte cultura e Lazer, uma secretaria de Saneamento básico, uma secretaria de saúde. Em relação a atenção à saúde, O município de Presidente Kubitschek oferece em sua estrutura de atenção à saúde, por se tratar de um município pequeno e do interior, a atenção básica necessária e exigida pelo Ministério da Saúde, contando com 01 (uma) Unidade Básica de Saúde composta por 01(uma) equipe de ESF( médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e ACS), mais 01(um) médico,02 (dois) enfermeiros, 07(sete) profissionais de enfermagem(auxiliares e técnicos de enfermagem), além de 01(uma) Equipe de Saúde Bucal de ESB(cirurgião-dentista, auxiliar em saúde bucal e técnico em saúde bucal) e 02(duas) cirurgiões-dentistas e 01(uma) técnica em saúde bucal em uma equipe tradicional. Há também 03 (três) postos de saúde na Zona Rural.

O município dispõe ainda de profissionais como fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, médico cardiologista e ginecologista, laboratório municipal de análises clínicas, farmacêutico, ente outros.

O trabalho é desenvolvido com ênfase na prevenção e promoção de saúde; palestras são realizadas, grupos operativos de gestantes, crianças e idosos; visitas domiciliares, trabalho nas escolas.



### *2.5.1.3- Estrutura escolar Escola Estadual Pio XII*

A Escola Estadual “Pio XII”, integrante da Rede Estadual de Ensino está localizada à Rua Pouso Alto, 125, centro em Presidente Kubitschek-MG e oferece o Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

A escola funciona em prédio próprio, sua estrutura física é composta de dois prédios, o prédio de baixo é constituído de 06 (seis) salas de aproximadamente 49 m<sup>2</sup>, sala de direção, dois banheiros com acessibilidade e um pátio. Das 06 (seis) salas, 04 (quatro) são usadas como sala de aula, uma funciona a secretaria e uma como laboratório de informática associada à sala de professores e supervisão e projeto professor da família. O prédio de cima é composto de 04 (quatro) salas de aula e dois banheiros contendo 04 (quatro) sanitários. Entre os dois prédios estão localizados a biblioteca, a cozinha, uma sala de aula e uma área livre onde os alunos transitam na hora do intervalo.

Toda a estrutura da Escola encontra-se em situação precária, necessitando de pequenos reparos, pintura e ampliação, o que já foi solicitado à SRE com o envio de projeto desde 2010, sendo que a última reforma foi feita a cerca de 8 ( oito) anos.

A Escola possui uma quadra coberta, sendo esta localizada fora de instituição aproximadamente 200m de distância.

De acordo com Levantamento de dados na secretaria da Escola Estadual Pio XII de Presidente Kubitschek, pode-se comprovar que esta conta com o quadro em número de servidores abaixo relacionados. A maioria possui a habilitação exigida para o cargo, alguns poucos são autorizados mas possuem habilitação em outro conteúdo:

1.ASB - Auxiliar de Serviços da Ed. Básica

12 Servidores: sendo 02 com 5º Ano do Ensino Fundamental, 01 com o Ensino Fundamental completo, 06 com Ensino Médio Completo, 02 com Ensino Médio Técnico e 01 com Ensino Superior Incompleto.

2.ATB – Assistente Técnico da Educação Básica



08 Servidores: sendo 04 Agentes Educacionais com Ensino Médio Técnico – Projeto Professor da Família, 01 da Área Financeira – Técnico em Contabilidade, 02 Auxiliares de Secretaria com Médio Técnico, Superior em Pedagogia e 01 PEB em Ajustamento Funcional com Licenciatura Plena em História.

3.EEB - Supervisores:

02 Servidores: 01 com Superior em Supervisão e 01 com Supervisão e Pós Graduação em Supervisão Escolar

4.PEB – Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca

03 Servidores: sendo 01 com Ens. Médio Técnico - Magistério, 01 com Magistério

Superior e 01 com Pedagogia- Supervisão e Pós Graduação em Supervisão

5.PEB – Professor da Educação Básica

Português: 02 Professores com Licenciatura Plena em Português, Inglês e suas Literaturas e Pós- Graduação, 02 com Licenciatura Plena em Português e Pós Graduação e 03 com Licenciatura Plena em Português

Matemática: 01 com Licenciatura Plena em Matemática e Pós-Graduação, 01 com Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e Licenciatura Curta em Matemática, 02 com Licenciatura Plena em Matemática.

História: 03 Professores com Licenciatura Plena em História

Geografia: 01 Professor com Licenciatura Curta, 01 com Licenciatura Plena e 01 com Licenciatura Plena e Pós Graduação em Geografia e Meio Ambiente

Química: 01 Professor com Licenciatura Plena em Química e Pós Graduação em Docência do Ensino Superior

Ciências/Biologia: 01 com Licenciatura Plena em Biologia, 01 com Licenciatura Plena em Biologia e Pós Graduação em Docência do Ensino Superior, 01 Autorizado com Licenciatura Plena em Ed. Física.

Física: 01 Professor Autorizado com Licenciatura Plena em Matemática

Educação Física: 02 Professores com Licenciatura Plena em Ed. Física e Pós Graduação, 01 com Licenciatura Plena em Ed. Física.

Inglês: 02 Professores com Licenciatura Plena em Inglês



Arte e Educação Religiosa: 01 Professor Autorizado com Licenciatura Plena em História

Computação e Computador: 01 Professor com curso superior em Sistema de Informação

Solução de Problemas através da Com.1: 01 Professor com curso superior em Sistema de Informação, 01 autorizado com Licenciatura Plena em Química

TI na prática, Jogos e Editoração de Texto: 01 Professor Autorizado com Licenciatura Plena em Português

Sociologia: 01 Professor autorizado com Superior Incompleto em Direito

Filosofia: 01 Professor autorizado com Licenciatura Plena em História

6. Direção, Vice-Direção e Secretária

Diretora: Licenciatura Plena em Letras

Vice-Diretora 1 : Licenciatura Plena em Português e Inglês

Vice-Diretora 2: Licenciatura Plena em Ciências Biológica

Secretária: Licenciatura Plena em Português, Inglês e suas Literaturas e Pós-Graduação em Processos de Ensino-Aprendizagem.

### **2.5.2 Finanças**

A receita orçamentária do município passou de R\$ 4,1 milhões em 2005 para R\$ 6,5 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 59,2% no período ou 12,32% ao ano.

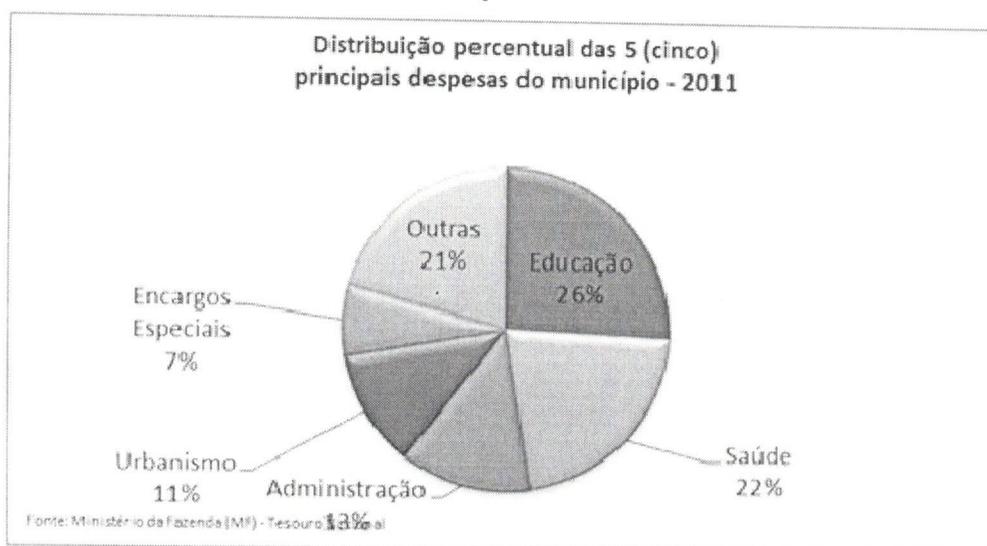
A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 3,56% em 2005 para 4,80% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 68,69% da receita orçamentária em 2005 para



67,35% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.

### GRÁFICO 3– Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município – 2011



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) – Tesouro Nacional

As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e encargos especiais foram responsáveis por 80,67% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,01% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

## 3 - EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

### 3.1 - Histórico da educação no município

#### 3.1.2 A educação

Desde o século XIX, já existia escola funcionando, em precárias condições por não haver na comunidade um local adequado, mas isso não impedia as pessoas de aprenderem e com o passar do tempo, e evolução do município, com o aumento da



população houve necessidade de criação de escolas, necessitando de adequação dos níveis de ensino e o atendimento e o direito à uma educação de qualidade, inclusiva e para todos.

A Política Educacional no município de Presidente Kubitschek está estruturada de forma a atender a todos os alunos não só na faixa etária, mas também aqueles que não puderam cursar uma escola em tempo normal. Apesar de todos os esforços no intuito de oferecer uma educação de qualidade, o município vem vencendo o analfabetismo, conforme percebe-se nas pesquisas locais e governamentais:

**TABELA 4: Evolução taxa de analfabetismo**

Ano	Masculino	Feminino
2010	11,45%	15,02%
2000	18,60%	22,50%
1991	18,41%	19,37%

Fonte: sitio PNE

Analisando a tabela, que traz dados da Evolução da taxa de analfabetismo dos anos 1991, 2000 e 2010, verifica-se que o índice é maior na população feminina, mas apresentou uma queda percentual significativa de 1991 para 2010, notando uma queda maior nesse período na população masculina.

Procuramos oferecer aos alunos uma educação de qualidade com o objetivo de inseri-los numa sociedade em que eles possam ser agentes ativos na busca dos valores, da cidadania e da inclusão em todos os aspectos: cognitivo, afetivo e social. Para isso contamos com a Escola Municipal Nossa Senhora das Dores, CMEI-Centro Municipal de Educação Infantil e Escola Estadual " Pio XII".

Todas as escolas possuem ato legal de criação, Regimento Escolar e a proposta pedagógica que é elaborada sob a luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais, contemplando também os aspectos socioculturais próprios de cada localidade e do município como um todo. O município conta com uma Escola



Estadual de 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio que atende aos alunos da sede e os advindos de todas as localidades rurais. A locomoção desses alunos é feita pelo transporte escolar custeado pela Prefeitura Municipal em parceria com o Estado.

As Escolas Municipais são mantidas com recursos repassados pela Prefeitura, e recurso próprio, para reparos na rede física, compra de equipamentos, material, merenda escolar, entre outros.

O corpo docente é formado quase em sua totalidade por professores habilitados nas área de Pedagogia, Letras, Normal Superior e outros, durante o exercício de suas funções recebe orientações dos supervisores.

Estamos no Polo de Diamantina 11ª SRE e contamos com serviços prestados pelas Inspetoras, buscamos parcerias com Universidades, UNDIME, IFNNG, UFVJM, trabalho em rede com as demais Secretarias do Município sendo elas: Secretaria de Governo, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Administração, Saneamento e Abastecimento, Cultura e amigos da escola, para que possamos acompanhar o desenvolvimento, atualizar e repassar para os alunos as inovações do dia-a-dia.

E é nessa busca que procuramos participar de cursos, seminários e elaborar Projetos que visem o desenvolvimento do município na área educacional, por isso atendendo o dispositivo da Constituição Federal (CF/88), em seu artigo 205 ao 214 que fixa as diretrizes e bases da educação, e a Lei 9394/96 no que se refere a autonomia dos entes federados a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios assim como a fixação, para todos eles, de recursos de impostos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino obrigando a existência de Sistema de Ensino em cada uma das esferas de federação; a necessidade de competências para cada sistema e articulação.

O Município de Presidente Kubitschek, oferece as seguintes modalidades de ensino:

- Educação Infantil: 0 à 5 anos;
- 1- Ensino Fundamental;



- 2- Ensino Médio;
- 3- Educação de Jovens e Adultos;
- 4- Travessia Nota 10;
- 5- Cursos técnicos profissionalizantes; Instituto Federal Norte de Minas;
- 6- PROETI.

A Secretaria Municipal de Educação situada à rua Avenida Nossa Senhora das Dores, 259-Centro tem sua organização administrativa, técnica e disciplinar regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e pela Lei instituída em Outubro de 2003, as questões orçamentárias, recursos humanos, atos normativos vinculados à sede da Prefeitura Municipal. Procuramos oferecer aos alunos uma educação de qualidade com o objetivo de inseri-los numa sociedade em que eles possam ser agentes ativos na busca de valores da cidadania e da inclusão em todos os aspectos: cognitivos, afetivo e social. Além de atender os alunos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, a Secretaria é gestora responsável pelo traslado dos alunos das Zonas Rurais do município de toda a rede Municipal e Estadual do Município, e universitários que são atendidos em universidades da região Diamantina e Serro, a secretaria não é gestora dos recursos públicos, essa gerência fica a cargo da prefeitura, com contador próprio conforme solicitação da secretaria. O CMEI Centro Municipal de Educação Infantil situado à Rua Vereador Levindo Rodrigues de Oliveira N° 08 na sede do município, é mantido pela Prefeitura Municipal atendendo crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, funciona em prédio próprio, criado pela lei Municipal nº 665/2012 de 13 de Agosto de 2012 atendendo atualmente segundo dados do Censo escolar 2014, 208 crianças.

A Escola Municipal Nossa senhora das Dores integrante da Rede Municipal de Ensino, localizada na sede do município, em prédio próprio, situado á Rua Edgardo dos Santos nº10, Bairro centro, no Município de Presidente Kubitschek funcionando em prédio próprio, criado pela Lei Municipal nº 433/98 de 22 de Março de 1998 e recebeu autorização de funcionamento pela Resolução 9.180/98 de 27/02/1998. A escola é orientada pelos dispositivos da Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996 e resolução nº8086 de 18 de Novembro de 1997, organizado em anos de estudo do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da Educação Básica, com 299 crianças



matriculadas, oferece o ensino integral do 2º ao 5º ano com plano curricular diferenciado e lúdico. Totalizando 507 alunos assistidos pelas duas escolas municipais, conforme tabela abaixo:

**TABELA 5: de alunos/ professores e assistentes**

<b>Etapa</b>	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Nº de Docentes</b>	<b>Nº de auxiliares/assistentes educacionais</b>
Creche (0 a 3)	17	0	2
Pré-escola (4 e 5)	124	6	1
E. F. 1º Ano	65	4	0
E. F. 2º Ano	72	4	0
E. F. 3º Ano	58	4	0
E. F. 4º Ano	52	3	0
E. F. 5º Ano	52	3	0

Fonte: sitio PNE

De acordo com a tabela acima referente ao quadro educacional, havia 440 alunos frequentando a creche ao 5º ano, tendo 24 docentes (professores) e 03 auxiliares educacionais. De 440 alunos, aproximadamente 28% estavam na pré-escola, 3% na creche, 15% no 1º ano, 16% no 2º ano, 13% no 3º ano, 11% no 4º ano e 11% no 5º ano.

No município de Presidente Kubitschek, existe somente uma escola que oferece os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Escola Estadual “Pio XII”, mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com sede na cidade Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais, à Rua Pouso Alto nº 125, Centro, tem sua organização administrativa, didática, técnica e disciplinar regida pelo presente Regimento Escolar.

A Escola Estadual “Pio XII”, criada pela Lei / Decreto Estadual nº 8983, de 12/11/1965 e autorizado o seu funcionamento através da Portaria / Resolução SEE nº 3392 de 25/01/1980 Em sua época de fundação funcionou na Avenida Nossa senhora das Dores, S/N, com o nome de “Escolas Combinadas de Presidente Kubitschek”. Tornou-se “Escolas Reunidas” por ato publicado no Minas Gerais de 03 de julho de 1965. No dia 1º de agosto de 1965, transferiu-se para o prédio construído para o seu funcionamento à Rua Pouso Alto, 125.



**TABELA 6: Indicadores da Educação Básica da localidade**

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	12	1.07	48	53
2008	12	995	47	51
2009	12	999	43	49
2010	12	943	43	48
2011	12	928	43	43
2012	11	916	40	41
2013	10	1.020	45	49

Fonte: site do PNE

Baseado nos dados da tabela que demonstra os indicadores da Educação Básica da localidade no período de 2007 a 2013 o número de estabelecimento diminuiu, passou de 12 para 10%; o número de matriculados passou de 1027 para 1020, sendo que o número de docentes passou de 48 para 45 e o número de turmas de 53 para 49. Notou-se então uma leve queda numérica em todos indicadores.

A denominação oficial de “Pio XII” foi dada pelo Decreto nº 8983, de 12 de novembro de 1965, assinado pelo então Governador do Estado José Magalhães Pinto.

Autorizou-se o Ensino Fundamental a partir de 1980, pela Resolução nº 3392, de 25 de janeiro de 1980, com publicação no Minas Gerais de 09 de fevereiro de 1980.

Foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio a partir de 1998 pela Resolução nº 9468/98, de 26 de agosto de 1998, retroagindo seus efeitos ao início do ano letivo de 1998.

Atualmente atendemos 334 alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 172 alunos do Ensino Médio Regular e a modalidade EJA Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio, dentre esses alunos atendemos 34 com Necessidades Especiais, mas sem atendimento especializado. No Reinventando o Ensino Médio temos 50 alunos cursando a área de Empregabilidade Tecnologia da Informação.

O número de aprovação está em torno de 92,8%; taxa de reprovação 5% e taxa de evasão e abandono 2,2% e como meta da Escola é elevar o número de



aprovação e reduzir as taxas de reprovação, evasão e abandono através do Plano de Intervenção Pedagógica, assistência individual, recuperação e demais Projetos interdisciplinares com o objetivo de elevar a autoestima, valores, ética e demais temas de relevante importância para a vida do aluno e para isso contamos com 27 Professores habilitados, 08 ASBs, Auxiliar de Serviços da Educação Básica, 02 Especialistas e demais Servidores.

Para mantermos a Escola recebemos recursos da esfera federais PDE e PDDE, manutenção e custeio e recursos estaduais também para manutenção e custeio e merenda escolar e outras para atender Projetos executados pela escola. Há uma Planilha e Projeto, já enviados à SRE, desde 2012, para reforma e ampliação da rede física da escola.

A Escola recebe alunos das Comunidades rurais do próprio município e de municípios vizinhos que utilizam o transporte escolar. Há uma dificuldade muito grande em implantar projetos de tempo integral e até mesmo de ministrar recuperação no contra turno, pois dependemos do transporte e de espaço físico.

#### **4. Diagnóstico da educação no município**

##### ***4.1.1 Garantia do direito à educação básica com qualidade (primeiro grupo de metas)***

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

##### **4.1.1.1 Educação infantil**

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 1: “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a

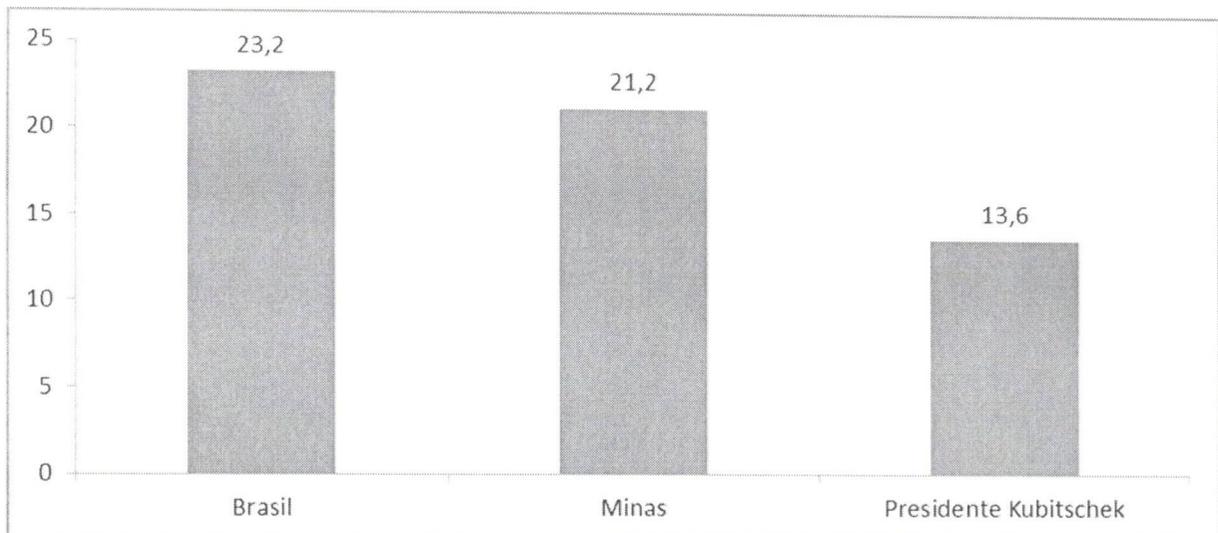


atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

A preocupação com a educação do município sempre foi uma constante. O território buscou sempre atender as demandas do mesmo.

**GRÁFICO 4: Crianças de 0 a 3 anos que frequenta a escola.**



Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

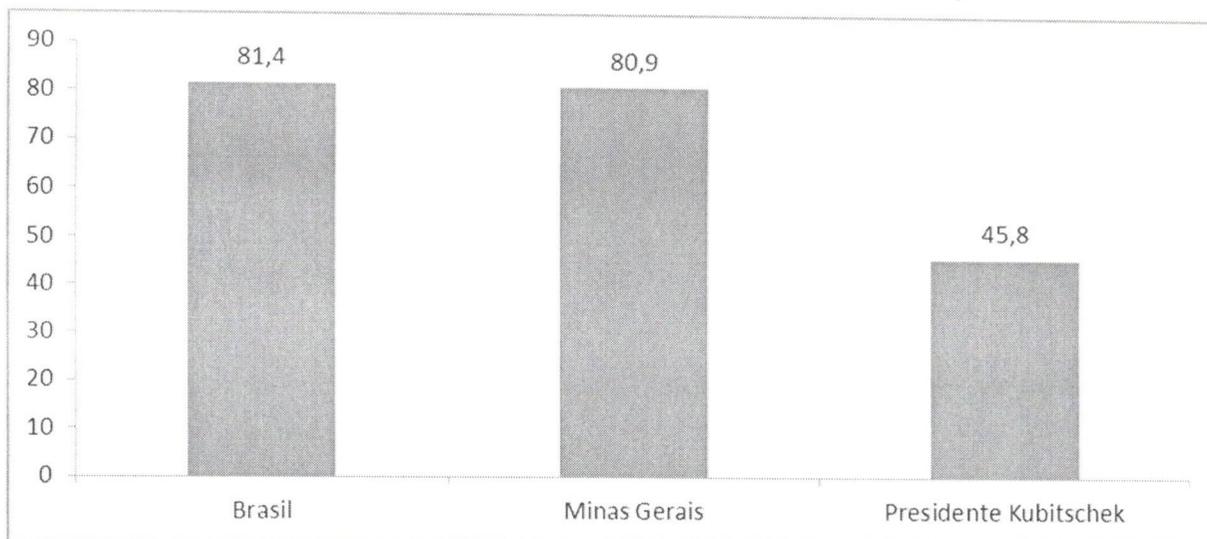
Conforme observar-se no gráfico acima apresentado de dados retirados do PNAD 2013 e IBGE/ Censo Populacional 2010, percebe-se claramente, que o índice de crianças atendidas no município corresponde a 13,6. Pode-se constatar que muitas crianças não eram atendidas pelo município, por razões adversas como falta de recursos financeiros que facilitasse a aquisição de um local apropriado e adequado para oferta a esse atendimento escolar. Ainda é perceptível que os índices de atendimento tanto do país como do estado não são muito além. O que denota há necessidade de políticas públicas para o amparo e atendimento às crianças de 0 a 3 anos nas escolas.



Um dos fatores que não contribuem para esse atendimento conforme constata-se nos registros é que não havia no município local apropriado e adequado. O local que o município possuía era inóspito, nem tampouco a disponibilidade veicular para a condução das crianças das comunidades rurais para que o município prestasse tal atendimento.

Quando analisamos o atendimento a crianças da chamada pré escola, atendidas de 04 a 05 anos esses dados são melhores em termos quantitativos, como pode-se observar:

**GRÁFICO 5: Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola**



Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

O gráfico acima é de amostragem de domicílios do PNAD de 2013 e o Censo do IBGE de 2010. Segundo este o município de Presidente Kubitschek com frequência de 45,8% da população de 4 e 5 anos apresenta baixo percentual comparado ao Estado de Minas Gerais (80,9%) e ao Brasil (81,4%). Sendo necessário ampliar a oferta para tal faixa etária para atingir a meta em questão.

**TABELA 7: Docentes da Educação Infantil, por formação  
Educação Infantil/ Todas as redes**



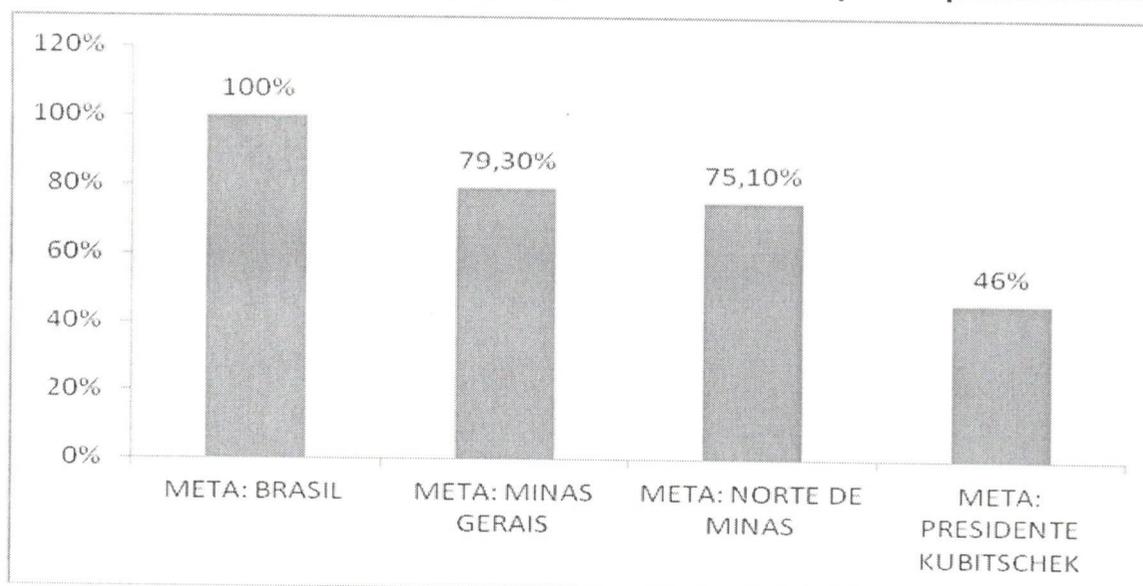
Ano	E.F	E.M-Normal/ Magistério	E.M	E. Superior
2010	0	0	1	3
2011	0	0	1	3
2012	0	0	0	3
2013	0	2	0	4

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar/ Preparação: Todos Pela Educação

A tabela informa sobre a evolução da formação dos docentes da educação infantil de 2010 a 2013. Constata-se que o número de professor com formação no ensino superior aumentou 33%.

Diante da tabela acima, percebe-se que há por parte do Município e dos docentes uma preocupação crescente com a formação para docência de Educação Infantil visto que o número de profissionais com formação pedagógica cresceu consideravelmente nos quatro anos em que essa amostra é apresentada. Se em 2010 tinha-se 01 profissional sem nível superior os outros 03 eram habilitados. Em 2013 os quatro profissionais que atendiam a educação apresentaram habilitação, contudo 02 profissionais apresentavam o curso de normal em nível médio.

**GRÁFICO 6: Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.**



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012



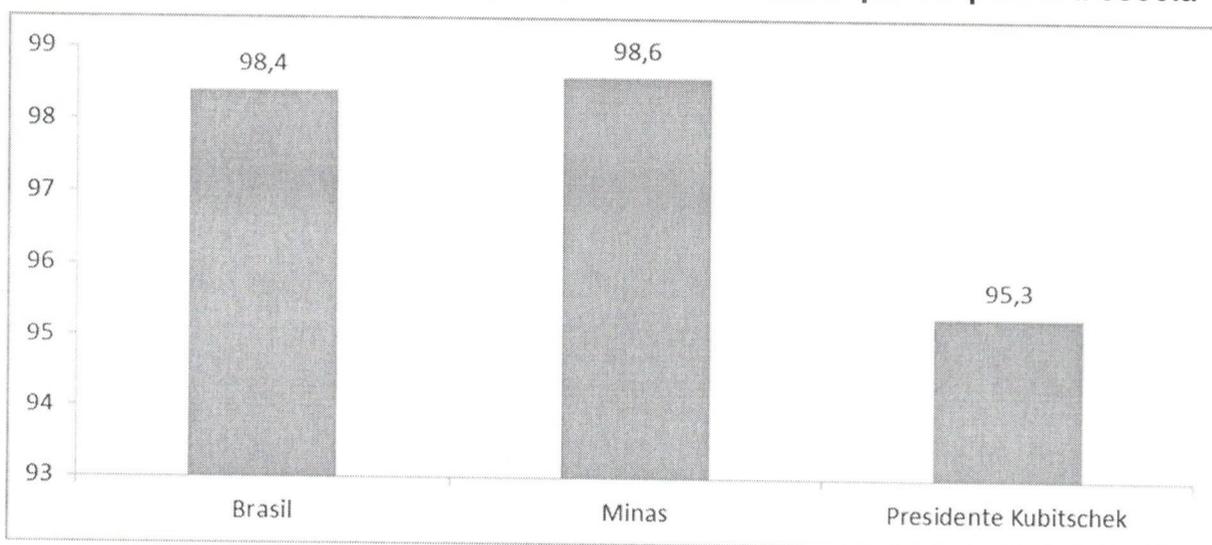
Fonte: Município e Mesorregião IBGE/Censo Populacional – 2010

De acordo com a Amostra de Domicílios do PNAD de 2012 e o Censo Populacional do IBGE de 2010 o percentual da população de 4 a 5 anos do município de Presidente Kubitschek tinha por meta 46%, Norte de Minas 75,10%, o Estado de Minas Gerais 79,30% e o Brasil 100%. Ao compararmos com o gráfico da população frequente nota-se que o município de Presidente Kubitschek não atingiu a meta proposta, ficando 0,2% abaixo do esperado.

#### **4.2.1.2 Ensino fundamental**

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) no Art. 32. apresenta a obrigatoriedade do ensino fundamental, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, essa obrigatoriedade fez com que o percentual fosse mais elevado conforme percebe-se no gráfico disposto abaixo:

**GRÁFICO 7: Percentual de População de 6 a 14 anos que frequenta a escola**



Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

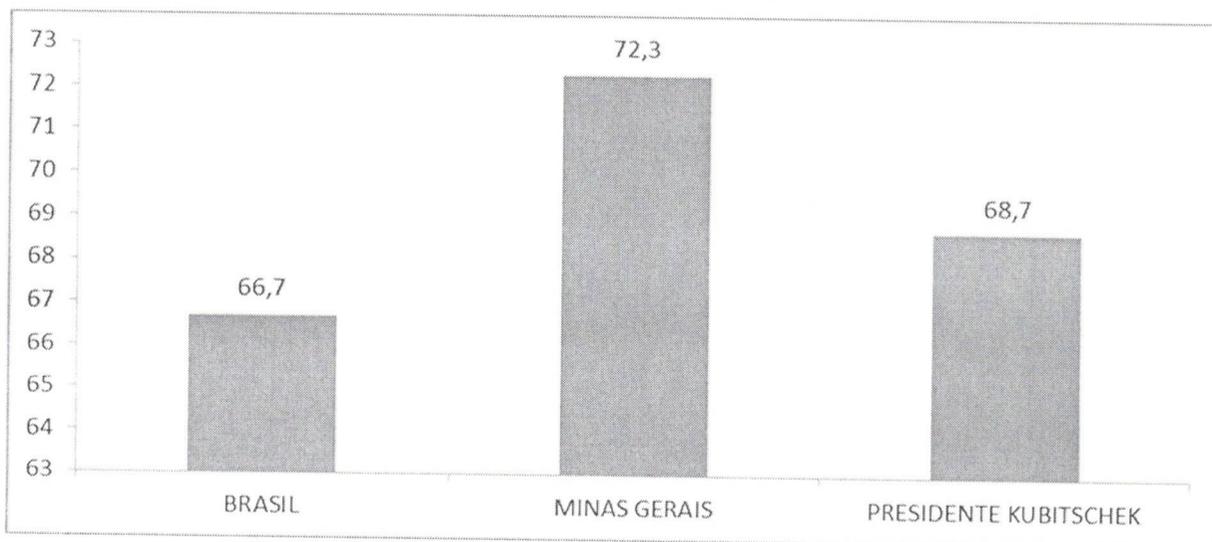
O fato dessa obrigatoriedade do ensino fundamental fez com que o índice de atendimento se tornasse positivo e satisfatório, uma vez que a referida LDB torna



obrigatória esse atendimento e a união e os municípios dão suporte para o cumprimento dessa Lei, fazendo com que todos sejam corresponsáveis. Contudo nota-se que em Presidente Kubitschek 4,7 da população de 06 a 14 anos estão fora da escola.

Ao comparar o gráfico 15 relacionando-o ao 14, observa-se que a evasão escolar inicia-se nessa fase dos 16 anos, trazendo prejuízos aos envolvidos, ocorrendo uma queda considerável, se o índice de atendimento da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental era de 95,3%, a evasão é perceptível nos anos finais conforme percebe-se no gráfico abaixo, ocasionando uma taxa de evasão de 26.6%. Fator esse que preocupa a Educação pública municipal:

**GRÁFICO 8: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.**



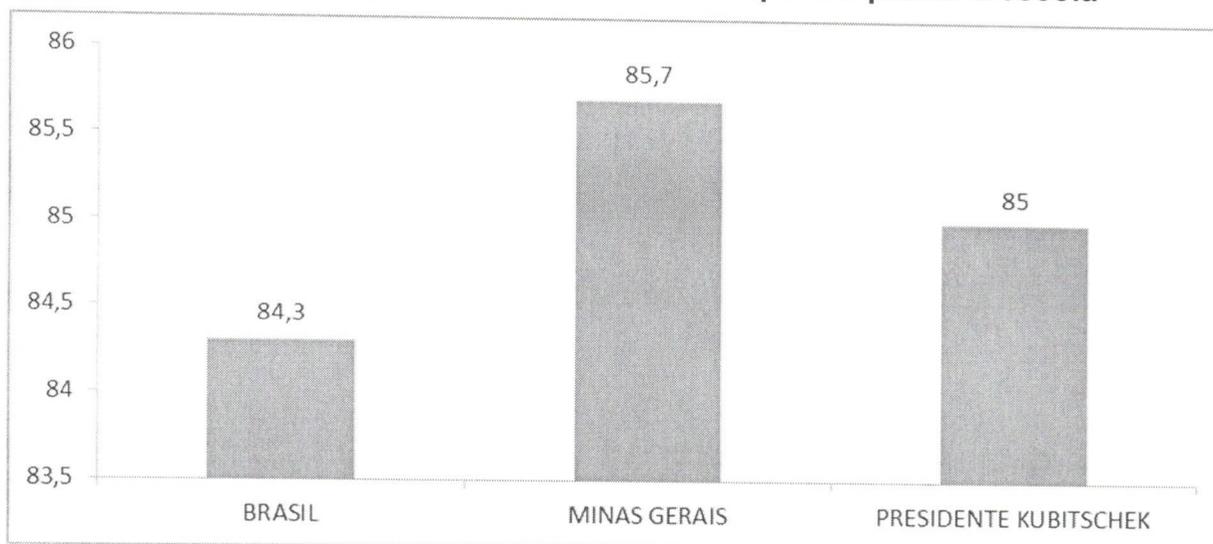
Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010



Como observa-se no gráfico descrito acima, a respeito de pessoas do território com idade entre 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, percebe-se que presidente Kubitschek(68,7), encontra-se acima do Brasil(66,7), mas contudo abaixo de Minas(72,3).

**GRÁFICO 9: população de 15 a 17 anos que frequenta a escola**

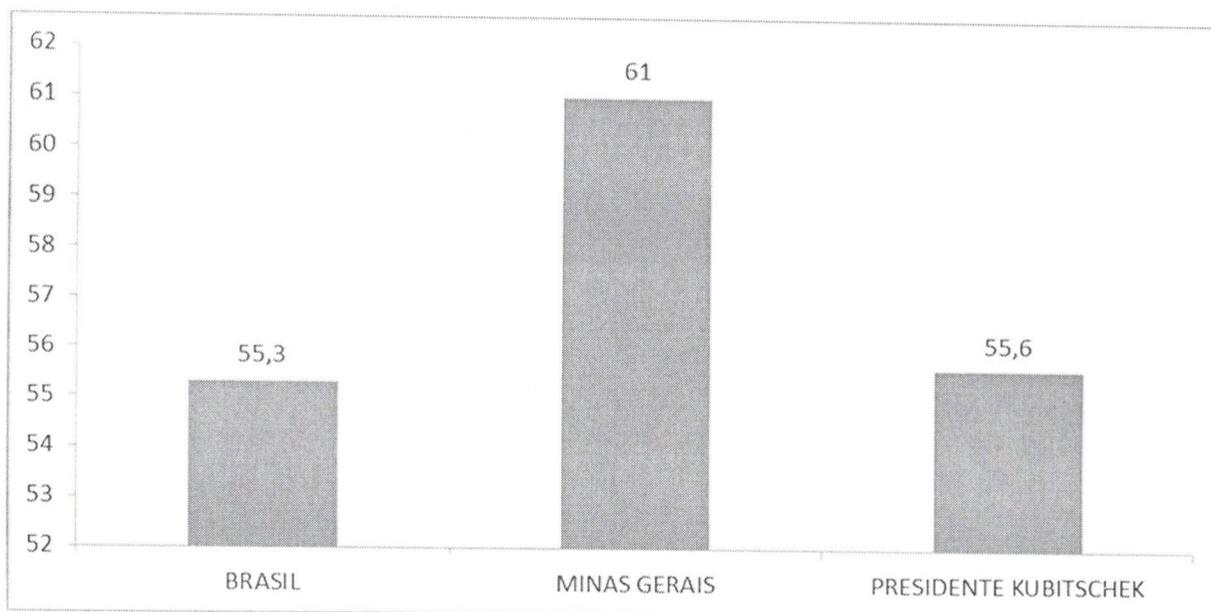


Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

De acordo com a análise do gráfico acima entende-se que o percentual da população de 15 a 17 anos de Presidente Kubitschek que frequenta a escola, apresenta percentual maior quando comparado ao Brasil e inferior ao estado de Minas Gerais, há necessidade de uma análise criteriosa, para que não haja mais discrepância.

**GRÁFICO 10: Escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos (Meta Brasil 85,0%)**

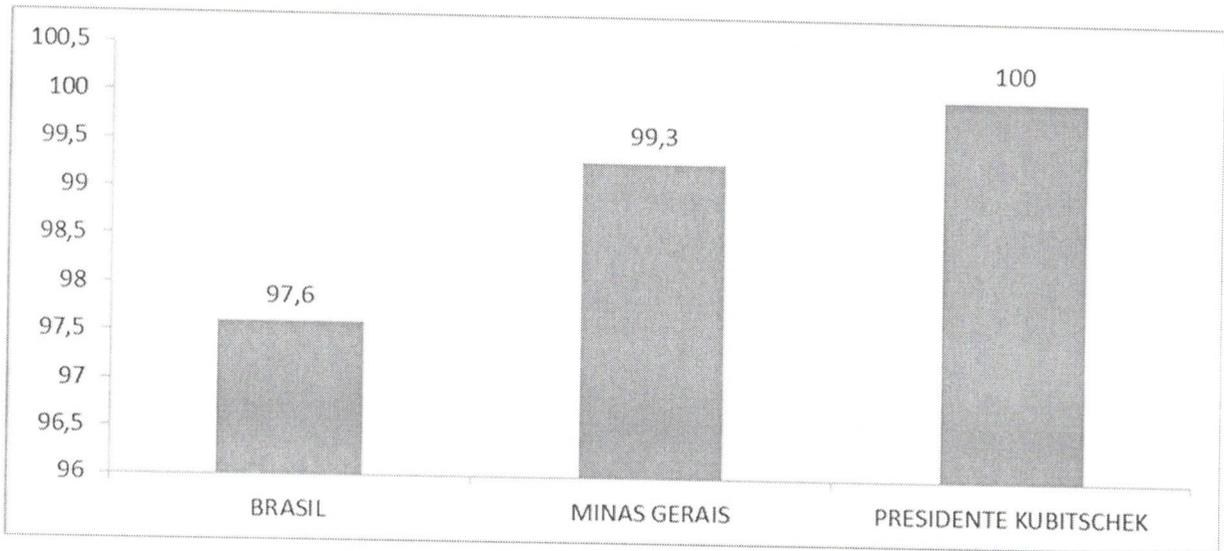


Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

No que se trata a respeito da escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos o Brasil tem como meta 85,0%. Presidente Kubitschek, conforme dados apresentados no gráfico acima muito há que se investir no município com 55,6%, mesmo estando acima do país, com 55,3, nosso território está abaixo do estado (61,0%) e déficit de 29,4% para atingir a meta de atendimento esperada no país.

**GRÁFICO 11: Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano E.F.**

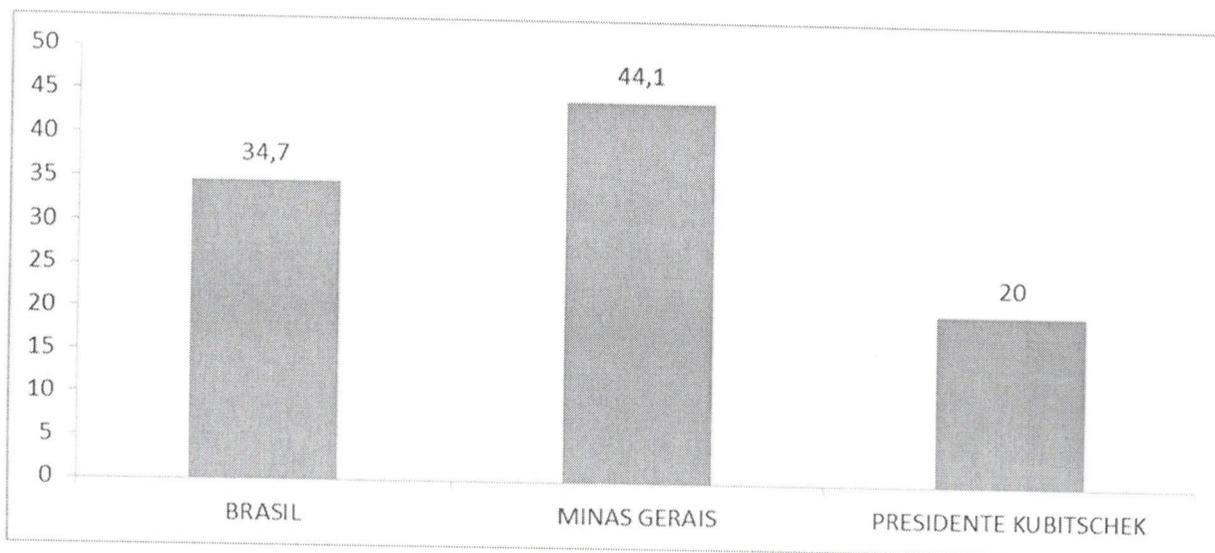


Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

No gráfico acima observa-se que a taxa de alfabetização e aprovação dos alunos que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental está no nível desejado, Esse índice se dá em virtude das intervenções pedagógicas, trabalho efetivo da equipe escolar/ família, e a escola oferecer o PROETI. Minas Gerais apresentando 99,3% e o Brasil com 97,3% encontram-se em nível inferior quando comparado ao município.

**GRÁFICO 12: Escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares (Meta Brasil 50%)**

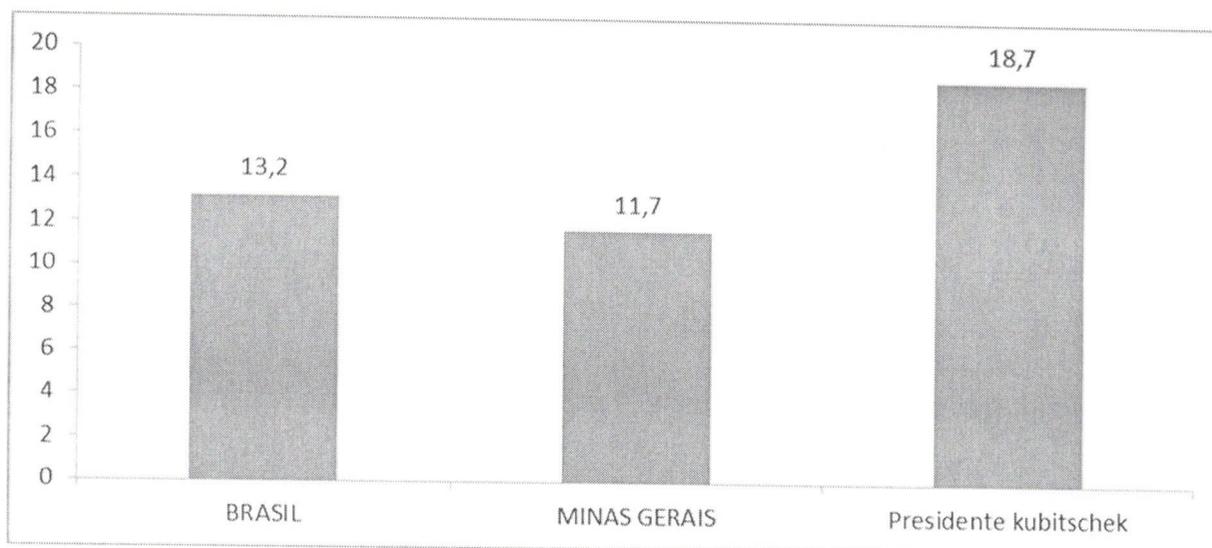


Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

Conforme gráfico acima apresentado de Escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares, Minas Gerais apresenta com percentual de 44,1%, Brasil com 34,7 e o Município de Presidente Kubitschek, com 20%. A meta do Brasil é que pelo menos 50% das escolas ofereçam o PROETI, para que alcancem melhores resultados. Em 2010 no território havia 07 escolas rurais e 03 urbanas, destas 02 ofertavam o PROETI. Em 2013, houve a nucleação das escolas rurais. Atualmente o município possui três escolas sendo que as de competência do município oferta pelo menos 07 horas de atividades escolares.

**GRÁFICO 13: Alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares  
(Meta Brasil 25%)**



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

O gráfico acima apresentado, trata-se a respeito da permanência dos alunos em pelo menos 7 horas em atividades escolares, cuja meta do Brasil é de 25%, o município ainda não atingiu o esperado, contudo é perceptível que está bem à frente do Brasil e do Estado, os 18,7% se dá felizmente em virtude do município ter abraçado a causa da permanência dos alunos na escola, com recurso próprio do município.

**TABELA 8: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

Ano	Municipal	Pública
2005	4,5	4,5
2007	3,9	3,9
2009	4,9	4,9
2011	5,5	5,5
2013	5,8	5,8

Fonte: MEC / Inep

De acordo com a tabela do MEC, referente ao índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) aos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede



Municipal e Pública, nos anos de 2005 a 2013 passou de 4,5 para 5,8, o que representa um crescimento significativo de aproximadamente 29%.

**TABELA 9: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Anos Finais do Ensino Fundamental**

Ano	Estadual	Pública
2005	2,8	3
2007	3,4	3,4
2009	4,8	4,8
2011	4,8	4,8
2013	4,6	4,6

Fonte: MEC / Inep

Segundo as informações da tabela referente ao IDEB – anos finais do Ensino Fundamental da rede estadual e pública, nota-se que de 2005 para 2007 ocorreu um avanço de 0,6 e de 2007 para 2009, um crescimento de 1,4 em deixando o IDEB em 4,8, índice que manteve constante em 2011 e 2013.

**TABELA 10: Taxas de rendimento - Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	100	84,3	86,6	89,4	94,6
2008	98,5	83,1	93,5	80,9	98,5
2009	94,3	86,6	94,4	89,4	100
2010	98,1	95,1	95,8	100	98,7
2011	93,3	86,8	95	98,5	100
2012	96,8	100	100	100	100
2013	97,4	100	98	98	98,3

Fonte: MEC/Inep/Deed/CSI

No período de 2007 a 2013 do 1º ao 5º ano houve oscilações nas taxas de rendimento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que somente o 1º ano



apresentou uma baixa nos rendimentos comparando 2007 com 2013, os demais anos as oscilações foram mais significativas no sentido de aumento.

**TABELA 11: Taxa de Aprovação/ Rede Municipal 1º ao 5º Ano**

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	100	84,3	86,6	89,4	94,6
2008	98,5	83,1	93,5	80,9	98,5
2009	94,3	86,6	94,4	89,4	100
2010	98,1	95,1	95,8	100	98,7
2011	93,3	86,8	95	98,5	100
2012	96,8	100	100	100	100
2013	97,4	100	98	98	98,3

Fonte: MEC/Inep/Deed/CSI

Em relação à taxa de aprovação da Rede Municipal 1º ao 5º ano no período de 2007 a 2013, houve no 1º ano uma queda; no 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano teve um aumento bem significativo dessa taxa. Mas considerando a aprovação em 2013 a média de aprovação para as turmas é de 98,34, que é superior à média 2007 que foi aproximadamente de 90,9.

**TABELA 12: taxa de Reprovação todas as redes/1º ao 5º ano**

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
2007	0	14,5	11,9	9,1	4,3
2008	1,5	15,7	5,2	16,2	1,5
2009	5,7	12,2	4,2	10,6	0
2010	0	4,9	4,2	0	1,3
2011	6,7	13,2	5	1,5	0
2012	3,2	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	1,7

Fonte: MEC/Inep/Deed/CSI



Analisando a tabela Taxa de Reprovação de todas as redes, 1º ano 5º ano, nota-se que o índice de reprovação em 2007 foi maior no 2º ano; em 2008 no 4º ano; em 2009, 2010 e 2011 no 2º ano; em 2012 teve reprovação somente no 1º ano e 2013 somente no 5º ano, sendo as taxas nestes dois últimos anos bem pequena.

**TABELA 13: taxa de Reprovação/ rede Municipal 1º ao 5º ano**

Ano	1º Ano
2007	0
2008	1,5
2009	5,7
2010	0
2011	6,7
2012	3,2
2013	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

Segundo a tabela, taxa de reprovação da rede municipal do 1º ao 5º ano, nos anos 2007 a 2013 constata que no 1º ano a taxa de reprovação foi zero, apresentando uma pequena elevação em 2008, 2009, 2011 e 2012, mas retornou ao zero em 2010 e 2013. Já no 3º ano a taxa diminuiu significativamente de 2007 para 2008 e assim nos outros anos, chegando a zero em 2012 e 2013.

**TABELA 14: Taxas de rendimento-Alunos Finais do Ensino Fundamental**

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	69	72,9	83,5	66,6
2008	89	88,9	84,7	85,5
2009	82,4	97,6	90,1	88,1
2010	89,8	89,5	95	87,7
2011	97,8	88,1	95,7	86,9
2012	98,9	95,8	88,9	94,5
2013	92,5	95,4	88	96

Fonte: Mec/Inep/Deed/CSI



Observando a tabela referente a taxa de rendimentos – anos finais do Ensino Fundamental, referente a toda rede, nos anos 2007 a 2013 nota-se que em todos os anos houve oscilações, sendo que de 2007 para 2013 apresentou índice significativo de crescimento.

**TABELA 15: Taxa de Reprovação todas as redes 6º ao 9º ano**

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	28	18,8	15,4	26,7
2008	8,9	9,5	8,2	12
2009	8,8	2,4	5	0
2010	10,2	10,5	5	12,3
2011	1,1	10,2	2,9	8,2
2012	0	1,1	1,9	0
2013	0	1,1	5,4	2

Fonte : Mec / INEP/ Deed/CSI

Em relação aos dados referente a taxa de reprovação da rede – 6º ao 9º ano no período de 2007 a 2013 nota-se que houve uma diminuição da taxa em todos os anos, exceto em 2010 para 6º, 7º e 9º ano e em 2013 para o 8º ano. No entanto comparando 2007 com 2013 houve uma redução muito grande desta taxa de reprovação do 6º ao 9º ano.

**TABELA 16: Taxa de abandono 6º ao 9º Ano**

Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2007	3	8,3	1,1	6,7
2008	2,1	1,6	7,1	2,5
2009	8,8	0	4,9	11,9
2010	0	0	0	0
2011	1,1	1,7	1,4	4,9
2012	1,1	3,1	9,2	5,5
2013	7,5	3,5	6,6	2

Fonte: Mec/ Inep/Deed/CSI

De acordo com os dados estatísticos apresentados em relação a Taxa de abandono / todas as redes/ 6º ao 9º ano – no período de 2007 a 2013; no 6º ano



esta taxa diminuiu em 2008, 2010, 2011 e 2012 mas em 2009 e 2013 teve um grande aumento; no 7º ano houve uma redução nesta taxa comparando 2007 com 2013; no 8º ano apresentou aumento, chegando em 2013 com uma taxa bem maior que 2007 ; no 9º ano houve quedas da taxa, exceto em 2009. Porém ao comparar 2007 e 2013, a taxa de abandono reduziu no 7º e 9º ano e aumentou no 6º e 8º ano.

**TABELA 17: Taxas de Rendimento-Ensino Médio**

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2007	75	79	97,4	0
2008	74,1	83,8	100	0
2009	85,7	95	97	0
2010	82,4	86,6	100	0
2011	81,3	84,3	100	0
2012	87,1	86,1	98,2	0
2013	86,7	96,3	93,4	0

Fonte: Mec/ Inep/Deed/CSI

Observando a tabela que apresenta as taxas de rendimento do Ensino Médio, conclui-se que no período de 2007 a 2013, no 1º ano houve um crescimento da aprovação em todos os anos, tendo uma pequena queda somente de 2010 para 2011; no 2º ano teve aumento da taxa em 2008 e 2009, apresentando uma queda significativa de 2009 para 2010 e 2011; no 3º ano houve em todos os anos uma elevada taxa de aprovação, próxima aos 100%, porém de 2007 para 2013 houve queda de 4,0%.

**TABELA 18: Taxa de Reprovação/ Todas as Redes/1º ao 4º ano**

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2007	17,3	14	2,6	0
2008	24,1	10,8	0	0
2009	5,5	2,5	3	0
2010	17,6	13,4	0	0
2011	4,2	5,7	0	0
2012	3,2	5,1	1,8	0
2013	0	0	0	0

Fonte: Mec/ Inep/Deed/CSI



De acordo com a tabela – Taxa de reprovação / todas as redes / 1º ao 4º ano, no período de 2007 a 2013 do 1º ao 3º ano houve oscilações nas taxas, sendo que no 1º e 2º ano estas foram mais representativas e no 3º ano mais amenas. Porém, comparando os extremos houve melhora, pois chegou a 2013 com taxa zero.

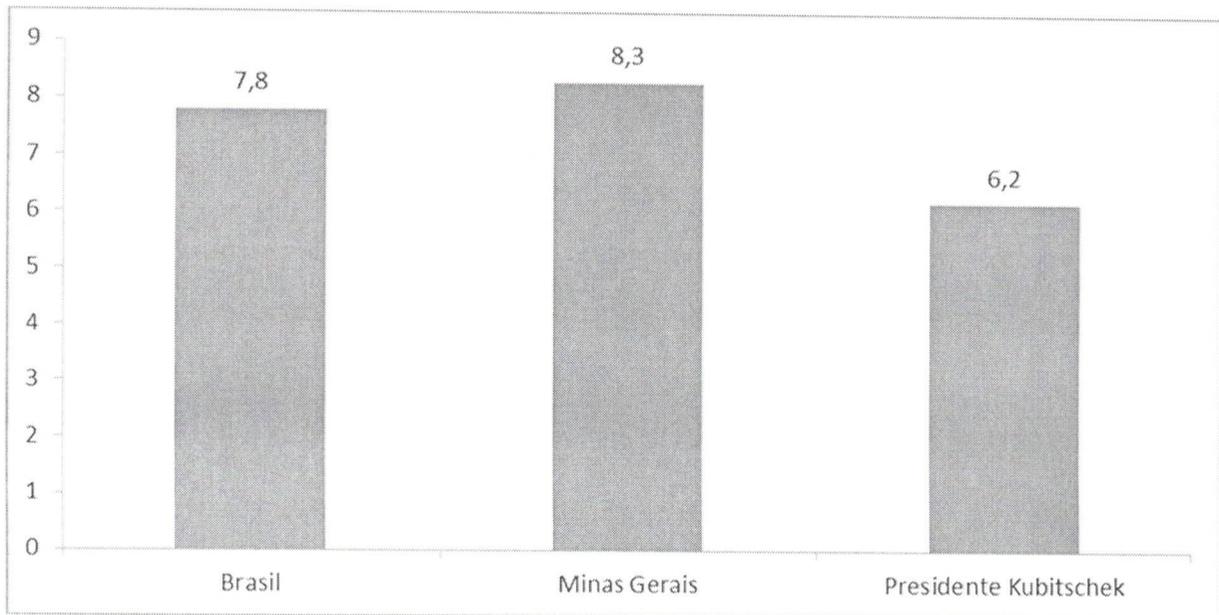
**TABELA 19: Taxa de abandono toda rede 1º ao 5º ano**

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2007	7,7	7	0	0
2008	1,8	5,4	0	0
2009	8,8	2,5	0	0
2010	0	0	0	0
2011	14,5	10	0	0
2012	9,7	8,8	0	0
2013	13,3	3,7	6,6	0

Fonte: Mec/ Inep/Deed/CSI

Em relação aos dados referente à taxa de abandono / todas as redes/ 1º ao 4º ano, no período de 2007 a 2013; nota-se que no 1º ano esta taxa apresenta uma oscilação bem notável, pois de 2008 para 2009 teve um aumento de 7,0, reduzindo a zero em 2010 e elevando para 14,5 em 2011, chegando em 2013 com 13,3. Apresentando um grande aumento em 2010 e queda em 2012 e 2013. Já no 3º ano a taxa de abandono foi zero de 2007 a 2012, passando para 6,6 em 2013.

**GRÁFICO 14:Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres residente em área rural (meta pelo menos 12 anos de escolaridade)**

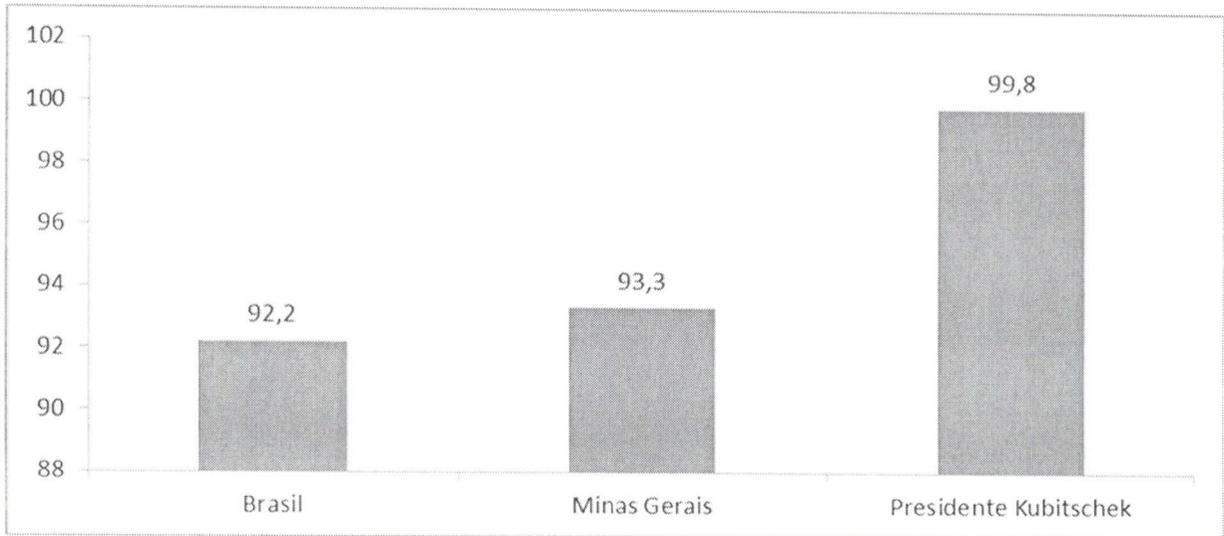


Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

Segundo o gráfico disposto acima, percebe-se que a população proveniente de zona rural tende a evadir ou interrompem o ciclo dos estudos por razões múltiplas. Se por um lado é meta federal que a população de 18 a 29 anos mais pobres de zona rural cumpra pelo menos 12 anos de escolaridade, isso é um desafio a ser cumprido uma vez que o município segundo dados do PNAD-2013 e IBGE-2010 aponta um índice de 6,2 índice esse menor que do estado que é de 8,3 e do país com 7,8. Esses dados deixam claro a importância de se investir na educação e no acesso ao ensino da clientela de Zona Rural do referido município.

**GRÁFICO 15: Escolaridade média da população e da população não negra de 18 a 29 anos( meta pelo menos 12 anos de escolaridade).**

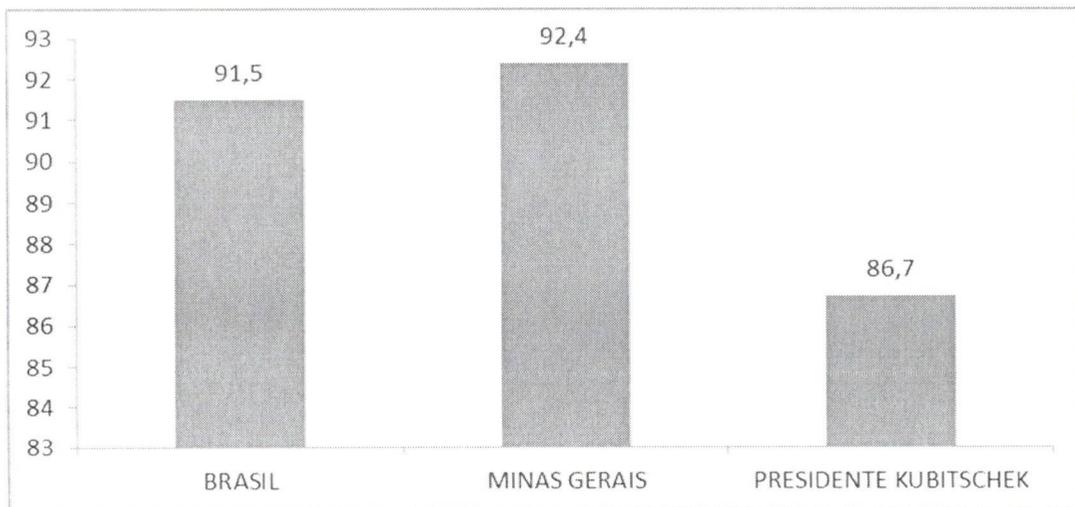


Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional - 2010

As pesquisas realizadas entre os anos de 2010 (IBGE) e 2013 (PNAD) no que se refere a média de escolaridade da população kubitschekense, percebe-se que não há distorção quanto a participação da população na educação básica, uma vez que Presidente Kubitschek apresenta índice de 99,8 acima do Brasil e do Estado de Minas Gerais.

**GRÁFICO 16: Taxa de alfabetização da população de jovens e adultos (Meta Brasil 93,50%)**



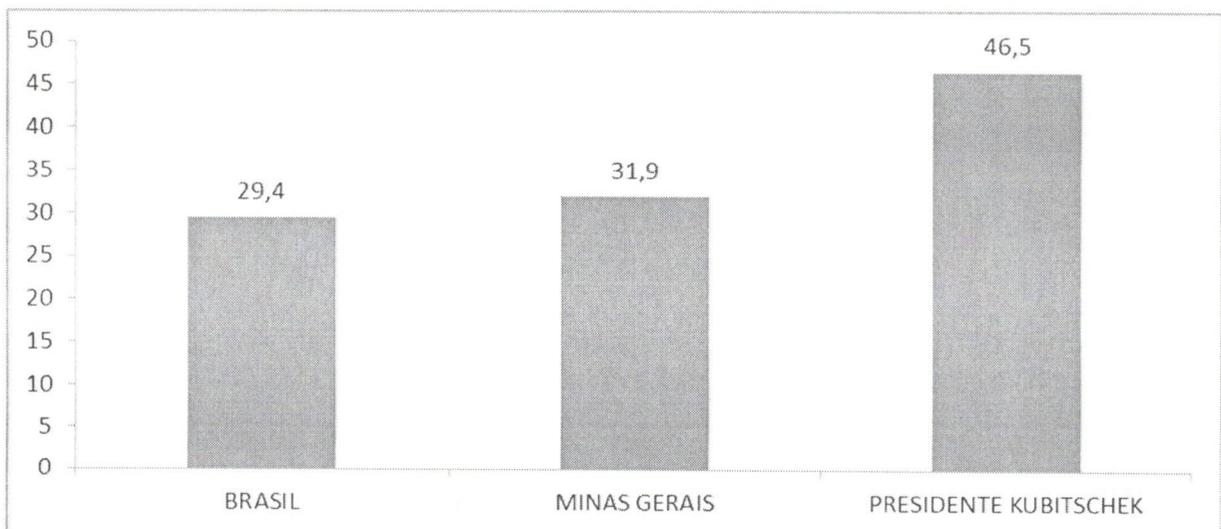
Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010



Conforme gráfico acima observa-se que Presidente Kubitschek 86,7% da taxa de alfabetização da população de jovens e adultos, está aquém em relação ao Brasil(91,5%) e Minas Gerais(92,4%). Nota-se que é considerada a falta de oportunidade e acesso da população de jovens e adultos na escola. Esse índice torna-se um agravante nas cidades do interior uma vez que os meios de sobrevivência obrigam muitos a abandonarem a escolarização em busca de trabalho e dificilmente retornam aos estudos. As oportunidades educacionais não são dadas com a mesma proporção. Mesmo o sistema de Ensino assegurando a gratuidade aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos em idade regular, há necessidade de melhores ações, projetos e intervenções para melhores resultados educacionais.

**GRÁFICO 17: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais. (Meta Brasil 15.30%)**



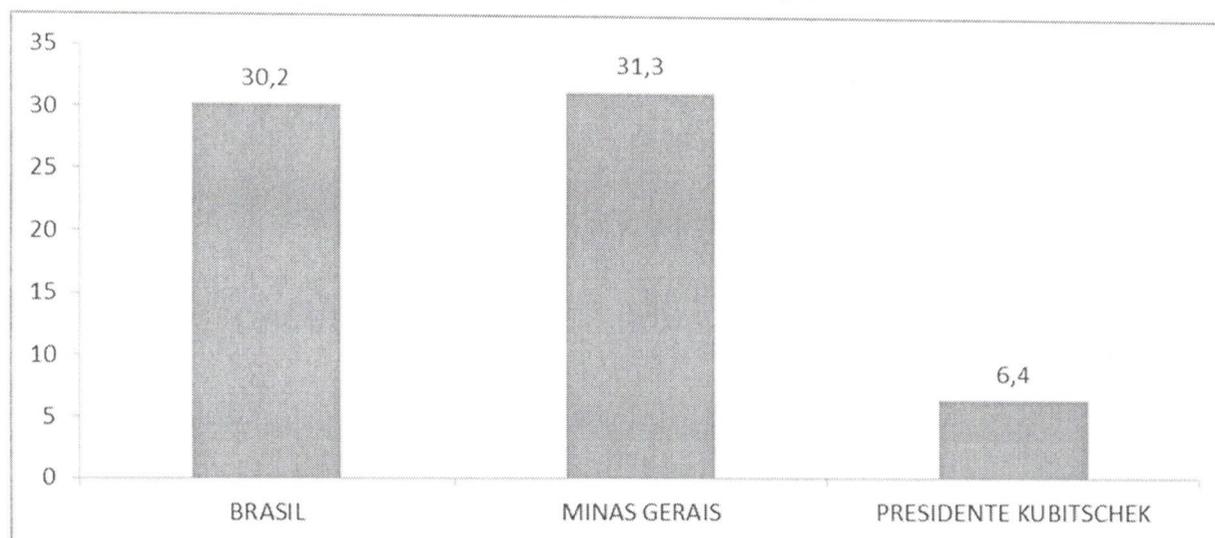
Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010



O gráfico acima representa uma dura realidade do município mostrando a disparidade na taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais, isso revela que parte da população que vence os anos básicos de estudo, não tem condições ou não apresentam as habilidades básicas vencidas, ocasionando a falta de equilíbrio.

**GRÁFICO 18: Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação**



Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

De acordo com a pesquisa do IBGE(2010), PNAD(2013), tendo como base o censo populacional 2010, representado pelo gráfico acima, “o percentual de matrículas da Educação de Jovens e adultos”, constataram que são atendidas 30,2% da população do Brasil; 31,3% da população estadual e apenas 6,4% da população do município de Presidente Kubitschek. Para tanto necessita-se de um plano de incentivo com curso profissionalizante que atenda a demanda de trabalho da região.

#### ***4.2.2 - SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS (segundo grupo de metas)***



**TABELA 20:** Indicadores da Educação Básica da Localidade

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	12	1.027	48	53
2008	12	995	47	51
2009	12	999	43	49
2010	12	943	43	48
2011	12	928	43	43
2012	11	916	40	41
2013	10	1.020	45	49

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação

Segundo a tabela de Indicadores da Educação básica da localidade, divulgada pelo MEC, no período de 2007 a 2013, nota-se que o número de estabelecimento diminui 20%, o número de matrículas 0,7%, o número de docentes diminui 6% e o número de turmas caiu 7,5%, concluindo baixa em todos os setores.

**TABELA 21:** Matrículas na Educação de jovens e Adultos de alunos de 18 a 29 anos

Ano	EJA- 18 a 19 anos
2007	28
2008	28
2009	33
2010	15
2011	0
2012	0
2013	16

Fonte: Mec/Inep/ED/ Censo Escolar/ Preparação: Todos pela educação

Baseado na tabela que contém os dados, segundo o MEC, das matrículas na educação de jovens e adultos de alunos de 18 a 29 anos, no período de 2007 a



2013, observa-se que este número é bem pequeno (28 alunos) e que aumentou de 2008 para 2009, diminuiu em 2010, não houve matrícula em 2011 e 2012 e apenas 16 alunos matricularam em 2013. Conclui-se que de 2007 para 2013 houve uma queda de aproximadamente 43% no percentual de alunos matriculados na EJA.

**TABELA 22: Por/ Cor/ Raça**

Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2007	26	0	0	2	0	0
2008	21	0	0	7	0	0
2009	6	4	2	21	0	0
2010	7	0	1	7	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0
2013	0	1	3	12	0	0

Fonte: Mec/ INEP/ DEED/Censo escolar/Preparação: todos pela educação

Analisando a tabela divulgada pelo MEC, referente à raça, no período de 2007 a 2013, percebe-se que em 2007 e 2008 a maioria não declarou raça e uma minoria declarou ser parda; já em 2009 e 2013 um número significativo declarou ser parda. Concluindo então que poucas pessoas declaram ser da raça branca, menos ainda ser da raça preta, sendo a maioria parda.

#### 4.2.3 Valorização dos profissionais da educação

**TABELA 23: Porcentagem de professores da educação básica com curso superior.**

Ano	Com superior	Sem licenciatura	Com licenciatura
2007	88,50%	46	0%
2008	88,20%	45	0%
2009	84%	42	0%
2010	87,50%	42	0%
2011	93,20%	41	4,50%
2012	95,20%	40	2,40%
2013	93,60%	44	4,30%

Fonte: Mec/ INEP/ DEED/Censo escolar/Preparação: todos pela educação



Em relação ao Percentual de professores da Educação Básica com Curso Superior, divulgado pelo MEC, entre 2007 e 2013, conclui-se que: com curso superior o índice era em 2007 de 88,5% diminuindo um pouco em 2009, 2010 e 2011 e apresentando um aumento bem significativo em 2013, chegando a 93,6%; sem licenciatura, em 2007 eram 46 professores, este número foi caindo nos outros anos, chegando em 2013 com uma queda de 4,3% em relação a 2007; com licenciatura em 2007, 2008, 2009 e 2010 não havia nenhum professor e em 2011 4,5% chegando em 2013 com 4,3%.

**TABELA 24: Porcentagem de professores da educação básica com curso superior.**

Ano	Com superior	Com licenciatura	Sem licenciatura
2007	90,20%	46	90,20%
2008	90%	45	90%
2009	85,70%	42	85,70%
2010	87,50%	42	87,50%
2011	93,20%	41	88,60%
2012	95,20%	40	92,90%
2013	93,60%	44	89,40%

Fonte: Mec/ INEP/ DEED/Censo escolar/Preparação: todos pela educação

Quando analisa-se dados no que se diz respeito a busca or capacitação por parte dos professores do território, percebe-se que há um avanço significativo pois no decorrer dos anos a qualificação dos profissionais tem avançado significativamente conforme a tabela acima.

**TABELA 25: Professores por etapa/ Professores do Ensino Médio**

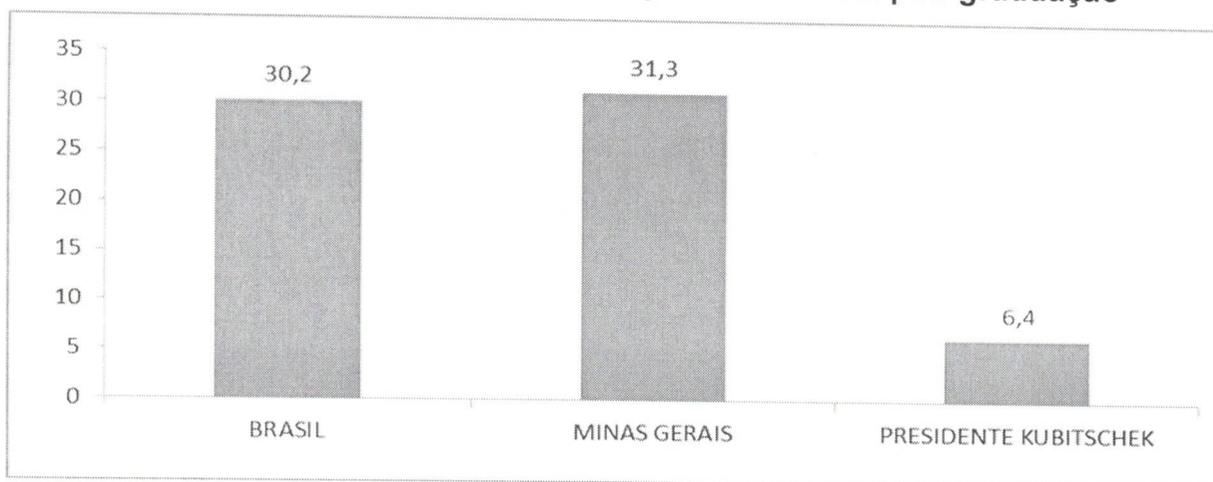
Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
2007	0%	0%	0
2008	0%	0%	0
2009	0%	9,10%	1
2010	0%	0%	0
2011	0%	0%	0
2012	0%	0%	0
2013	0%	0%	0



Fonte: Mec/ INEP/ DEED/Censo escolar/Preparação: todos pela educação

Baseado na tabela, referente à Escolaridade dos professores da educação básica, no período de 2007 a 2013, conclui-se que em 2007 havia alguns professores só com ensino fundamental, porém a partir de 2011 não existia mais; com ensino normal em 2007 havia 8,3% taxa que oscilou nos anos seguintes e ficou com 4,4% em 2013; já com ensino médio apresentava 10% em 2007, variando nos anos 2008 a 2013 que apresentou 20% e com ensino superior a taxa de escolaridade passou de 7,5% em 2007 para 3,3%.

**GRÁFICO 19: Percentual da educação básica com pós-graduação**



Fonte: Estado, Região e Brasil-IBGE/Pesquisa por Amostra de Domicílios(PNAD)-2013

Fonte: Município e Mesorregião-IBGE/Censo Populacional-2010

De acordo com o gráfico acima Presidente Kubitschek, está com índice baixíssimo em relação a Minas e ao Brasil, revelando que o percentual de profissionais da educação básica com pós graduação, não condiz com a meta desejada, mesmo sendo garantido na forma da lei a graduação dos profissionais, os mesmos não são favorecidos para inúmeros cursos de especialização em instituições de ensino, profissionais inscrevem-se e não são contemplados, em virtude das vagas serem escassas e limitadas para a região. Isso compromete a educação.



**TABELA 26: porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação**

Ano	Total do indicador	Total
2007	9,60%	5
2008	13,70%	7
2009	12%	6
2010	6,30%	3
2011	4,50%	2
2012	4,80%	2
2013	6,40%	3

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Analisando os dados, em relação a especialização do corpo docente, no período de 2007 a 2013 conclui-se que em 2007 9,6% tinha pós graduação, em 2008 13,7% e nos demais anos este percentual reduziu, chegando em 2013 com 6,4%. Neste período nenhum profissional na ativa tinha mestrado ou doutorado.

Segundo a pesquisa do MEC, em relação a existência de instrumentos de gestão democrática nos municípios, verifica-se que estão em funcionamento o conselho do FUNDEB e o Conselho Alimentar Escolar, já o Conselho Escolar e Conselho de Transporte Escolar não existe ou não está atuando.

Analisando dados divulgados pelo IBGE(2010) a respeito do caráter do Conselho Municipal de Educação, nos anos 2006, 2009 e 2011, verifica-se que em 2006 e 2011 ele desempenhou caráter deliberativo, fiscalizador, normativo e consultivo; em 2009 somente caráter deliberativo.

#### **4.2.4 Ensino Superior**

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam do ensino superior e de pós-graduação.



Em relação a esse tema, o PNE previu três metas: a) meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”; b) meta 13: “Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”; c) meta 14: “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta do município de Presidente Kubitschek. O percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 20,63% para 29,64%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 15,47% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 17,58% eram analfabetos, 23,24% tinham o ensino fundamental completo, 14,89% possuíam o ensino médio completo e 5,91%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

#### ***4.2.5 Gestão Democrática e Participação Social***

Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida da gestão democrática e da participação social.



Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 19: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:

#### **QUADRO 1 – Instrumentos de Gestão Democrática existentes no município**

**TABELA 27:** Indicadores da Educação Básica/ dados gerais

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	12	1.027	48	53
2008	12	995	47	51
2009	12	999	43	49
2010	12	943	43	48
2011	12	928	43	43
2012	11	916	40	41
2013	10	1.020	45	49

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic.) / Preparação: Todos Pela Educação

Observa-se na tabela que há evidente uma diminuição de estabelecimentos de ensino, comparando os anos de 2007 à 2013 em virtude da nucleação, diminuição de docentes e turmas, e o número de matrículas declinou entre os anos de 2008 à 2012 e voltando a elevação desse índice em 2013.

#### **QUADRO 2 – Caráter do Conselho Municipal de Educação**

**TABELA 28:** Caráter do Conselho Municipal de Educação

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Sim	Sim	Sim	Sim
2009	Sim	Não	Não	Não



2011	Sim	Sim	Sim	SIM
Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação				

O território de Presidente Kubitschek no ano de 2011, em seus instrumentos de Gestão Democrática, possui Conselho do FUNDEB, Conselho Municipal de Educação existente com caráter Deliberativo, Fiscalizador, Normativo e Consultivo conforme observa-se nos anos de 2006 à 2011. No ano de 2009 o Conselho Municipal de Educação não era de caráter Fiscalizador nem Normativo. O território não possuía Conselho Escolar (IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic.) / Preparação: Todos Pela Educação.

#### **4.2.6 Financiamento**

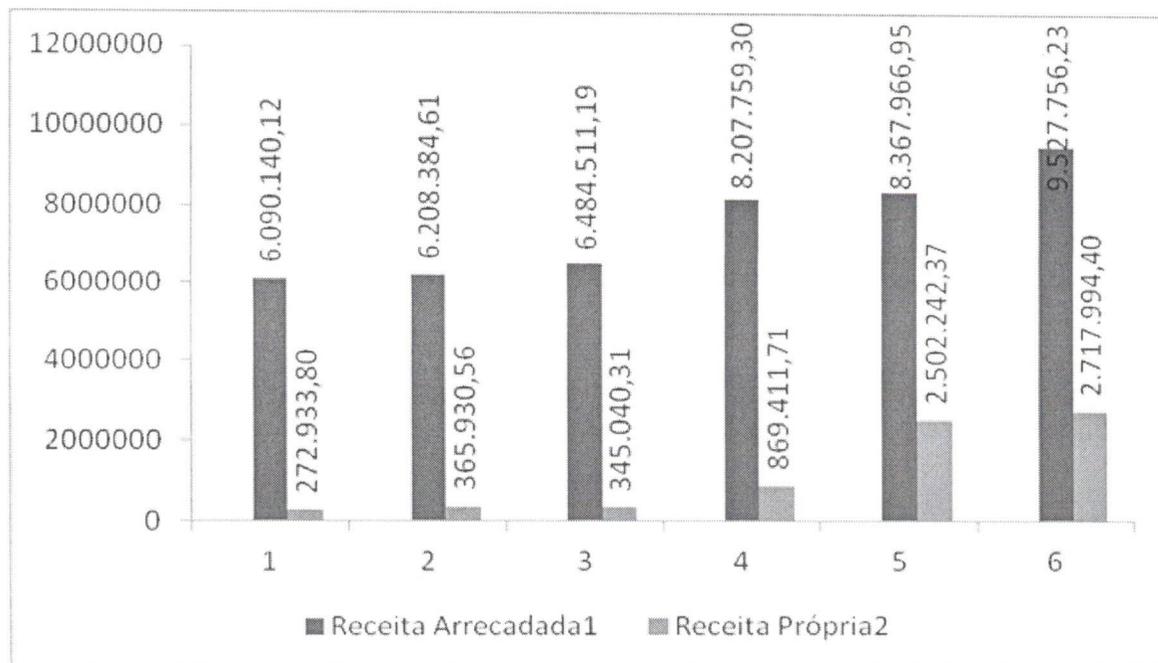
Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida do financiamento da educação.

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 20: “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o diagnóstico levantado é o seguinte:



**GRÁFICO 20 - Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$)**



Fonte: TCEMG - Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo - SIACE

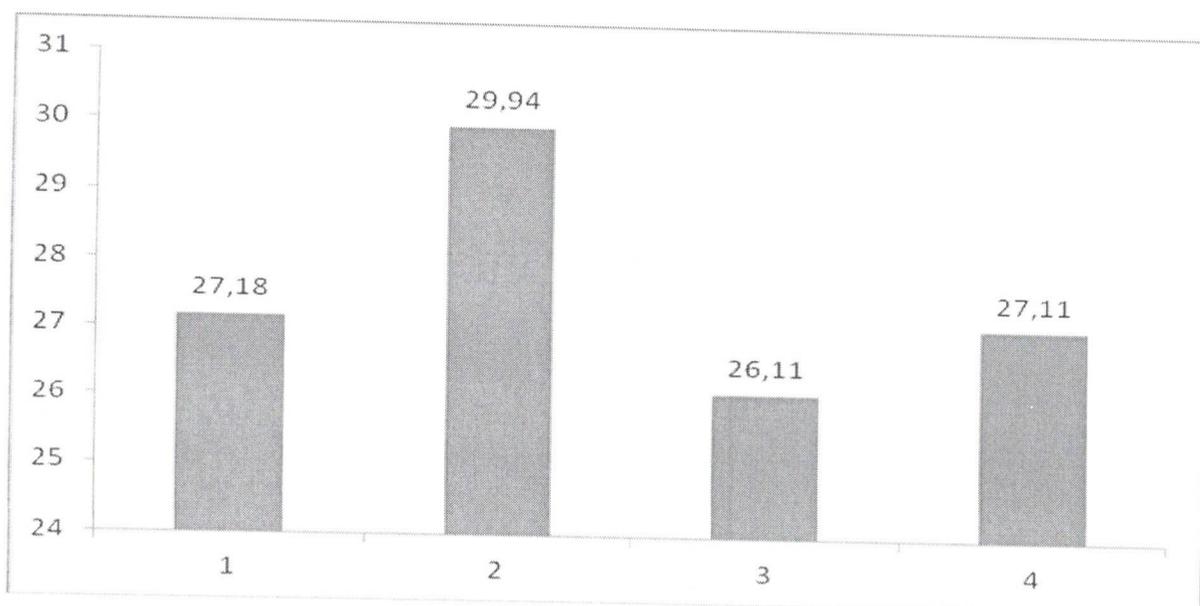
NOTAS:

1Excluídas as contribuições previdenciárias e os recursos de convênios

2Composição da Receita Própria: Receitas Tributária, Patrimonial, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes

Dados extraídos do SIACE em outubro/2012. As substituições das prestações de contas enviadas após esta data não estão contempladas nos dados apresentados

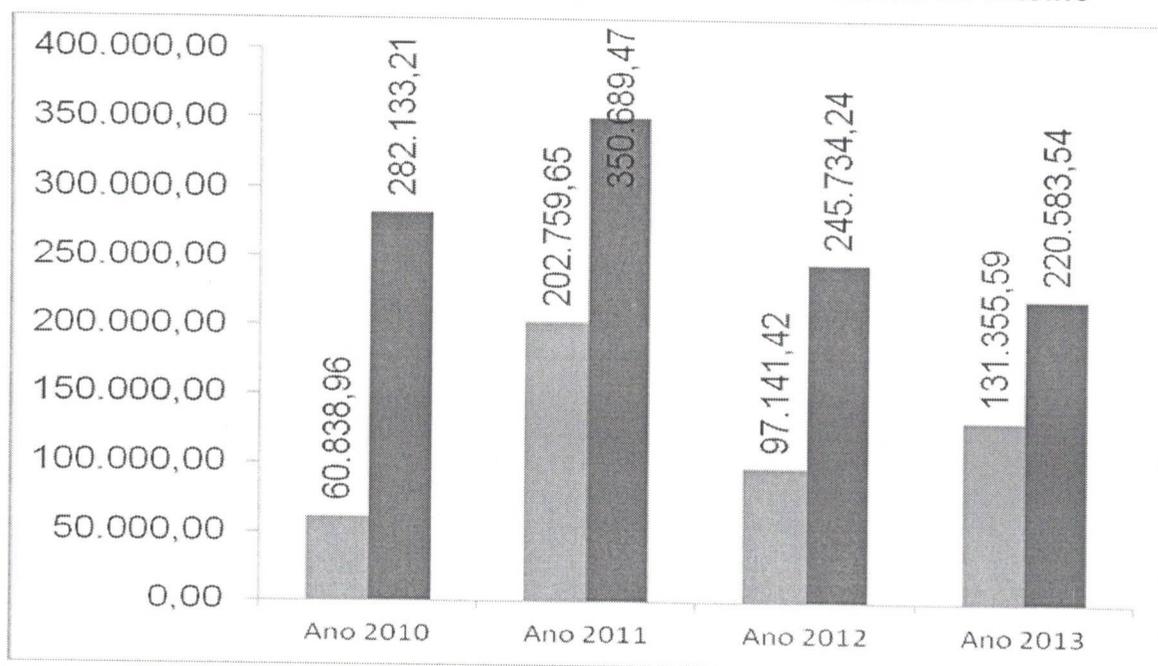
**GRÁFICO 21 – Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**



Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados - SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais: Censo Escolar

Nota: Data da Consulta ao SIACE: 13/03/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou ação fiscalizatória.

**GRÁFICO 22 – Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**



Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados - SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais: Censo Escolar

Nota: Data da Consulta ao SIACE: 13/03/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou ação fiscalizatória.



No gráfico acima a área 1 se refere aos gastos com a educação Infantil e a Série 2 Ensino Fundamental. Conforme observa-se nos gráficos acima a contar do 21 ao 23, o município dispõe de pouco recurso próprio o que salienta a necessidade e dependência de repasses da união e do Estado para financiamento educacional. Embora atenda a *obrigatoriedade conforme determinado pela legislação em vigor quanto aos limites constitucionais mínimos de investimento público em educação (25%)*. É preciso ampliar o investimento em educação por meio de outras receitas ou recursos do município, da União e do Estado.

#### **4.2.6.1 Aplicação para manutenção do ensino**

Analisando os arquivos da tesouraria da Prefeitura em relação a finanças, é importante ressaltar que essas informações aqui prestadas se referem ao período de Janeiro a Outubro de 2014, justamente o período em que nossas informações contábeis e financeiras já se encontram com todas lançadas.

Cada recurso vinculado está demonstrado em tabelas, que se seguem, com as entradas e saídas financeiras levantadas bimestralmente, considerando inicialmente todo saldo do exercício anterior.

Do total de impostos e transferências correntes que compõe a aplicação de 25% (20% para composição do Fundeb + 5% livre) na manutenção e desenvolvimento do ensino temos as seguintes informações:

Arrecadado de Janeiro a Outubro de 2014: R\$ 7.068.110,33 (Valor referente a Impostos e Transferências Correntes)

Valor mínimo legal: R\$ 1.767.027,58

Valor efetivamente aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino: R\$ 1.797.916,15

Outros valores também compõem gastos na educação, valores esses vinculados a recursos ordinários (Fonte 100), o total dessas despesas já acumulou



até 31.10.2014 um montante de R\$ 91.349,05. Esse valor não compõe o índice de aplicação dos 25%.

### 2.5.3.1 Finanças Transporte Escolar

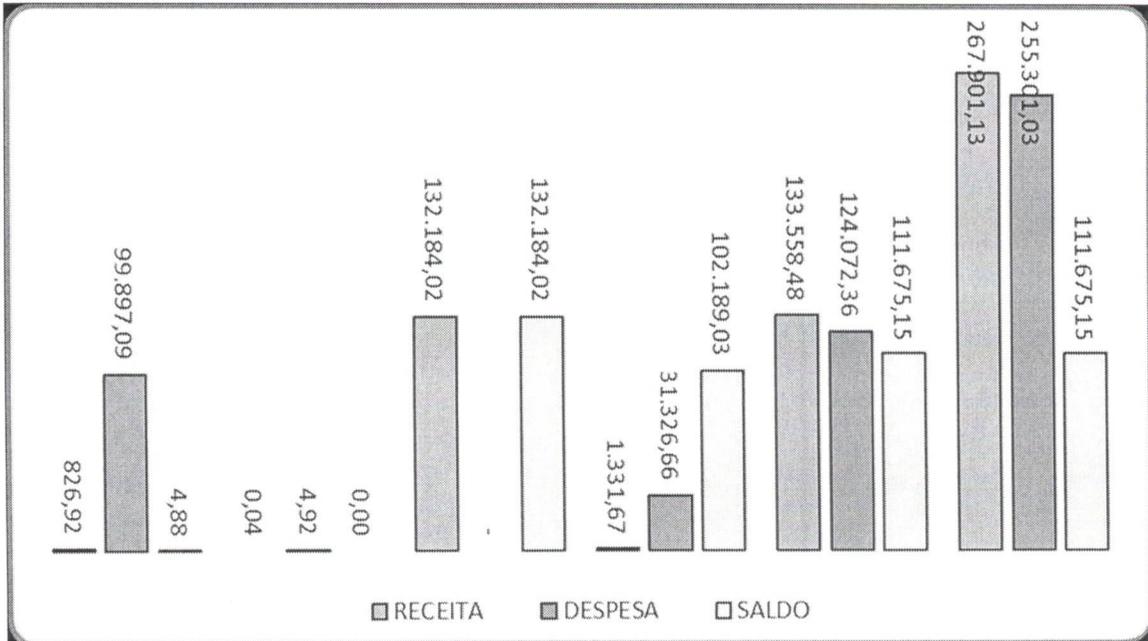
**TABELA 29: RECURSO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2014 (ESTADO)**

	Saldo Anterior	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Total
Receita	99.075,05	826,92	0,04	132.184,02	1.331,67	133.558,48	267.901,13
Despesa		99.897,09	4,92		31.326,66	124.072,36	255.301,03
Saldo		4,88	0,00	32.184,02	02.189,03	111.675,15	111.675,15

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

Segundo a tabela informativa, que representa a movimentação do recurso Estado do transporte escolar 2014, nota-se que havia um saldo em 2013 equivalente a R\$99.075,05 e foram investimentos de janeiro a outubro mais R\$267901,13 o que totalizou R\$366976,10. De janeiro a outubro as despesas do setor totalizou R\$255301,03 tendo em outubro de 2014 um saldo de R\$111675,15.

### GRÁFICO 23: Recurso do transporte escolar 2014 (Estado)



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

O saldo reprogramado de 2013 foi praticamente liquidado no 1º Bimestre, após prestação de contas o valor de R\$ 4,92 foi devolvido ao Estado no 2º bimestre. Os valores do Convênio de 2014 foram disponibilizados no 3º e 5º bimestre. A execução do convênio foi quase completa, tendo apenas cerca de 7,14% sendo reprogramado para execução até o final do 1º bimestre de 2015.

**TABELA 30: RECURSO DO QESE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 2014**

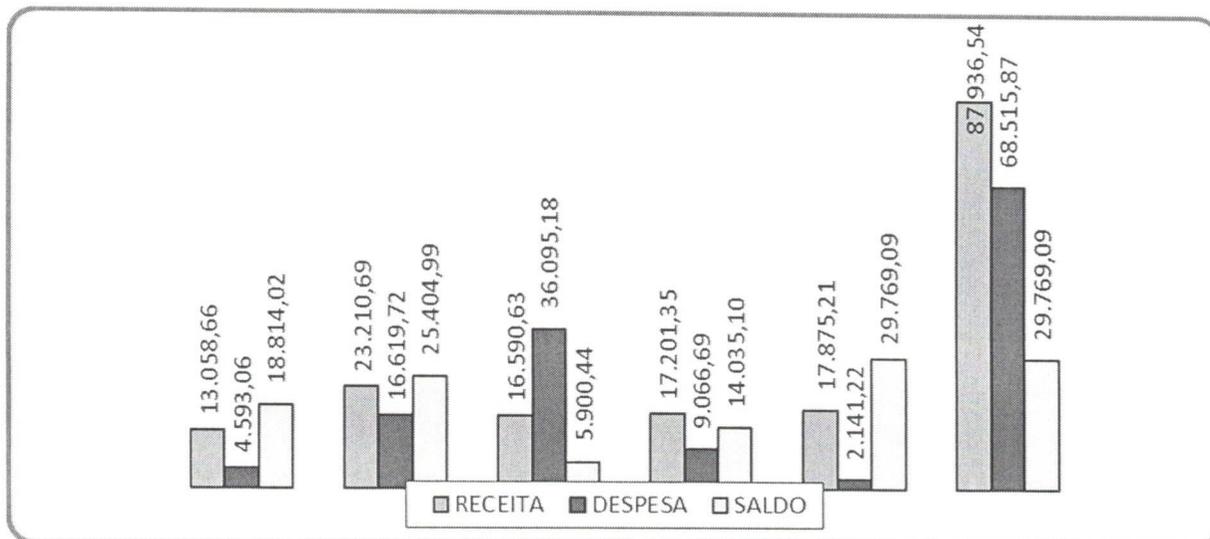
Saldo anterior	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Total	
Receita	10.348,42	13.058,66	3.210,69	16.590,63	17.201,35	17.875,21	7.936,54
Despesa		4.593,06	6.619,72	36.095,18	9.066,69	141,22	8.515,87
Saldo		18.814,02	25.404,99	5.900,44	4.035,10	29.769,09	29.769,09

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

Segundo a tabela, referente ao Recurso do QESE – referente ao salário educação 2014, observa-se na receita um saldo em 2013 de R\$10.348,42. De janeiro a setembro houve uma receita de aproximadamente R\$69,050. Após descontado as despesas referentes a esse período, em outubro o saldo era R\$29.769,09.



**GRÁFICO 24: Recurso do QESE – Salário Educação 2014**



Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

Verifica-se que no geral as despesas em 2014 foram menores que as receitas, exceto o 3º bimestre não sendo necessário utilização do saldo reprogramando de 2013. O saldo final a reprogramar ficou em torno de 41% da receita anual de 2014.

**TABELA 31: RECURSO DO PDDE 2014**

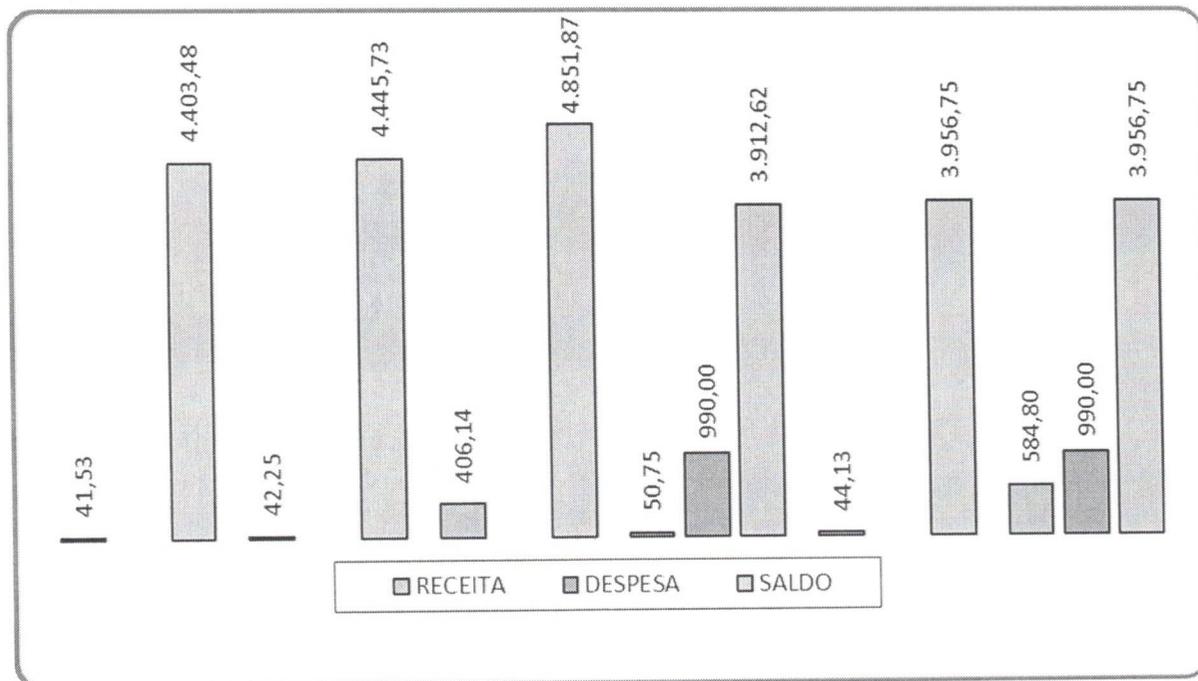
	Saldo anterior	Jan/fev	Mar/abr	Mai/jun	Jul/ago	Set/out	Total
Receita	4.361,95	41,53	42,25	406,14	50,75	44,13	584,80
Despesa	-	-	-	-	990,00	-	990,00
Saldo	-	403,48	4.445,73	4.851,87	3.912,62	3.956,75	3.956,75

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

De acordo com a tabela informativa, constata-se que não houve liberação de recurso, pois havia um saldo anterior a janeiro de 2014 de R\$4.361,95 e no final de outubro 2014 o saldo era R\$3.956,75, havendo neste período apenas uma despesa de R\$990,00.



**GRÁFICO 25: Recurso do PDDE 2014**



Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

Não houve movimentação expressiva durante o exercício de 2014, o saldo reprogramado de 2013 foi pouco utilizado, as receitas são referentes as aplicações financeiras e apenas no 3º bimestre houve uma pequena transferência do FNDE. O saldo final ficou para execução em 2015.

**TABELA 32: RECURSO PNATE (TRANSP ESCOLAR - FNDE) 2014**

	SALDO ANTERIOR	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO	SET/OUT	TOTAL
RECEITA	R\$ 39.968,57	R\$ 375,98	R\$ .268,94	R\$ 2.544,43	R\$ .535,39	R\$ 2.557,73	R\$ 9.282,47
DESPESA	-	R\$ 40.259,58	R\$ -	R\$ 2.841,69	R\$ 2.584,50	R\$ -	R\$ 45.685,77
SALDO	-	R\$ 84,97	R\$ .353,91	R\$ 1.056,65	R\$ 7,54	R\$ 3.565,27	R\$ 3.565,27

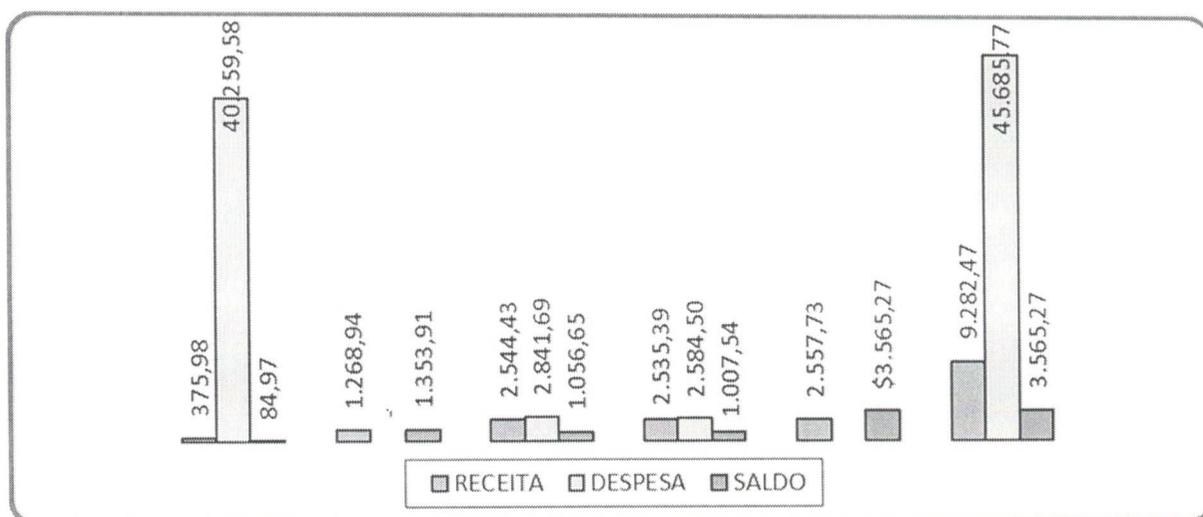
Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

A tabela acima traz dados referente ao transporte escolar (FNDE) recurso PNATE-2014. Havia uma receita de R\$39.969,97 anterior a janeiro de 2014. Houve



uma despesa de R\$45.685,77 de janeiro a outubro de 2014, restando um saldo de apenas R\$3.565,27.

**GRÁFICO 26: RECURSO PNATE (TRANSP ESCOLAR - FNDE) 2014**



Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

O saldo reprogramado foi executado no 1º bimestre, não houve grandes transferências no decorrer do exercício, cerca de 50% do recurso foi executado o restante foi reprogramado para 2015.

**TABELA 33: RECURSO MERENDA ESCOLA (PNAE) 2014**

	SALDO ANTERIOR	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO	SET/OUT	TOTAL
RECEITA	-	-	11.375,17	11.509,82	11.632,17	11.543,08	46.060,24
DESPESA	-	-	-	-	5.994,67	34.030,14	40.024,81
SALDO	-	-	11.375,17	22.884,99	28.522,49	6.035,43	6.035,43

Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

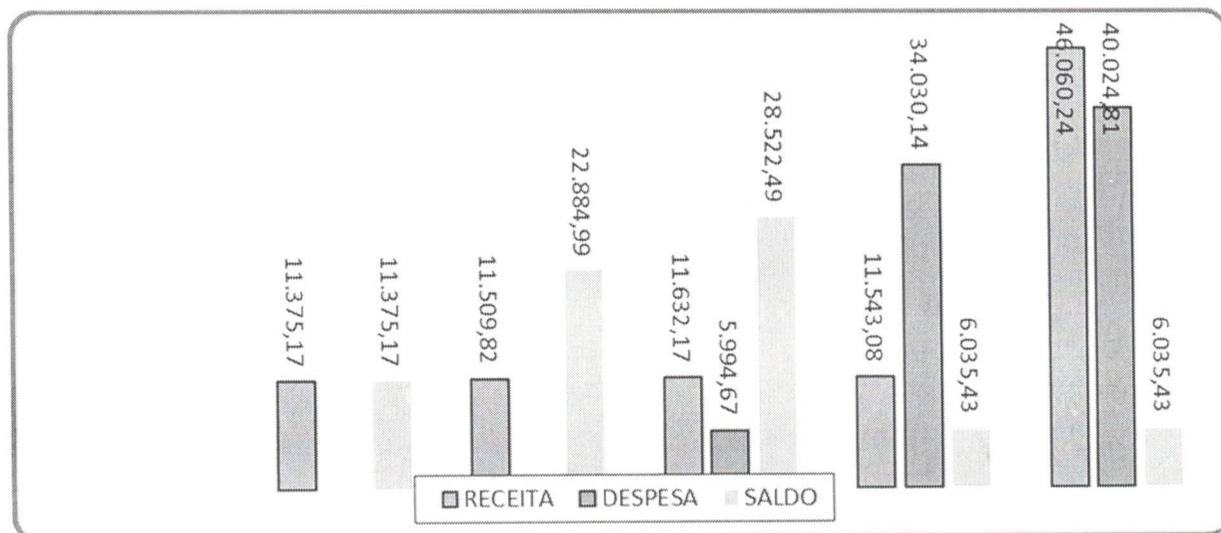


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)

Analisando a tabela acima referente ao recurso Merenda Escolar PNAE 2014, nota-se que o saldo anterior é zero e a receita de março a outubro 2014 foi de R\$46,060,24 tendo neste mesmo período uma despesa de R\$40.024,81, restando um saldo de R\$6.035,43.



**GRÁFICO 27: Recurso Merenda Escola (PNAE)2014**



Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

Não houve saldo inicial, os valores depositados foram gastos nos últimos três bimestres. Vale ressaltar que a Prefeitura Municipal executa contra partida da merenda escolar, utilizando recursos ordinários sem passagem pela conta do convênio.

**TABELA 34: RECURSO BANCO TRAVESSIA 2014**

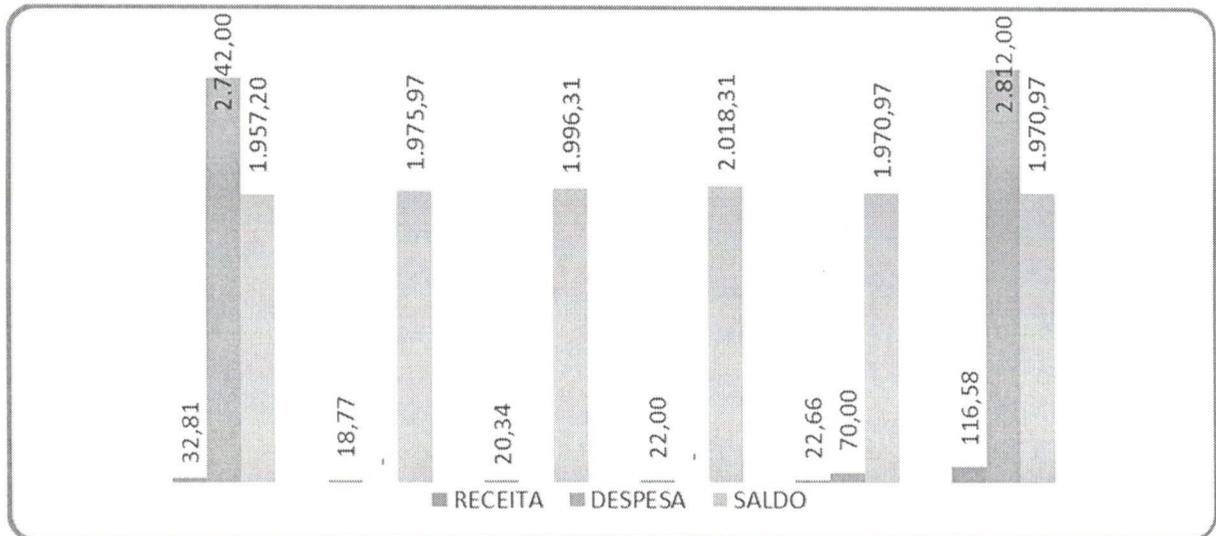
	SALDO ANTERIOR	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO	SET/OUT	TOTAL
RECEITA	4.666,39	32,81	18,77	20,34	22,00	22,66	116,58
DESPESA	-	2.742,00	-	-	-	70,00	2.812,00
SALDO	-	1.957,20	1.975,97	1.996,31	2.018,31	1.970,97	1.970,97

Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

A partir da tabela acima referente ao Recurso Banco Travessia 2014, constata-se um saldo anterior ao 1º bimestre de R\$4.666,39. Nota-se que do 1º bimestre ao 5º não houve liberação de recurso neste período, pois com uma despesa de R\$2.812,00 o saldo de R\$1.970,97.



**GRÁFICO 28: Recurso Banco Travessia 2014**



Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

Não houve recebimento de recursos em 2014, as receitas foram provenientes de aplicações financeiras. As despesas foram possíveis graças ao saldo reprogramado de 2013.

**TABELA 35: Recurso FUNDEB 2014**

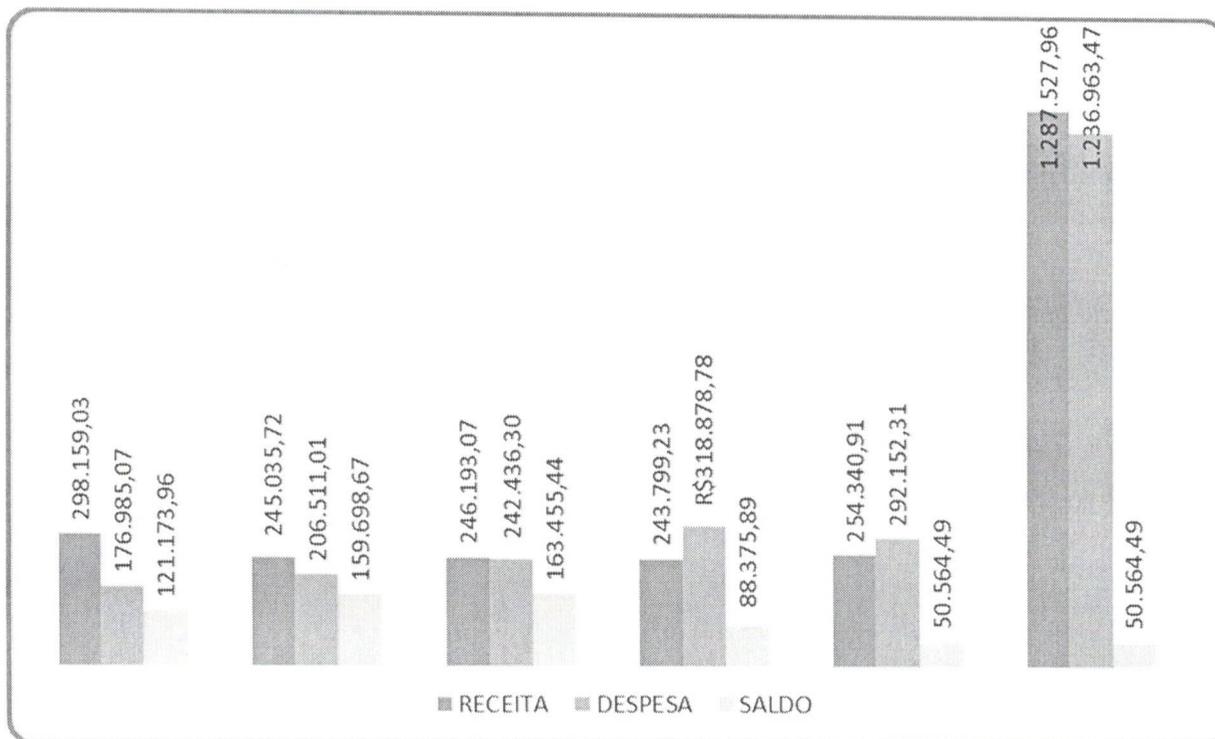
SALDO ANTERIOR	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO	SET/OUT	TOTAL
RECEITA -	98.159,03	245.035,72	246.193,07	43.799,23	254.340,91	1.287.527,96
DESPESA -	76.985,07	206.511,01	242.436,30	318.878,78	292.152,31	1.236.963,47
SALDO -	121.173,96	159.698,67	163.455,44	88.375,89	50.564,49	50.564,49

Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

Segundo a tabela acima, referente ao recurso FUNDEB 2014 houve no período de janeiro a outubro um investimento de R\$1.287.527,96 e uma despesa de R\$1.236.963,47, ficando em outubro 2014 com um saldo de R\$50.564,49.



**GRÁFICO 29: RECURSO FUNDEB 2014**



Fonte: secretaria Municipal de Finanças de Presidente Kubitschek

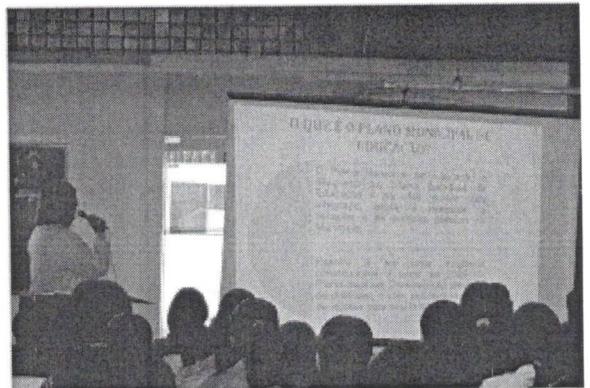
Os recursos do FUNDEB foram utilizados de forma mais equivalente (Receita x Despesa) o saldo final é referente a uma parcela do INSS Patronal da Prefeitura, despesa no exato valor do saldo final.



## 5. ANEXOS:



Composição para elaboração do Plano Decenal Municipal de Educação

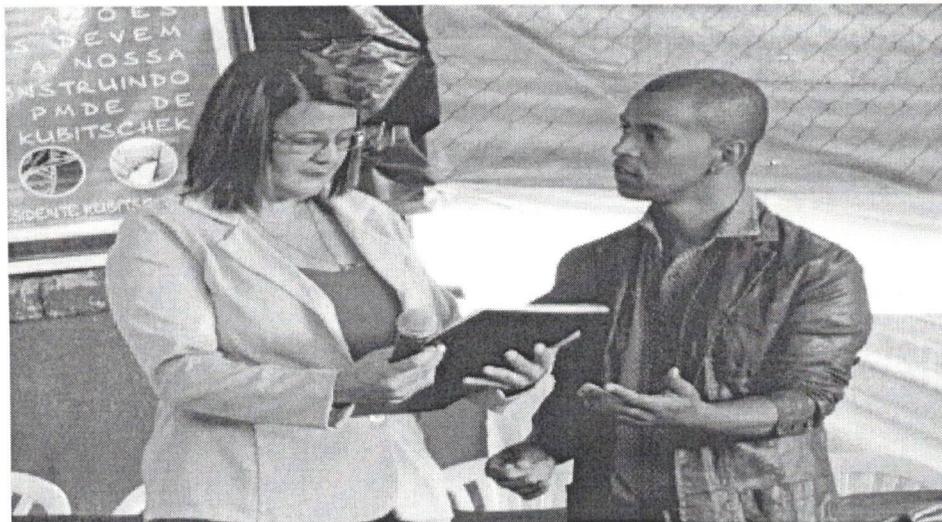




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)



Equipe Técnica na divulgação do PDME de PKK na rádio Terra Nossa FM



Senhora Secretária Meire Borges Farnezi Fernandes e o Senhor Christiano Mágnio Pinto



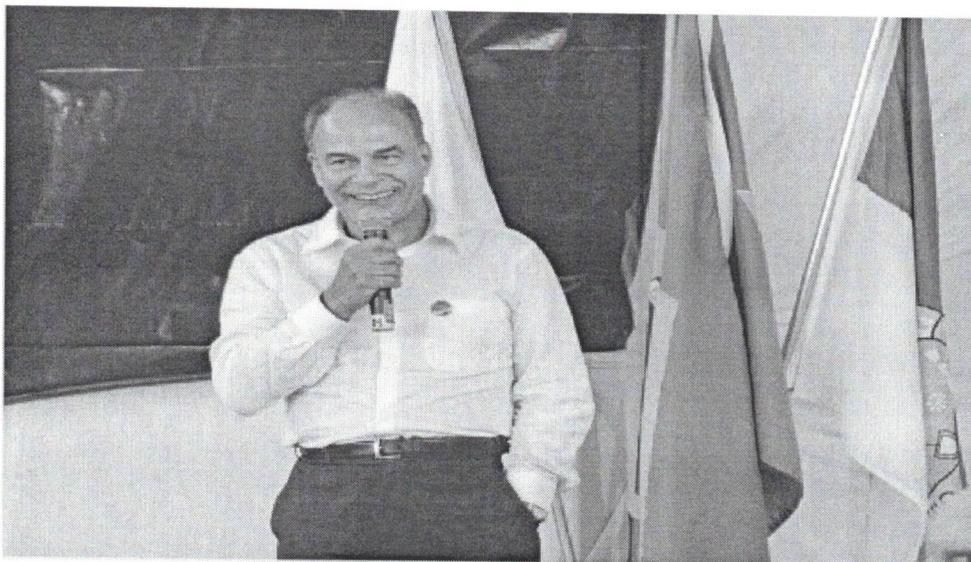
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)



Senhora Secretária Municipal de Educação, Meire Borges Farnezi Fernandes



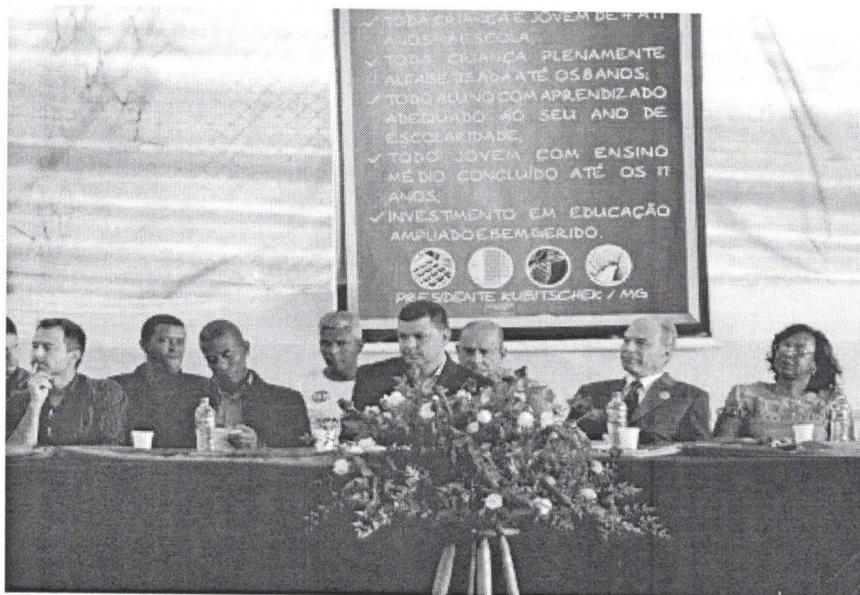
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)



Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Rômulo Ronaldo dos Santos



Analista da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Wagner Eustáquio Oliveira Costa



Mesa de autoridades



• Mesa de autoridade



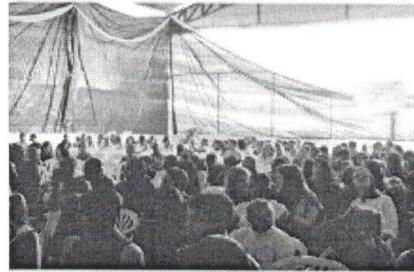
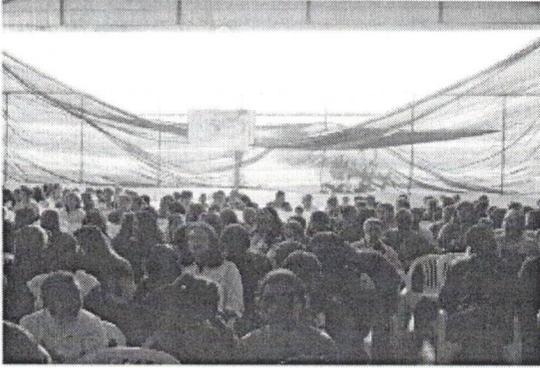
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)



- Equipe Técnica nomeada pela Portaria 68/ 2014. Senhora Secretária Meire Borges Farnezi Fernandes, Christiano Mágnio Pinto e Cristina de Matos Soares



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)



Comunidade



Banda Instrumental Euterpe  
Padre João Maria Porriêr





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)



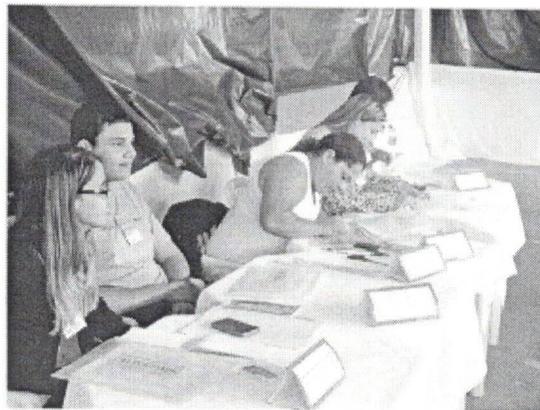
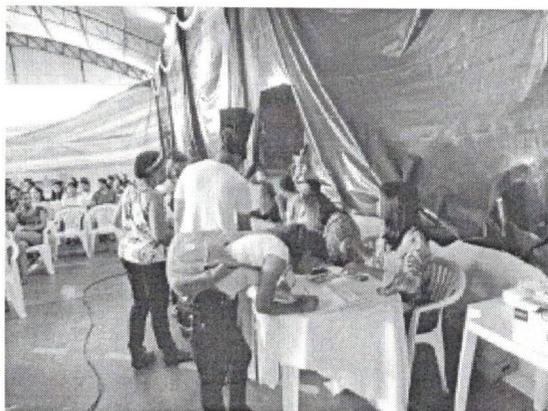
Equipe da Secretaria Municipal de Educação e Analista da Secretaria de Estado da Educação



Senhora Secretária Meire Borges Farnezi Fernandes, Senhor Prefeito Municipal Rômulo Ronaldo dos Santos, e Analista da Secretaria de Estado da Educação/MG Wagner Eustáquio Oliveira Costa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK**  
RUA AGOSTINHO DE OLIVEIRA MALAQUIAS, 35 – CEP: 39135-000 – CENTRO  
TEL.: 38 3545-1122 – 38 3545-1233 FAX: 38 3545-1118 – E-mail: [prefpk@yahoo.com.br](mailto:prefpk@yahoo.com.br)



- Comunidade marcando presença!



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK

RUA TIRADENTES, 19 - CEP 39.135-000 - CENTRO  
TEL.: 38 3545-1184 - E-mail: camaramunicipalpk@yahoo.com.br  
Site: www.presidentekubitschek.mg.leg.br

## ANDAMENTO DO PROJETO

### Projeto de Lei Complementar Nº 726/2015

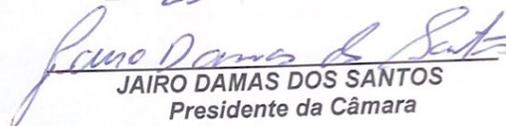
“Cria o novo Plano Decenal de Educação e dá outras providências.”

### Despacho do Sr. Presidente:

À Comissão de Fiscalização Financeira Orçamentária, Justiça e Redação;  
À Comissão de Obras Serviços Públicos, Viação e Agricultura;  
À Comissão de Educação Cultura, Assistência Social e Saúde;

Para seu PARECER.

Em 25 de maio de 2015.

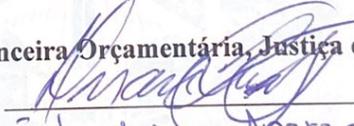
  
JAIRO DAMAS DOS SANTOS  
Presidente da Câmara

### PARECER DAS COMISSÕES

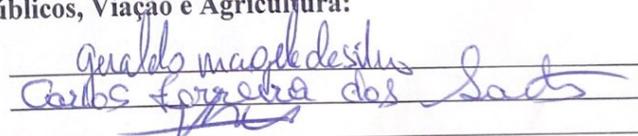
Os abaixo assinados, Membro efetivos das Comissões Permanentes, da Câmara Municipal de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais, conjuntamente reunidos para examinar o Projeto de Lei nº 726 de 25 de Maio de 2015 que “Cria o novo Plano Decenal de Educação e dá outras providências.”; que depois de visto e examinado, opinam que o mesmo seja aprovado pelos demais senhores Vereadores.

Sala das Comissões em 25 de Maio de 2015.

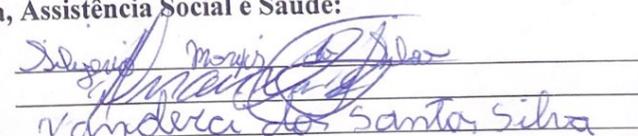
#### 1) Comissão de Fiscalização Financeira Orçamentária, Justiça e Redação:

  
Fabiano Junior Aparecido Rodrigues  
João Antônio

#### 2) Comissão de Obras Serviços Públicos, Viação e Agricultura:

  
Carlos Forzeira dos Santos

#### 3) Comissão de Educação Cultura, Assistência Social e Saúde:

  
Vândereia dos Santos Silva



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KUBITSCHEK

RUA TIRADENTES, 19 - CEP 39.135-000 - CENTRO  
TEL.: 38 3545-1184 - E-mail: camaramunicipalpk@yahoo.com.br  
Site: www.presidentekubitschek.mg.leg.br

## DISCUSSÃO

Por Unanimidade

Sala das Sessões 25 / 05 / 2015

  
(Rubrica do Presidente)  
Presidente da Câmara  
Municipal de Presidente Kubitschek

## APROVADO EM DISCUSSÃO

Por Unanimidade

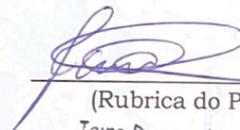
Sala das Sessões 25 / 05 / 2015

  
(Rubrica do Presidente)  
Jairo Damas dos Santos  
Presidente da Câmara  
Municipal de Presidente Kubitschek

## APROVADO EM DISCUSSÃO

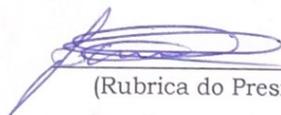
Por Unanimidade

Sala das Sessões 25 / 05 / 2015

  
(Rubrica do Presidente)  
Jairo Damas dos Santos  
Presidente da Câmara  
Municipal de Presidente Kubitschek

## À SANÇÃO

Sala das Sessões 26 / 05 / 2015

  
(Rubrica do Presidente)  
Jairo Damas dos Santos  
Presidente da Câmara  
Municipal de Presidente Kubitschek